

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Bruna Hamacek Vianna

**Segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas:
Ouro Branco/MG**

Belo Horizonte

2018

Bruna Hamacek Vianna

Segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas:
Ouro Branco/MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens culturais, Tecnologia e Território.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

V617s

Vianna, Bruna Hamacek.

Segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas [manuscrito] :
Ouro Branco/MG / Bruna Hamacek Vianna. - 2018.
123 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Villefort Teixeira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Ouro Branco (MG) - Planejamento urbano - Teses. 2.
Segregação - Teses. 3. Açominas - Teses. I. Teixeira, Maria Cristina
Villefort. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura.
III. Título.

CDD 711.4098151

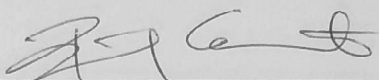
Ficha catalográfica: preenchida pela Biblioteca Professor Raffaello Berti EA/UFGM.

BRUNA HAMACEK VIANNA

"Segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas: Ouro Branco/MG"

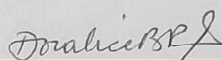
Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



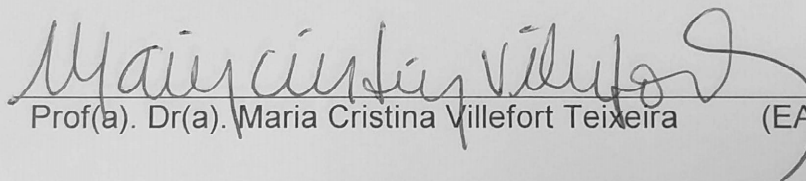
Prof(a). Dr(a). Beatriz Alencar D'Araújo Couto

(EAUFMG)



Prof(a). Dr(a). Doralice Barros Pereira

(IGCUFGM)



Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Villefort Teixeira

(EAUFMG - orientador)

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Cristina, pela disponibilidade e pelas orientações valiosas, que possibilitaram o meu crescimento, tanto intelectual como pessoal. Sou muito grata pelo seu apoio em não me deixar desistir quando tudo parecia estar dando errado.

Ao meu pai, que me inspirou a escrever sobre esse tema e referência. Ações representou muito na vida dele, pessoal e profissionalmente.

À minha família, pelo estímulo constante, por compreender minhas ausências e pela alegria a cada retorno. Pai, mãe e irmãs, esta conquista foi possível devido à base sólida que vocês construíram para todos nós.

À minha irmã Cláudia Vinhal e à minha eterna amiga Luiza Vianna, pela paciência nas intermináveis correções. Vocês foram fundamentais para a construção desta dissertação.

À equipe do Estúdio 4, pela compreensão nos dias difíceis em que os pensamentos estavam longe e pelo incentivo a meus estudos.

Aos companheiros de turma do MACPS, em especial a Marcela Moreira e Tatiana Paiva, pelo apoio.

À amiga Priscila Schiavo, que, com muita presteza, colaborou na confecção dos mapas para a dissertação.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, meu muito obrigada!

RESUMO

A cidade de Ouro Branco passou a fazer parte do processo de industrialização brasileiro, ocorrido na década de 1970, através da implantação da siderúrgica estatal Açominas. Houve necessidade de expansão da cidade existente, de origem colonial e limitada infraestrutura, para abrigar uma população que poderia chegar a 180 mil habitantes quando o nível máximo de produção da usina fosse alcançado. Por meio do plano urbano desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, a cidade foi dividida em zonas funcionais: urbana, industrial, agrícola e de preservação. Na zona urbana foi prevista a divisão das moradias entre os funcionários nos bairros planejados de acordo com o cargo ocupado na usina, diferenciando o acesso aos equipamentos urbanos, às tipologias residenciais construídas e à qualidade ambiental para cada setor, o que resultou em uma segregação socioespacial planejada. No decorrer da construção do projeto, a usina sofreu diversos cortes orçamentários em consequência das crises econômicas pelas quais o país passou, o que refletiu na cidade, que, atualmente, se consolidou apenas com a primeira fase do planejamento habitacional do projeto inicial. Tendo como objetivo compreender se, após 40 anos do plano de expansão, a cidade continuava segregada, o presente trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, elaboração de mapas e pesquisa de campo. Como será explicitado, a análise espacial e social da cidade ao longo do seu desenvolvimento revelou a continuidade da divisão social por parte das ações do mercado imobiliário e do poder público, mesmo após o distanciamento da usina das questões urbanas da cidade.

Palavras-chave: Ouro Branco. Açominas. Planejamento urbano. Cidade segregada.

ABSTRACT

The city of Ouro Branco became part of the Brazilian industrialization period of the 70s with the construction of the state-owned steel plant Açominas. This led to the expansion of the existing city, of colonial origins and limited infrastructure, which was planned to house a population of 180 thousand inhabitants once the maximum production capacity was reached. The urban plan was developed by the João Pinheiro Foundation, which divided the city into four zones: urban, industrial, agricultural and preservation. The housing division in the urban zone neighborhoods was done according to the position of the workers, allowing different access to the urban equipment, to the residential types and to the environmental quality for each sector, resulting in a planned social and spatial segregation. During the construction of the project, several budget cuts took place as a consequence of the economic crisis suffered by the country, reflecting in the city, in which only the first phase of the housing planning was consolidated. This work uses literature review, mapping development, and field work to understand whether the city continues to be segregated after 40 years of its expansion plan. As it will be later revealed, via the spatial and social analysis of the city throughout its development, the social division continues to take place, due to governmental actions and due to the real state, even after the steel plant refrained from the urban questions regarding the city.

Key words: Ouro Branco. Açominas. Urban Planning. Segregated city.

LISTA DE FIGURAS

01	Mapa de localização de Ouro Branco no estado de Minas Gerais	13
02	Plano urbano de 1934 para João Monlevade com a divisão dos setores residenciais	27
03	Crescimento da cidade de João Monlevade	28
04	Gráfico do Produto Interno Bruto de João Monlevade em 2015	29
05	Plano urbano de 1941 para Volta Redonda com a divisão dos setores residenciais	31
06	Crescimento da cidade de Volta Redonda	32
07	Gráfico do Produto Interno Bruto de Volta Redonda em 2015	32
08	Plano urbano de 1958 para Ipatinga com a divisão dos setores residenciais	34
09	Crescimento da cidade de Ipatinga	35
10	Gráfico do Produto Interno Bruto de Ipatinga em 2015	36
11	Limites geográficos, ligações rodoviárias e ferroviárias de Ouro Branco	41
12	Topografia e hidrografia de Ouro Branco	43
13	Igreja Matriz de Santo Antônio, largo e ocupação do seu entorno	46
14	Povoado de Ouro Branco antes da implantação da usina, 1970	47
15	Localização da usina, Conselheiro Lafaiete, Lobo Leite (distrito de Congonhas) e Ouro Branco	49
16	Zoneamento do solo de Ouro Branco	53
17	Divisão dos setores da função urbana de Ouro Branco	54
18	Desenho e fotos de vias estruturais em Ouro Branco	55
19	Desenho e fotos de vias coletoras em Ouro Branco	56
20	Desenho e fotos de vias locais em Ouro Branco	57
21	Desenho e fotos de vias de pedestres em Ouro Branco	58
22	Localização dos equipamentos urbanos previstos pelo PDU 1978	60
23	Fotos do primeiro bairro construído, Bairro Siderurgia	61
24	Ouro Branco na época da implantação da usina siderúrgica Açominas em 1976	62
25	Açominas em construção	63
26	Hotel Verdes Mares	64
27	Bairros da Primeira Etapa Habitacional finalizados em 1989	65
28	Ouro Branco em 2000: reflexo da consolidação da usina e sua privatização	68

29	Ouro Branco no ano 2015	69
30	Produto Interno Bruto de Ouro Branco em 2015	70
31	Região geográfica dos municípios pertencentes ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap)	71
32	Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978	73
33	Mapa de Uso e Ocupação do Plano Diretor de 2010	77
34	Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 no setor 01	78
35	Paisagem entre a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Serra de Ouro Branco	79
36	Hiato no espaço urbano criado pela Praça de Eventos e Rodoviária	81
37	Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 nos setores 03 e 04	82
38	Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 nos setores 02, 07 e 08	83
39	Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 no setor 09	84
40	Corte esquemático do Setor 09 e sua topografia favorável ao adensamento	85
41	Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 nos setores 10 e 17	86
42	Paisagem do Setor 17 composta pela Serra de Ouro Branco e residências de até dois pavimentos	87
43	Divisão dos códigos nos setores planejados na área da implantação inicial de Ouro Branco no Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) de 1978	89
44	Relação de proximidade com os elementos da cidade: Lagoa Soledade, usina, Serra de Ouro Branco e núcleo existente	91
45	Distância entre os bairros situados nos setores 02, 07 e 08 com os demais	93
46	Corte esquemático da posição das residências para a visibilidade da Serra de Ouro Branco e da Lagoa Soledade	94
47	Foto de atividade de lazer nos primeiros bairros implantados	96
48	Análise do acesso dos moradores aos equipamentos planejados pelo plano de 1978	98
49	Um dos padrões construídos no Setor 04 (Bairro Siderurgia)	100
50	Um dos padrões construídos no Setor 04 (Bairro Siderurgia)	101
51	Um dos padrões construídos no Setor 10 (Bairro Pioneiros)	102
52	Um dos padrões construídos no Setor 08 (Bairro Primeiro de Maio)	103
53	Um dos padrões construídos no Setor 17 (Bairro Inconfidentes)	104

54	Renda de Ouro Branco em 2010	106
----	------------------------------	-----

LISTA DE TABELAS

01	População de Ouro Branco entre 1970 e 2010	63
02	Relação de população por zonas de uso residencial dentro dos setores	75
03	Relação dos usos e zonas da Lei de Uso e Ocupação de 2010	76
04	Funções urbanas em relação aos setores	80
05	Porcentagem das habitações em relação ao salário dos funcionários	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acesita	Aços Especiais Itabira
Açominas	Aço Minas Gerais S.A
AEA	Associação dos Empregados da Açominas
BCN	Banco de Crédito Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEA	Clube de Participação Acionária dos Empregados da Açominas
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
Codap	Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba
Copasa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Iepha	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desestatização
Prohemp	Programa Habitacional Empresa
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Siderbras	Siderurgia Brasileira S/A
Telemig	Telecomunicações de Minas Gerais
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rey
Usimec	Usiminas Mecânica
Usiminas	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
VSB	Vallourec e Sumitomo do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO -----	13
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS CIDADES SIDERÚRGICAS -----	18
2.1	Os princípios da produção siderúrgica -----	22
2.2	Implantação das cidades siderúrgicas -----	24
2.2.1	João Monlevade e a Belgo Mineira -----	29
2.2.2	Volta Redonda e a CSN -----	26
2.2.3	Ipatinga e a Usiminas -----	33
2.3	A segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas -----	36
3	OURO BRANCO/MG E SEU DESENVOLVIMENTO -----	40
3.1	Ouro Branco -----	40
3.2	Desenvolvimento urbano e econômico de Ouro Branco/MG -----	44
3.2.1	Antecedentes -----	44
3.2.2	Implantação da usina siderúrgica Açominas -----	60
3.2.3	Privatização da usina siderúrgica Açominas e situação atual-----	65
3.3	Legislação – Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978 e 2010 -----	72
3.3.1	Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978 -----	72
3.3.2	Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2007, revisada em 2010 -----	75
4	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL PLANEJADA EM OURO BRANCO/MG	88
4.1	Localização e relações espaciais-----	90
4.2	Relações entre os moradores-----	94
4.3	Acesso aos equipamentos urbanos -----	97
4.4	Padrões habitacionais -----	98
4.5	Resultados após 40 anos da expansão -----	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	109
	APÊNDICE -----	114
	ANEXO A -----	123
	ANEXO B -----	124
	ANEXO C -----	125
	ANEXO D -----	126

1 INTRODUÇÃO

As indústrias provocam transformações espaciais e sociais nas regiões em que são implantadas. A exemplo da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, onde, para obter maior controle sobre os funcionários e dessa forma assegurar que a produção fosse cada vez mais rentável, os donos das fábricas construíram habitações nas suas redondezas para abrigá-los, na busca de uma solução para o problema da moradia da força de trabalho assalariada urbana empregada pela emergente indústria.

Não existe um único modelo arquitetônico para o conjunto dessas residências, eles variam de tamanho, desenho e disposição. O que lhes confere semelhança é a forma de propriedade, em que os patrões, donos das moradias, as ofereciam aos seus empregados por meio de aluguel (BLAY,1981). Ofereciam também modos de viver, regras, atitudes e valores a serem seguidos.

Há uma visão idealizadora que projeta nesses conjuntos um estilo de vida harmonioso, onde não existem contradições sociais, em que os trabalhadores são um grupo sem submissão e os patrões, humanistas. Porém, ao analisar sua estrutura urbana, observam-se distinções das residências e dos acessos aos equipamentos urbanos construídos, provocando o que podemos denominar de segregação socioespacial.

No Brasil, a construção dessas moradias para operários é observada em diferentes épocas, tornando-se mais visível quando da construção das redes ferroviárias a partir do final do século XIX. Elas vão se tornando cada vez mais complexas à medida que a industrialização do país se expande. O incentivo da indústria de base durante o governo Vargas, a partir de 1930, possibilitou a construção de usinas siderúrgicas em locais estratégicos no país, em relação ao escoamento de material e proximidade com a matéria-prima. Semelhante ao que ocorreu com o setor ferroviário, foi necessária a construção de conjuntos de moradias e, até mesmo, cidades, para abrigar a grande quantidade de funcionários que as usinas empregavam.

Ouro Branco, Minas Gerais, se insere nesse contexto. Sua formação como cidade industrial deve ser entendida a partir da construção da usina siderúrgica Açominas. Esta, pertencente ao Plano Siderúrgico Nacional desenvolvido pela Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbras), que controlava e coordenava a produção siderúrgica estatal. Em 1976, uma área próxima à cidade, no município de Congonhas, foi escolhida para a construção da usina, enquanto Ouro Branco iria abrigar seus funcionários.

Figura 01 - Mapa de localização de Ouro Branco no estado de Minas Gerais



Fonte: IBGE, 2015. Interpretação e elaboração da autora, 2018.

A cidade, construída na época da exploração do ouro em Minas Gerais, apresentava, na década de 1970, uma infraestrutura insuficiente para comportar uma população que poderia atingir 180.000 habitantes quando o nível máximo de produção da usina fosse alcançado. Sendo assim, foi realizado o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) para organizar a sua expansão, com o objetivo de criar um espaço setorizado de acordo com as funções necessárias para o bom funcionamento e a boa qualidade de vida para os moradores. No entanto, a revisão nos cronogramas de implantação da usina fez com que apenas a primeira fase habitacional fosse construída. Em 2010, Ouro Branco apresentava em torno de 35.000 habitantes.

O Plano de Desenvolvimento Urbano dividiu o seu território em setores funcionais: urbano, agrícola, industrial e preservação. Dentro da área urbana, a partir do lançamento do sistema viário, houve uma divisão de mais setores, cada um destinado a funcionários de um ou mais tipos de cargo da usina (operário, técnico e chefia), relacionados de acordo com o salário recebido. A região de ocupação dos operários, técnicos e chefia estava relacionada com os quatro elementos que constituíam a paisagem da cidade: a usina, a serra, o núcleo existente

e a lagoa Soledade, que proporcionavam diferentes qualidades ambientais. Essa diferenciação de acesso à terra é uma forma de segregação socioespacial.

O objetivo desse estudo, então, é buscar entender como essa segregação foi desenvolvida em Ouro Branco e se, após 40 anos da implantação do PDU, a cidade continua segregada. A escolha do tema partiu da vivência da autora na cidade nas décadas de 1990 e 2000 e dos relatos do seu pai, Cláudio José da Rocha Vianna, um dos primeiros funcionários da usina, sobre a construção da cidade e da usina e das dificuldades durante esse processo.

Para tanto, o estudo analisou a produção do espaço urbano diretamente ligado à indústria no Brasil, especialmente em relação ao setor siderúrgico e seus fatores locacionais, que determinaram as regiões para sua implantação no país. Serão apresentadas três cidades em que usinas siderúrgicas foram construídas: João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, com o objetivo de criar referências da estrutura urbana implantada para abrigar seus funcionários. A escolha de tais cidades partiu da importância da produção dessas usinas para o mercado brasileiro e suas particularidades, como: a Belgo Mineira, em João Monlevade, sendo a primeira siderúrgica de grande porte a ser implantada no país; CSN em Volta Redonda, como a primeira siderúrgica estatal; e Usiminas, em Ipatinga, que faz parte do Plano Siderúrgico Nacional, juntamente com a Açominas. Foi levantada a questão da segregação socioespacial, presente nos três exemplos, a partir dos planos urbanos criados para organizar as cidades. A hierarquia funcional dentro do espaço urbano representa o domínio da empresa sob a classe operária e a extensão da usina para a cidade. Assim, ao analisar o desenvolvimento do desenho urbano em Ouro Branco, atrelado aos fatores econômicos de cada época, percebeu-se que a segregação socioespacial estava atrelada também às políticas públicas com o Plano de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor de 2007, revisado em 2010.

O trabalho apresenta uma abordagem interdisciplinar, combinando conhecimentos de urbanismo, geografia, economia e sociologia. As relações interdisciplinares existem como princípio, pois estas áreas do conhecimento partem das relações ambiente construído - habitante e seu comportamento. Em termos metodológicos, ele se baseou em pesquisa bibliográfica, com fontes primárias e secundárias, e levantamento de campo. A pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema permitiu reunir um instrumento teórico necessário às investigações sobre o objeto de estudo. Foram utilizadas referências como: Rosélia Piquet (PIQUET, 1998), em especial seu livro *Cidade-Empresa – Presença na paisagem urbana brasileira*, que apresenta uma discussão do papel da cidade-empresa nos processos espaciais e econômicos no país; Telma Correia (CORREIA, 2011), que explica o desenvolvimento dos núcleos residenciais de empresas no Brasil em relação às formas

urbanas e arquitetônicas; e Eva Blay (BLAY, 1985), que faz uma reflexão sobre o domínio do dono da empresa sobre o empregado através da habitação destinada a ele. Outras referências importantes foram o Plano de Desenvolvimento Urbano de Ouro Branco de 1978 e o Plano Diretor de 2007, revisado em 2010, que são instrumentos da política urbana que têm como objetivo organizar o território da forma mais adequada para proporcionar ao morador uma boa qualidade de vida.

O levantamento de dados partiu da coleta de mapas da cidade nos arquivos do IBGE, visitas ao local e levantamentos fotográficos, etapa de grande importância para entender o processo de expansão da cidade. A etapa final, através de leituras, análise do material coletado e levantamentos complementares, como croquis de alguns padrões residenciais construídos pela usina, levou à conclusão sobre a segregação presente na cidade.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, com o título de “Produção do espaço nas cidades siderúrgicas”, apresenta-se um breve panorama da implantação da siderurgia no país e como ela estava ligada diretamente à produção do espaço ao requerer a construção de pequenas vilas ou, até mesmo, cidades, para abrigar seus funcionários. Conclui-se o capítulo com a análise da segregação socioespacial presente nos planos urbanos que deram origem a essas vilas e cidades.

No segundo capítulo, “Ouro Branco/MG e seu desenvolvimento”, é exposto um histórico sobre seu crescimento urbano e econômico vinculado à implantação da usina siderúrgica Açominas na década de 1970. As dificuldades e percalços financeiros que o país enfrentou nas décadas seguintes fez com que houvesse cortes orçamentários, e a conclusão da implantação dessa indústria estatal não ocorreu da forma como foi planejada, o que influenciou, também, no ritmo de ocupação da cidade.

No último capítulo, “Segregação socioespacial planejada em Ouro Branco/MG”, entende-se que o espaço da cidade foi estruturado de forma segregadora entre os moradores relacionados à usina e, também, para com os antigos habitantes do núcleo existente. Isso se deu pela infraestrutura implantada, acesso aos equipamentos urbanos, tipologias residenciais e qualidade ambiental diferenciada para cada setor. E, assim, finaliza-se com uma visão atual em que, a partir da atuação do Estado e do mercado imobiliário na cidade, vê-se a divisão socioespacial concretizada como foi planejada.

Portanto, Ouro Branco está intrinsecamente ligada à expansão industrial no país e ao modelo de criação de habitações que garantiria a moradia para os trabalhadores. Espera-se

que essa pesquisa contribua para a compreensão da formação da cidade e seus desdobramentos.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS CIDADES SIDERÚRGICAS

O processo de organização e produção do espaço, de acordo com Manuel Castells (1983), apresenta dois fatores fundamentais: a decomposição das estruturas sociais agrárias e a emigração da população rural para centros urbanos já existentes. Esse fluxo do campo para a cidade resulta na formação da força de trabalho para a industrialização, configurando a passagem de uma economia doméstica para uma fabril. O autor conclui que “a indústria organiza inteiramente a paisagem urbana” (CASTELLS, 1983, p.23). Monte-Mor (2006) também afirma que a efetiva transformação da cidade em espaço urbano foi marcada pela implantação da indústria, trazendo a produção e o proletariado para o espaço de poder. O adjetivo urbano vem do latim, *urbanum*, que conota o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço da vida.

A partir do modo de organização dos espaços de uma cidade, pode-se avaliar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais (HARVEY, 2014). Na cidade industrial, essas práticas estão associadas às relações sistemáticas de domínio de classes. O controle do capital pelo dono da fábrica lhe confere o poder de explorar o proletariado.

Esta conexão entre urbanização e industrialização pode ser encontrada no espaço urbano brasileiro, sendo o foco deste estudo a implantação da indústria siderúrgica no país. Isso porque a escolha do seu local de instalação não priorizou a disponibilidade de infraestrutura urbana, gerando a necessidade de construção de núcleos para abrigar seus empregados, o que teve reflexos sociais e impactos na estrutura local existente.

No Brasil, a intensificação da urbanização dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais. Esse processo está vinculado a ações políticas, tendo sua origem no expansionismo ocorrido na gestão de Getúlio Vargas, presidente entre 1930 e 1945. Segundo Santos (1994), a produção industrial anterior à década de 1930 estava restrita às regiões que ele denominou de “arquipélago urbano”, o que evidenciava o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira. Após esse período, surgem novos sistemas de transporte, principalmente o ferroviário, que se integrou e/ou se sobrepôs às estruturas de caminhos existentes, formando as redes urbanas. Deste modo, a década de 1930 é considerada por vários estudiosos, a exemplo de Fonseca (1989) e Furtado (1971), como a da consolidação da indústria no Brasil, quando pela primeira vez a atividade ultrapassou a agricultura em produção e importância econômica e política, e também o período de formação do operariado brasileiro.

Nos governos seguintes, foram implantadas medidas que deram continuidade ao desenvolvimento industrial do país e que possibilitaram a interiorização do processo de urbanização.

A industrialização brasileira passou por momentos distintos, como a implantação do setor têxtil na virada do século XX, a grande siderurgia na década de 1940, a indústria automobilística nos fins na década de 1950 e os setores de insumos básicos na década de 1970. Desse modo, Piquet (1998) apresenta que:

(...) As empresas que passam a operar em novos setores tendem a apresentar um padrão locacional diverso daquele das atividades até então existentes no país. Passam a exigir novas condições gerais de produção, infraestrutura e serviço, muitas vezes não disponíveis na estrutura urbana existente. São assim levadas a investir em itens complexos e dispendiosos para uma empresa isoladamente, tais como: meios de comunicação adequados, habitação para seus empregados, oferta de serviços educacionais, de saúde e outros. Ou seja, criam condições gerais da produção particular (PIQUET, 1998, p.6).

Portanto, conclui-se que, apesar dos altos custos associados, as empresas não levaram apenas novos padrões técnicos de produção, mas também novos estilos de vida para diversos pontos no território brasileiro. Os núcleos habitacionais foram planejados com variados tamanhos e formatos e receberam diferentes nomenclaturas, dentre elas, cidade monoindustrial. Essa denominação é apresentada por Costa (1979), que a caracteriza como uma única grande indústria sendo responsável por promover as condições gerais de produção, reprodução da força de trabalho e da urbanização. Porém, mesmo com nomenclaturas diferentes, todos os núcleos apresentam um agente que atua sobre eles: a empresa. Ela é proprietária das áreas, responsável pela transformação do território urbano e, principalmente, das relações dos empregados com a cidade.

A exemplo dos aglomerados ao redor das primeiras fábricas da Revolução Industrial a partir do século XVIII na Inglaterra, esses empreendimentos industriais investiram na construção de habitações para os operários por dois motivos distintos, mas complementares. As empresas poderiam assumir um papel paternalista ao oferecer novas condições de vida, porém com o objetivo de dominação para calar greves e impor regras ao cotidiano do operário (GUAZZELLI, 2014). Essas condições contribuem para afastá-los dos hábitos rurais, fixá-los na cidade e treiná-los para o trabalho (CORREIA, 2001). Como explica Correia (2011):

Uma moradia higienizada e que garantisse algum grau de privacidade a seus moradores era entendida como a base para a construção de operários saudáveis, ordeiros e mais produtivos (CORREIA, 2011, p. 10).

Segundo Blay (1985), esses núcleos eram vistos como um local onde as pessoas viviam harmoniosamente com ajuda mútua entre os vizinhos, que, com frequência, realizavam festas de confraternização. O proprietário da indústria era notado como uma figura preocupada com o bem-estar dos operários e conciliador nas relações de capital e trabalho, uma consequência da visão paternalista presente no governo de Vargas. No entanto, ainda de acordo com a autora, esses investimentos deveriam ser analisados dentro da lógica do mercado capitalista, pois ao investidor interessava produzir sem nenhuma interrupção, sem crises provocadas pela falta de mão de obra. Dessa forma, ao criar condições para que isso não ocorresse, haveria uma redução do risco do investimento.

Piquet (1998) sintetiza a finalidade das construções dessas vilas como a garantia da mão de obra e o controle sobre ela. Os núcleos, criados como extensão da fábrica, não só transformaram as relações sociais através da divisão social do trabalho, como também a dominação do espaço pela empresa.

A construção de vilas operárias vem, portanto, responder aos interesses da acumulação: garantem um mercado cativo de mão de obra; permitem um controle ampliado do capital sobre sua força de trabalho, através da dominação ideológica e política [...] (PIQUET, 1998, p. 23).

Em termos da forma do assentamento, até a década de 1930, esses núcleos surgiram e se expandiram sem a existência de um plano prévio. Nas décadas seguintes, foi possível verificar a presença de engenheiros e arquitetos trabalhando na concepção desses espaços, principalmente após a década de 1950, em que os planos urbanísticos dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) foram amplamente difundidos no país, como modelos de *City Beautiful* e as cidades-jardins (CORREIA, 2011).

Os planos urbanos assemelhavam-se às vilas inglesas implantadas no século XIX, no que se refere a sua divisão funcional, sendo o espaço separado entre habitação, trabalho e lazer. Outra divisão encontrada foi a de ordem social, ocorrida através da concentração de padrões habitacionais em determinados setores, baseados na hierarquia do trabalho na indústria (gerentes e operários). De acordo com Botelho (2007), o controle do espaço é de quem detém a maior parte dos recursos financeiros. Como nesse caso a empresa era dona do capital, podia ocupar, modelar e fragmentar o espaço da forma que melhor lhe conviesse. Essa divisão de classes no espaço urbano serviu como um instrumento de controle e, ao determinar o local a ser ocupado por cada tipo de funcionário, a cidade apresentava-se de forma fragmentada e segregada.

O conceito de segregação ligado à questão social e espacial é discutido por vários autores, de diferentes correntes, destacando a análise dos pesquisadores da Escola de Chicago

entre as décadas de 1930 e 1940 e, também, correntes de caráter marxistas na década de 1960 e 1970.

Os estudiosos da Escola de Chicago basearam suas análises a partir dos modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social, no qual a cidade funcionava como organismo vivo em que o indivíduo que melhor se adaptasse à vida urbana, habitaria as melhores áreas do espaço (NEGRI, 2008). Sendo a segregação, um fato natural, comum e inerente do processo de urbanização (BASTOS FILHO, PINTO, FIÚZA & BARROS, 2017).

Por sua vez, a corrente marxista entende que a segregação socioespacial é o resultado de uma disputa por localizações entre os grupos sociais, tendo como resultado, a concentração de uma mesma camada social em diferentes regiões da cidade. Vários autores contribuíram com tais estudos, como Léfèbvre (1999), Harvey (1980), Villaça (1998) e Lojkine (1981).

Segundo Harvey (1980), essa segregação era originada no acesso diferenciado aos recursos urbanos. Para Lojkine (1981), a segregação é vista como uma questão de renda fundiária urbana, os preços do solo determinam a divisão social e espacial do trabalho. Já Villaça (1998) pontua o oposto, ao afirmar os preços do solo como frutos da segregação.

Portanto, conclui-se que o processo de segregação socioespacial é entendido como as “desigualdades existentes nas relações sociais entre as diferentes classes sociais, resultando no acesso desigual à cidade, seja pela localização espacial ou pelo acesso aos bens de consumo coletivos” (BASTOS FILHO, PINTO, FIÚZA & BARROS, 2017).

O cientista social José de Souza Martins (1997), influenciado por Léfèbvre, vai além da questão de desigualdades, expondo a ideia de exclusão. Segundo Martins (1997), a palavra exclusão substitui, de forma incorreta, a ideia de “processo de exclusão”, o que distorce os problemas sociais, já que o que existe são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos. Principalmente socialmente, onde os “precariamente excluídos” não se inserem nos padrões da sociedade capitalista e tornam-se passíveis de serem eliminados.

Carlos (2007) apresenta a propriedade privada como o pilar dessa segregação, que pode ocorrer das seguintes formas: (1) espontânea, resultado da estratégia de uma classe juntamente com o mercado fundiário, no qual a população é distribuída no espaço a partir da diferenciação de renda; (2) e/ou programada, conceito levantado por Léfèbvre (1999), segundo o qual o Estado, através das ações urbanas, (des)valoriza determinados espaços, tornando-se, assim, um dos importantes agentes que influenciam o mercado imobiliário urbano. Leis de zoneamento, financiamento para compra de moradia e localização de infraestrutura e equipamentos coletivos são alguns exemplos de como o Estado tem papel importante na formação da renda fundiária urbana. De acordo com os arquitetos Santoro e

Cymbalista (2004), três tipos principais de ações e decisões urbanísticas podem alterar o valor da terra:

- (1) Realização de obras públicas localizadas, como, por exemplo, abrir novas vias ou melhorar as vias existentes; instalar rede de esgoto e de água; implantar calçadas e iluminação pública; construir escolas, hospitais; criar parques, entre outras. Essas ações quase sempre fazem aumentar o valor da terra.
- (2) Outras ações que também provocam alterações no valor do solo são mudanças na legislação urbanística, que alterem o uso do solo. Nesse caso, por exemplo, uma lei que passe a permitir uso comercial em determinado local, onde antes só se permitira uso habitacional, determina imediata alteração no valor das áreas incluídas na nova lei. Também há valorização da terra, quando se alteram os chamados “parâmetros construtivos”; por exemplo, quando uma nova lei passa a permitir que se construa mais, ou seja, prédios mais altos, com mais pavimentos, em área onde antes só se permitiam prédios mais baixos.
- (3) Outro tipo de ação que provoca alterações no valor da terra são as mudanças na classificação do solo. Por exemplo, quando se criam novas áreas para urbanização, em áreas definidas antes como áreas rurais. Nesse caso, as áreas rurais, que valiam menos por serem rurais, passam a valer mais porque passam a ser áreas urbanas (SANTORO E CYMBALISTA, 2004, p. 9).

Os casos 2 e 3 podem ser implantados em planos diretores municipais, o que pode valorizar o solo, beneficiando entes privados.

Portanto, a dominação da indústria sobre o espaço urbano foi possível através de sua relação com o poder público local, que permitiu a implantação desses planos urbanísticos, como também os regulamentou por meio de leis de uso e ocupação do solo. Isso porque a empresa era vista como a principal fonte de capital de giro da cidade.

2.1 Os princípios da produção siderúrgica

A constatação de abundantes jazidas de ferro em terras brasileiras, apresentada no relatório de Orville Derby (QUECINI, 2007) no Congresso Internacional de Estocolmo em 1910, despertou a atenção de investidores estrangeiros para o processo de industrialização do país, em especial para a indústria de base como as siderúrgicas. O relatório destacou dois aspectos importantes que resultavam na facilidade de extração do mineral: a abundância de minério e o seu alto teor de ferro. Apenas após acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise de 1929, o governo brasileiro priorizou a implantação de indústrias no país, já que a guerra provocou o fechamento do mercado fornecedor, bem como a crise e decadência do mercado cafeeiro, principal produto comercializado pelo país na época.

No século XIX, já era encontrada produção de ferro no país em pequenas oficinas e fundições, as quais produziam peças sobressalentes para ferrovias, para o exército e para reparação de máquinas e utensílios de grandes plantações de café e usinas de açúcar. A produção em grande escala era impedida por vários obstáculos institucionais, como os altos custos de operação e a dificuldade de competir com os produtos feitos na Inglaterra, os quais tinham acesso livre no mercado brasileiro sob o Tratado de Direitos feito por Dom João VI. Outras dificuldades eram a mão de obra, pouco ou nada capacitada para o processo de produção, e até mesmo a instalação da usina, como ocorreu com a Fábrica de Morro do Pilar, em Minas Gerais, em que a escassez de água frequentemente paralisava as operações por dois ou três dias na semana. Este fato demonstrou o despreparo e a falta de conhecimento sobre a produção em território nacional, mesmo com a abundância mineral. Essa fábrica foi construída em 1815 por pai e filho vindos da Prússia, porém sem nenhuma experiência com o funcionamento de uma fundição, encerrando suas atividades em 1831 (BAER, 1970).

A partir de 1930, o governo Vargas criou as indústrias de base através do incentivo direto ou indireto do Estado, estruturando o parque industrial brasileiro. Foram priorizadas a produção siderúrgica e cimenteira e a ampliação da infraestrutura de apoio ao setor industrial, como energia e transporte (PIQUET, 1998). No entanto, as siderúrgicas já haviam recebido incentivo governamental com os decretos em 1918 e novamente em 1925, que concederam às empresas vários tipos de incentivos fiscais, melhores condições de empréstimos, isenção de direitos de importação. Isso porque o país já apresentava necessidade de ferro e aço para a construção civil, de navios, indústria de estampa e trilhos.

A produção siderúrgica ocorre de forma contínua e integrada. Sua principal matéria-prima é o minério de ferro, obtido pela mineração a céu aberto ou em minas subterrâneas, sendo a primeira mais comum no país. Outras matérias-primas são carvão, sucata, calcário, óleo combustível, gás natural, oxigênio, água e energia elétrica.

A elaboração dos produtos acabados envolve quatro etapas básicas: tratamento de matéria-prima; a redução de minério de ferro a ferro-gusa; a transformação do ferro-gusa em aço; e a laminação dos lingotes de aço para a obtenção dos produtos finais. Destaca-se na produção a primeira etapa de conversão de minério de ferro em gusa, que ocorre no alto-forno, considerado o “coração” da usina. A quantidade e o tamanho desse forno determinam a capacidade de produção final da usina.

Após os capitalistas determinarem o tamanho do mercado de acordo com sua viabilidade, e com isso o tamanho da usina siderúrgica, cabe decidir a sua localização. Assim, são

levados em consideração princípios de diferentes teorias locacionais que se baseiam na disponibilidade de insumos para a atividade industrial. São exemplos o modelo de Alfred Weber, de 1909, que considera o custo de transporte como determinante primário da localização industrial (DONDA JÚNIOR, 2002); e de Tord Palander, de 1935, que procura responder à questão de como a posição do mercado, preço e localização da matéria-prima podem impactar a produção.

Estes fatores locacionais influenciam a atividade industrial, orientando as empresas para os pontos geográficos mais vantajosos, que possibilitam a redução de custos de transporte, matéria-prima, mão de obra e onde o lucro será maior. Em relação às siderúrgicas, a proximidade com a fonte de matéria-prima, grande área para a instalação da usina, meio de transporte para escoamento da produção através de estradas de ferro e recurso hídrico para a produção são fatores que influenciaram a escolha do local para implantação dessas empresas no território brasileiro.

De acordo com Baer (1970), as reservas do minério de ferro no Brasil podem ser encontradas em seis estados, em destaque o estado de Minas Gerais, onde, até a década de 1960, ocorreram 99% da extração no país e quase a totalidade dessa porcentagem originou-se da área central do estado, denominada Quadrilátero Ferrífero. O escoamento dessa exploração é feito via Estrada de Ferro Vitória-Minas para o porto de Vitória e também pelo porto do Rio de Janeiro. Ademais, o estado não apenas lidera a extração do minério, como também a produção siderúrgica com indústrias de grupos nacionais e internacionais, como Usiminas, Vallourec, Gerdau e Arcelor Mital.

2.2 Implantação das cidades siderúrgicas

Na década de 1930, os locais do interior do país que apresentavam fatores favoráveis para a instalação de usinas não possuíam infraestrutura urbana suficiente para abrigar equipamentos grandiosos e seus inúmeros funcionários, sendo necessária a construção ou expansão das pequenas cidades existentes para abrigá-los. São exemplos, dentre outras, as cidades de João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, que cresceram a partir da implantação de usinas siderúrgicas. A escolha da análise dessas cidades em particular parte da importância delas para a economia brasileira e de sua relação com Ouro Branco, objeto de estudo do presente trabalho.

Em João Monlevade, Minas Gerais, foi instalada uma grande siderúrgica integrada a carvão vegetal no país, Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a partir da associação, em 1921, de capital europeu e da Companhia Siderúrgica Mineira, que produzia ferro e aço em pequena escala. Volta Redonda, Rio de Janeiro, foi escolhida para a implantação da primeira

siderúrgica estatal em 1941. Em 1956, em Ipatinga, Minas Gerais, foi construída a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas), que faz parte do Plano Siderúrgico Nacional da Siderurgia Brasileira S/A (Siderbras)¹, com o objetivo de aumentar a produção de aço e ferro no país.

As escolhas destes locais estavam ligadas às condições das regiões, que ofereceriam, principalmente, forma de escoamento do produto com sistema rodoviário e ferroviário, proximidade com a matéria-prima e disponibilidade de recurso hídrico. Em João Monlevade, a construção da usina Belgo Mineira foi iniciada apenas após a inauguração do eixo ferroviário que liga Santa Bárbara a São José da Lagoa, junção da Central do Brasil com a Estrada de Vitória-Minas. Essa ferrovia margeia o Rio Piracicaba, fonte hídrica para a usina e a cidade. A matéria-prima, como o minério, seria explorada na Mina do Andrade, localizada a menos de 10km da usina; enquanto o carvão vegetal, que substitui o carvão mineral, viria das florestas que cobriam a região. Em Volta Redonda, a usina foi construída entre o Rio Paraíba do Sul e a linha férrea Central do Brasil. Em Ipatinga, a Usiminas instalou-se mais próxima à ferrovia ligada ao porto de Vitória, precisando de bombeamento da água do Rio Piracicaba para abastecimento da usina.

A partir de então, foram planejados os núcleos urbanos que iriam abrigar os funcionários, já que nenhuma das regiões possuía cidades com a infraestrutura requerida. Em todos os três casos, os núcleos ocuparam o entorno imediato da usina, o que evidenciou a possibilidade de controlar os empregados até mesmo fora do trabalho. Além disso, foi uma questão fundiária, já que as empresas adquiriram um espaço que deveria comportar tanto a indústria como as habitações, sendo primordial que fossem estudados em conjunto, usina e cidade, para que o ambiente urbano oferecesse melhor qualidade de vida para os moradores.

Os planos urbanísticos dessas cidades foram projetados por profissionais renomados do país. Em João Monlevade, os dirigentes da Belgo Mineira optaram por realizar um concurso entre os arquitetos nacionais, sendo que a proposta escolhida entre 13 participantes foi a de Lincoln Continentino (LIMA, 2003). Em Volta Redonda, o plano urbanístico foi desenvolvido pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima, e, em Ipatinga, pelo arquiteto Raphael Hardy Filho. Cada

¹Durante o governo do presidente Artur Bernardes (1922/1926), foi desenvolvido o Plano Siderúrgico Nacional pela Siderurgia Brasileira S/A (Siderbras). O plano pretendia a criação de três grandes siderúrgicas: uma no Vale do Rio Doce, outra no Vale do Paraopeba e a terceira em Santa Catarina, tendo em vista as reservas de minério e carvão nessas localidades.

plano trouxe uma especificidade de acordo com o local implantado e com as exigências de cada empresa, além das relações com os núcleos existentes e dos novos moradores.

2.2.1 João Monlevade e a Belgo Mineira

A cidade de João Monlevade tem sua origem marcada pela exploração de jazidas de minério de ferro. Jean Monlevade, um dos fundadores, chegou à região em 1817, e aí edificou uma grande fazenda e também uma forja catalã, maquinário utilizado para produção de utensílios de ferro empregados principalmente na agricultura e na mineração. Depois de passar por várias fases de crescimento, declínio e decadência, trocando de proprietários por diversas vezes, a fábrica de ferro se transformou no embrião da Companhia Belgo Mineira (IBGE, 2016). Esta Companhia resultou da associação, em 1921, de capital europeu, representado pela sociedade metalúrgica *Aciéries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange*, de Luxemburgo, com a Companhia Siderúrgica Mineira.

Vale destacar que a companhia já havia construído outra usina siderúrgica em Minas Gerais, na cidade de Sabará. Essa usina era constituída apenas por um alto-forno e, gradualmente, foi ampliada até constituir-se como uma unidade pequena, porém integrada. As duas usinas da empresa representavam, em 1940, 60% da produção nacional de lingotes de aço (BAER, 1970), o que demonstra a sua importância no mercado e no crescimento da indústria siderúrgica brasileira.

O local escolhido para a implantação da usina em João Monlevade foi em um fundo de vale que acompanha o leito do Rio Piracicaba e a ferrovia, importantes para a produção como fonte de água e o escoamento dos produtos acabados. As matérias-primas, como carvão vegetal e minério, eram extraídas nas redondezas.

A topografia irregular do local próximo à usina tornou-se um dos pontos de partida para o plano urbanístico: “procurou-se tirar o melhor partido da natureza luxuriante e do local montanhoso, dando ao conjunto uma impressão risonha e clara” (CONTINENTINO, 1937, p. 127).

O núcleo deveria abrigar, inicialmente, 835 funcionários, com 300 moradias, dez alojamentos, uma escola, uma igreja, um armazém, um cinema e um clube. No edital do concurso, a empresa determinou que as construções deveriam ser projetadas com simplicidade, levando em conta o fator econômico; a arborização existente deveria ser preservada e o arruamento deveria ser adaptado ao sítio de implantação, evitando-se movimentos de terra desnecessários; e a margem oposta do rio deveria ser reservada para a expansão futura da nova cidade (LIMA, 2003). Cabe destacar que, a princípio, não houve

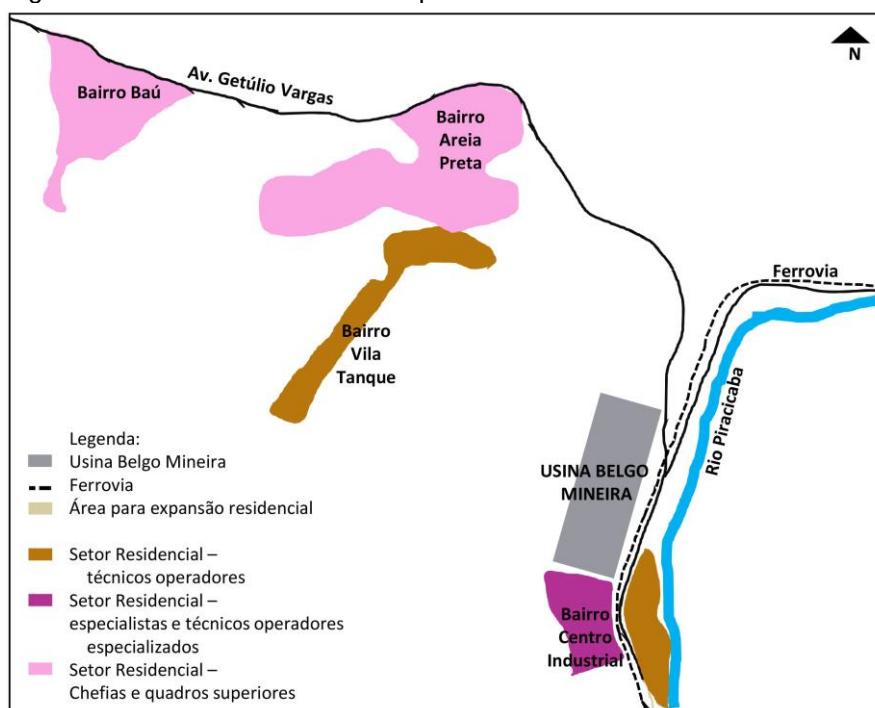
a previsão de estabelecimentos como hospital e cemitério, que foram incluídos ao longo da construção.

Continentino, de acordo com as características irregulares da topografia do terreno, evitou um sistema de vias com declividades acentuadas, propondo que as vias fossem com declividade máxima de 15%, acompanhando o desenho dos taludes. Outra preocupação do engenheiro foi com o saneamento básico, relacionado aos pensamentos sanitaristas surgidos no início do século XX, nos quais médicos e higienistas, de acordo com teorias que relacionavam as doenças com o meio ambiente, sugeriram normas de comportamento e de organização das cidades. Para garantir a salubridade foi preciso determinar a localização adequada para cada equipamento urbano e regras para construção de habitações (LUSTOSA, 2013).

Apesar de não ter sido um dos pontos estabelecidos pelo edital, ao longo do planejamento do núcleo, a empresa determinou que a ocupação dos bairros fosse dividida a partir do cargo ocupado na empresa, entre engenheiros e técnicos. As sete tipologias de residências foram divididas em quatro bairros.

Junto à siderúrgica foi construído o bairro Centro Industrial, que, dividido pela Estrada de Ferro Central do Brasil, apresentou dois setores residenciais para os quais foram previstos uma praça de convívio e, no entorno, o centro comercial e administrativo. O bairro recebeu tipologias que iriam abrigar tanto engenheiros quanto operários.

Figura 02 – Plano urbano de 1934 para João Monlevade com a divisão dos setores residenciais



Fonte: LIMA (2003). Interpretação da autora (2018).

O bairro Vila Tanque dividiu-se de acordo com a topografia: na parte acidentada; a maioria das casas foi construída em madeira, destinadas aos operários, e, no relevo suave, casas para os engenheiros. No bairro Areia Preta também foram construídas casas para os engenheiros e operários especializados, bem como no bairro Baú, que recebeu, além destas, o centro comercial e administrativo da cidade.

Deste modo, percebe-se que o planejamento favoreceu a ocupação dos funcionários de alto cargo com o intuito de reter essa mão de obra por maior tempo possível. As áreas com terreno acidentado e próximas à usina, que configuravam terras de menor valor, foram destinadas aos operários não qualificados.

Os bairros foram ligados por uma avenida na parte plana da cidade, hoje denominada Avenida Getúlio Vargas, que conecta a usina, o centro comercial e administrativo (bairro Baú) e a mina de exploração. Previsto pelo plano de Continentino, o vetor de crescimento da cidade foi direcionado por esse eixo de ligação.

A manutenção da infraestrutura implantada era realizada pela empresa até 1964, quando ocorreu a emancipação do município. A partir de então, a empresa passou a responsabilidade da gestão pública para a nova Prefeitura Municipal e decidiu vender as residências para os trabalhadores a preços simbólicos e parcelados em várias vezes.

O crescimento da cidade se deu conforme o aumento da produção da usina. Em 1953, de acordo com Lima (2003), o município se consolidava com mais de 1.800 casas e uma população em torno de 15 mil habitantes, distribuídos em pequenos bairros, já se estendendo além do núcleo original projetado. Em 1991, a vila original abrigava apenas 4,2% da população de 59.340 habitantes (IBGE, 2012). No censo de 2010, a população chegou a 73.610 habitantes.

Figura 03 – Crescimento da cidade de João Monlevade

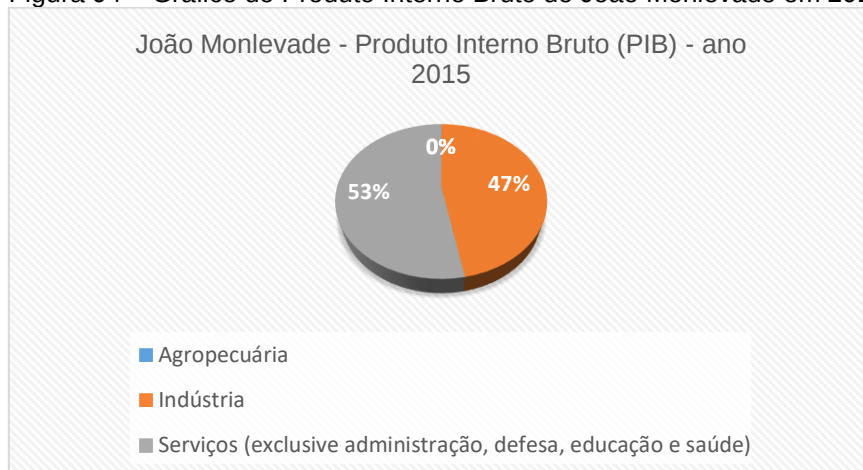


Fonte: Interpretação da autora (2018) sobre base do Google Maps (2006).

Nos últimos tempos, a cidade apresenta-se como centro dos fluxos e da rede de relações das cidades vizinhas: Rio Piracicaba, Bela Vista de Minas, Nova Era, São Domingos do

Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo e Alvinópolis. Além de atrair pessoas em busca de empregos e serviços, João Monlevade tem se constituído como polo educacional, com duas instituições de ensino superior privado e duas públicas.

Figura 04 – Gráfico do Produto Interno Bruto de João Monlevade em 2015



Fonte: IBGE (2015).

De acordo com o IBGE (2015), o Produto Interno Bruto da cidade em 2015 apresenta o setor de serviços superior ao setor industrial. O crescimento desse setor é influenciado pela siderúrgica, que atrai empresas especializadas em metalurgia, o que também contribuiu para tornar o espaço da cidade especializado economicamente. Assim, apesar de a empresa não participar diretamente da organização da cidade, João Monlevade se configura como monoindustrial, sendo a usina uma grande provedora de empregos diretos e indiretos.

2.2.2 Volta Redonda e a CSN

A região de Volta Redonda era ocupada pelos barões do café e suas grandes fazendas, como a Santa Cecília, nas margens sul do Rio Paraíba do Sul, e a Retiro, nas margens ao norte do mesmo rio. Por volta de 1875, as fazendas apresentavam uma população que chegava a 3.000 habitantes, dedicados às atividades agropecuárias.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi o resultado da persistência de Vargas em implantar siderúrgicas nacionais e estatais no país. Apesar do cancelamento da sociedade mista com a empresa americana *U.S. Steel* devido à Segunda Guerra Mundial, o presidente optou por constituir uma empresa nacional com empréstimos do governo dos Estados Unidos e com o *Eximbank*, banco norte-americano.

A escolha da localização da usina passou por uma disputa entre frações do empresariado nacional, firmas estrangeiras e interesses “regionais”, como os governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No decreto-lei nº 3.002 de 30 de janeiro de 1941,

ficou estabelecida a localização da usina em Volta Redonda, distrito de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro.

A implantação da usina, entre o Rio Paraíba do Sul e a estrada de ferro Central do Brasil, por onde chega a matéria-prima – minério extraído em Congonhas e o carvão mineral importado - e escoar o produto acabado, a cidade foi planejada para ocupar a porção sudeste mais próxima da usina. Assim, mesmo longe da matéria-prima, o empreendimento foi viabilizado pela proximidade do rio e da ferrovia.

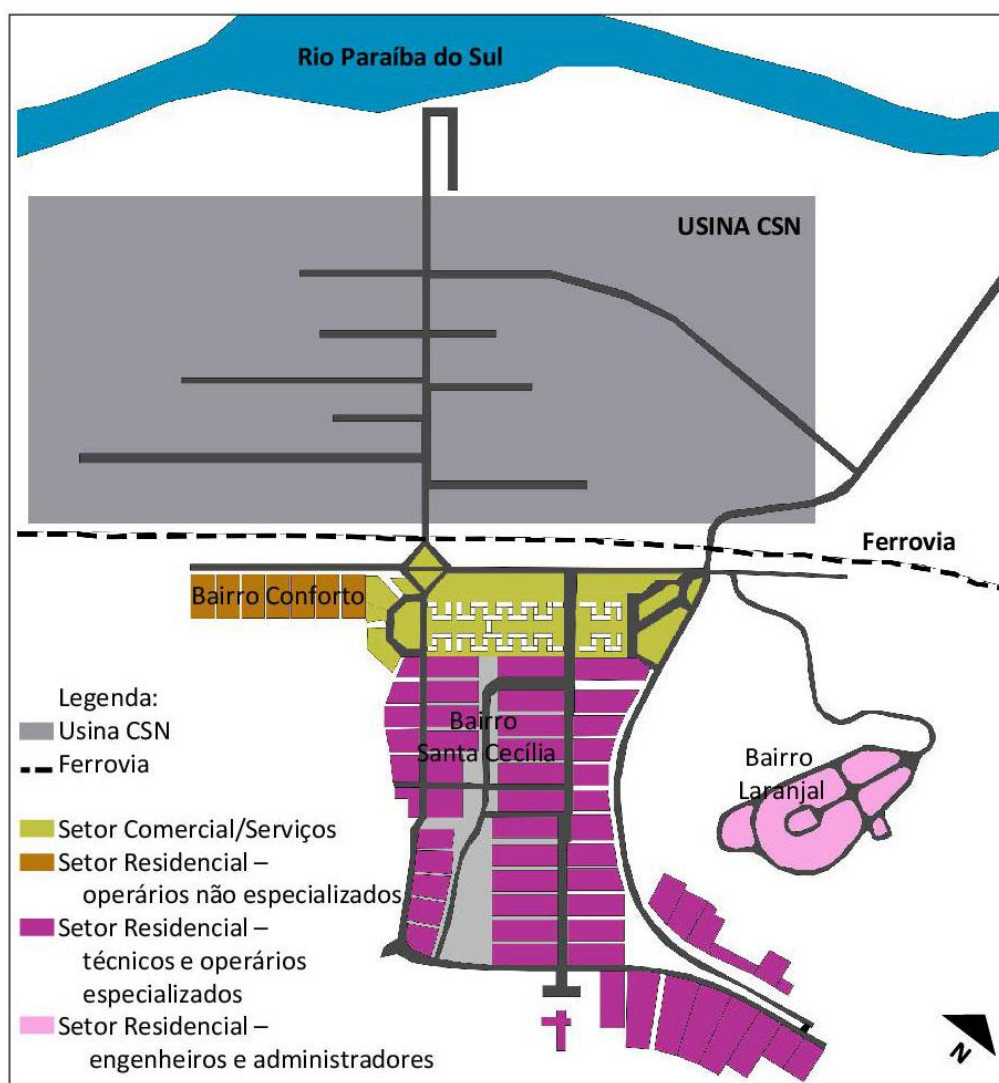
A Usina Siderúrgica CSN e a vila operária foram projetadas com o intuito de servir como modelo de cidade industrial a ser seguido no país nos anos 1940, já que se tratava de um empreendimento com investimento estatal (ASSIS, 2013).

O desenho do núcleo partiu do traçado elaborado para a usina, que possuía uma via na parte central no sentido norte/sul, tendo ao sul a entrada principal. Entende-se que a continuação dessa via no traçado urbano teve como propósito a facilidade de acesso ao local de trabalho pelos moradores/trabalhadores e a ocupação nessa direção baseada nos ventos dominantes que levavam a fumaça da usina para a direção oposta, ao norte.

Em relação ao sítio local, o arquiteto Atílio Corrêa Lima não propôs nenhuma relação dos novos bairros com os dois núcleos existentes na região, mesmo que esses já contassem com alguns equipamentos urbanos, como escolas, casas comerciais e estação ferroviária. As fazendas Santa Cecília e Retiro foram adquiridas pelo Governo do Estado do Rio e doadas à empresa.

O plano propunha a criação de três bairros: Conforto, Santa Cecília e Laranjal. A ocupação desses bairros foi dividida de acordo com o cargo ocupado pelos funcionários, sendo o bairro Conforto destinado para os operários não especializados, Santa Cecília para os técnicos e operários especializados, e Laranjal, que ocupava o alto de uma colina, para os engenheiros e administradores. Para ligar os três setores residenciais, foi criado, próximo à saída da usina, um setor de comércio e serviços, que facilitava o acesso de todos aos serviços disponíveis na cidade (ASSIS, 2013).

Figura 05 – Plano urbano de 1941 para Volta Redonda com a divisão dos setores residenciais

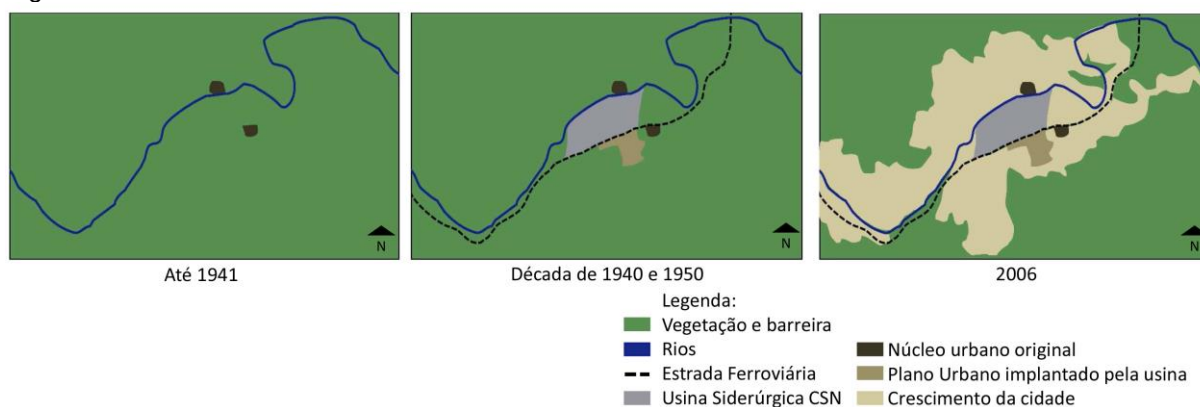


Fonte: Interpretação da autora (2018) sobre base de ASSIS (2013).

Os bairros planejados não comportaram todos os funcionários da usina nem os aventureiros em busca de emprego e de um novo padrão de vida. Surgiram novos assentamentos ao redor da indústria e, posteriormente, o crescimento partiu para margem norte do rio de forma não planejada, como os bairros Retiro e São Lucas. Ao longo do crescimento da cidade, os dois núcleos originais serviram como eixo de ligação para os bairros novos e a usina, sendo incorporados na malha urbana e no cotidiano dos moradores.

De acordo com Fontes e Lamarão (2006, p.248), a cidade apresenta uma configuração radiocêntrica a partir da usina, que domina a paisagem urbana. Pode-se dizer que Volta Redonda nasceu a serviço da indústria e se expandiu aos seus “pés”.

Figura 06 – Crescimento da cidade de Volta Redonda

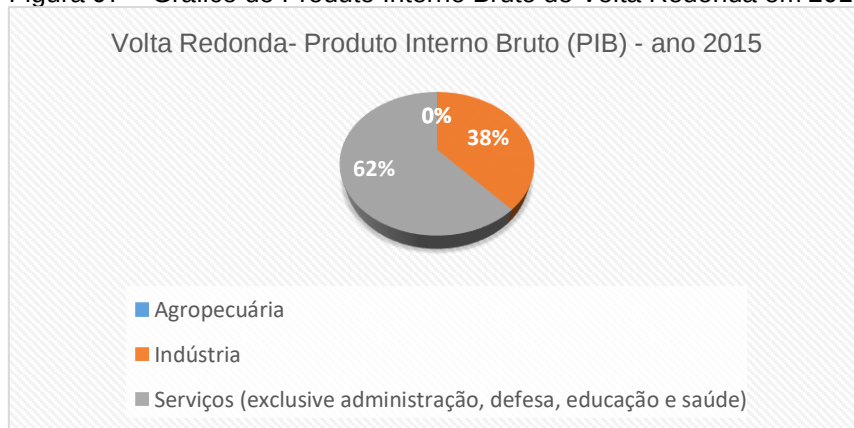


Fonte: Interpretação da autora (2018) sobre base de Google Maps (2006).

Inicialmente, a usina controlava diretamente seu patrimônio através dos serviços de limpeza urbana, abastecimento de água, esgoto, luz e telefone, além da construção e manutenção das casas. Os empregados apenas pagavam aluguéis simbólicos e usufruíam dos serviços. Porém, após a emancipação político-administrativa do município em 1954, antes distrito de Barra Mansa, a companhia afastou-se desses compromissos, passando a responsabilidade para a Prefeitura Municipal. A venda das residências construídas por uma imobiliária criada pela usina a partir da década de 1960 foi o reflexo desse afastamento.

Após a privatização da usina em 1993, o setor de serviços passou a ser a base da economia da cidade, como demonstra o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 (IBGE, 2015), sendo o comércio o principal empregador. Referência em centro de saúde e educação na região Sul Fluminense, a cidade vem recebendo investimentos para desenvolver diversos projetos que irão fomentar e promover a economia do município.

Figura 07 – Gráfico do Produto Interno Bruto de Volta Redonda em 2015



Fonte: IBGE (2015).

Assis (2013, p. 136) explica que as políticas públicas, baseadas no marketing urbano, foram fundamentais para atrair investimentos, como a reconstrução do estádio municipal, urbanização de regiões periféricas, reforma de praças e revitalização das áreas comerciais.

2.2.3 Ipatinga e a Usiminas

Há um debate quanto à origem da cidade de Ipatinga. Por um lado, acredita-se que a região foi destinada por D. Pedro I para a catequização indígena e, por outro, que a cidade surgiu quando a estrada de ferro Vitória-Minas foi implantada para ligar Itabira a Vitória, no Espírito Santo (IBGE, 2010). De qualquer modo, a cidade ficou conhecida após a Comissão da Companhia Belgo Mineira explorar carvão vegetal na região para o abastecimento dos altos-fornos da usina em João Monlevade. Em 1955, Ipatinga limitava-se a uma pequena estação da estrada de ferro e a um pequeno núcleo populacional com 300 habitantes distribuídos em 60 casas e que viviam da agropecuária.

A mudança na região teve início com a instalação da siderúrgica Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (Usiminas) em 1956. A usina fazia parte do Plano Siderúrgico Nacional da Siderurgia Brasileira S/A (Siderbras). Esse plano foi desenvolvido antes mesmo da criação da CSN, porém firmado após o retorno dos investimentos estrangeiros, que estavam voltados para a reconstrução da Europa com o fim da Segunda Guerra Mundial.

A escolha do local para a implantação da usina difere das de João Monlevade e Volta Redonda por priorizar a proximidade da ferrovia, ao invés do Rio Piracicaba, que faz parte da Bacia do Rio Doce. A ferrovia possibilita a chegada das matérias-primas, do minério que é extraído no quadrilátero ferrífero e do carvão mineral importado, além do escoamento da produção. Para acesso à água, foi necessário o bombeamento da água do rio.

Outra diferença foi a preocupação em distanciar os bairros planejados com cinturão verde a fim de evitar a poluição atmosférica e sonora. Assim, a usina e o núcleo urbano foram desenvolvidos no hiato criado pela ferrovia e o Rio Piracicaba. Os terrenos adquiridos pela usina não incluíam o antigo núcleo existente, o que demonstra a falta de relação deste com os novos bairros.

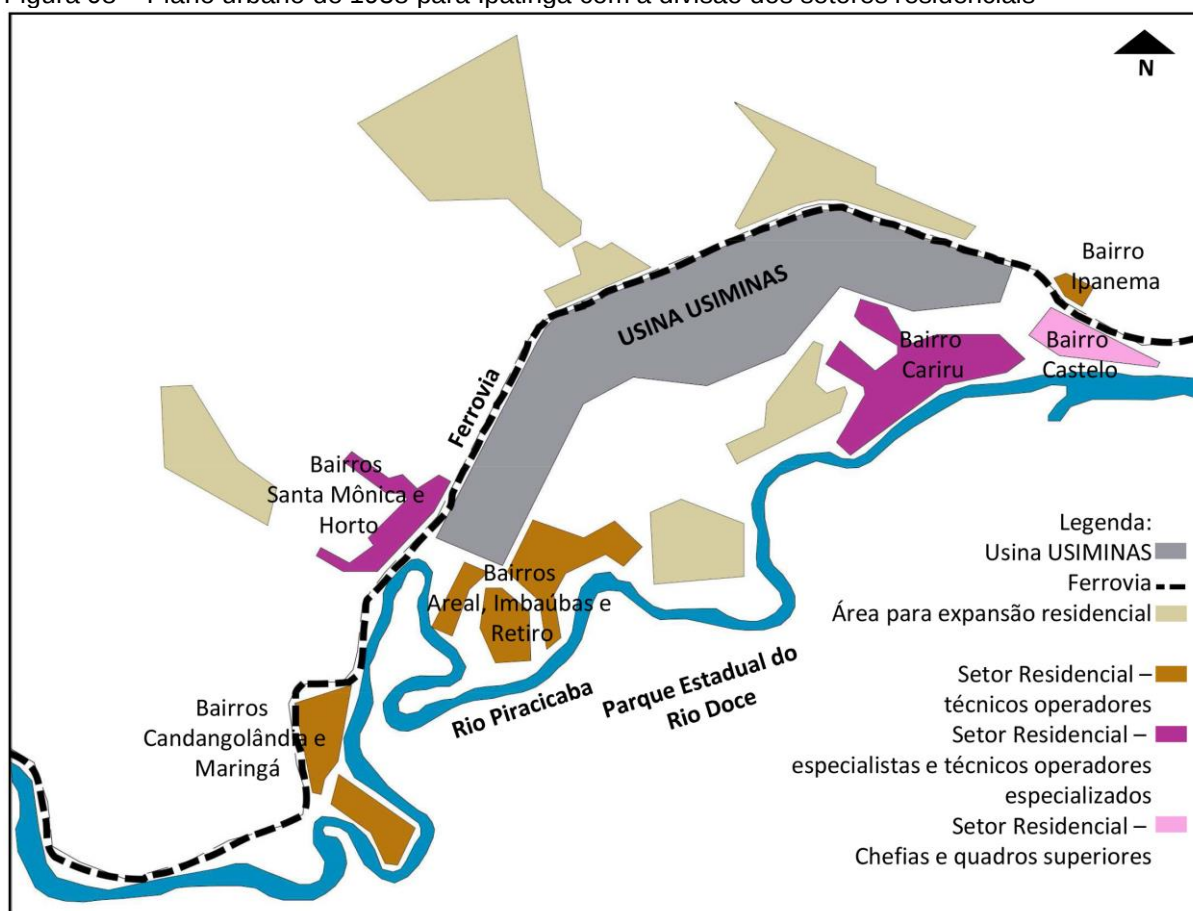
O plano urbanístico desenvolvido por Raphael Hardy Filho foi realizado de forma que fossem aproveitados todos os terrenos adquiridos pela usina, adotando o partido de pequenos núcleos interligados por vias de penetração e tráfego periférico. O cálculo de habitações necessárias teve como base a produção da usina e também referências das cidades já aqui apresentadas.

O projeto propôs 3.000 habitações destinadas a todos os empregados da usina, tanto os diretores quanto os operários, sendo divididas em nove bairros: Castelo, Cariru, Horto, Santa Mônica, Bom Retiro, Areal, Imbaúbas, Vila Ipanema, Candangolândia e Maringá.

Cada bairro foi ocupado de acordo com o cargo do empregado na usina: o Castelo por funcionários com cargos superiores e chefes; Cariru, Horto e Santa Mônica por especialistas e técnicos; Bom Retiro, Areal, Imbaúbas e Vila Ipanema por operários menos especializados, e Candangolândia e Maringá por técnicos e operários que trabalhariam na construção da cidade (RESENDE DE MENDONÇA, 2006).

Para dispor esses bairros no desenho urbano, foram levadas em consideração a topografia e a proximidade da usina. O bairro destinado para os cargos de chefia ocupou o alto do morro, ficando mais isolado dos demais. O bairro Cariru ficou próximo ao rio e à zona bancária e comercial, promovendo melhores condições aos moradores. Os bairros Candangolândia e Maringá, os mais afastados da usina, como não foram destinados para cargos ligados ao funcionamento da usina, não exigiam essa proximidade.

Figura 08 – Plano urbano de 1958 para Ipatinga com a divisão dos setores residenciais



Fonte: RESENDE DE MENDONÇA (2016). Interpretação da autora (2018).

Em cada bairro foi construído um centro comercial, posto de saúde e escolas, devido à fragmentação e à distância uns dos outros. Apenas no bairro Castelo foi projetado um hotel, o Grande Hotel Ipatinga, que abrigaria visitantes e funcionários externos de altos cargos.

Inicialmente as residências eram propriedade da usina; em 1964, foram vendidas aos funcionários. Havia a ressalva de que a preferência de recompra do imóvel seria da própria usina, o que iria permitir à empresa manter o controle do mercado imobiliário. Ao longo dos anos, essa ressalva foi abolida e o objetivo do plano de Hardy foi se concretizando, qual seja, de que a livre-iniciativa do mercado passasse a atuar cada vez mais no espaço urbano.

Indicada pelo plano urbanístico, a expansão da cidade ocorreu para o sentido norte, já que na margem oposta do rio Piracicaba existe uma reserva florestal, o Parque Estadual do Rio Doce. Essa ocupação trouxe duas consequências para a cidade: tornou o espaço urbano ainda mais fragmentado a partir de barreiras físicas como a usina, as ferrovias, as rodovias que cortam a cidade e a topografia que não permite ocupação adequada; e incluiu o vilarejo, que hoje recebe o nome de Centro, já existente na região na malha urbana da cidade.

O maior crescimento populacional da cidade ocorreu na década de 1970, a partir do aumento da produção da usina e da criação da Usiminas Mecânica (Usimec), que atraiu um fluxo migratório de pessoas em busca de emprego. A cidade passou de 47.882 habitantes em 1970 para 150.318 habitantes em 1980, de acordo com os censos realizados nesses anos (IBGE, 2016). O poder público não conseguiu acompanhar o processo de urbanização da cidade, o que resultou em ocupações irregulares e falta de infraestrutura em algumas regiões.

Figura 09 – Crescimento da cidade de Ipatinga

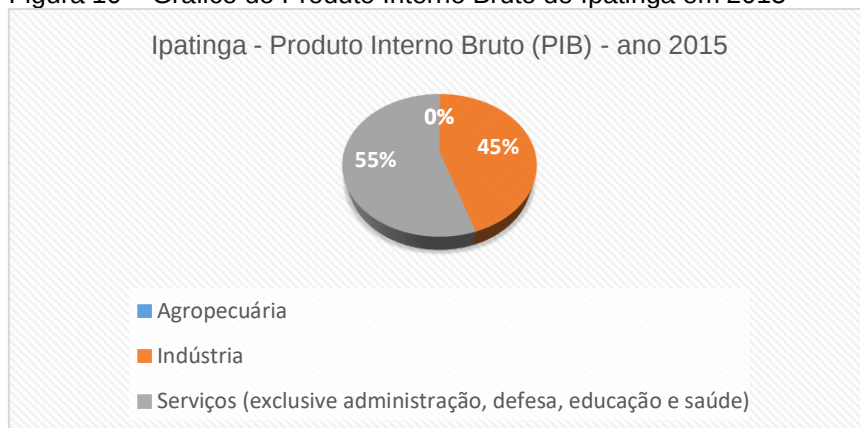


Fonte: Interpretação da autora (2018) com base no Google Maps (2006).

Para tentar solucionar esses problemas, foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Integrado do Aglomerado Urbano do Vale do Aço, realizado em 1976, através do convênio do estado de Minas Gerais com a Fundação João Pinheiro. O plano incluiu os municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo, região que formava um grande polo industrial. Ele buscou consolidar a estrutura administrativa e a legislação urbana de cada município a fim de

administrar os impactos do crescimento da região como um todo (RESENDE DE MENDONÇA, 2006).

Figura 10 – Gráfico do Produto Interno Bruto de Ipatinga em 2015



Fonte: IBGE (2015).

O processo de privatização das estatais durante o governo Collor na década de 1990 abarcou a Usiminas. Mantendo o nome, a usina foi vendida em outubro de 1991 para o capital privado, destacando-se os investidores japoneses e argentinos. O setor de serviços passou a ser a base da economia da cidade, como mostra o PIB em 2015, sendo o comércio o principal empregador e a cidade, um polo de educação e saúde da região do Vale do Aço.

2.3 A segregação socioespacial nas cidades siderúrgicas

Historicamente, processos de segregação socioespacial em cidades planejadas por empresas são percebidos desde a Revolução Industrial na Inglaterra, reflexo da urbanização capitalista. O capitalismo não apenas provocou a divisão social e técnica no trabalho, como também a diversificação dos interesses econômicos e sociais, ocasionando o domínio de uma classe específica, a burguesia, sob a classe operária (CASTELLS, 1983). Esse domínio e a desigualdade social configuram-se na estrutura urbana através da distribuição seletiva e hierarquizada dos grupos sociais, separando-os e diferenciando o acesso aos equipamentos e serviços coletivos.

Durante a Revolução Industrial, nas cidades inglesas planejadas pela indústria, conhecidas como *company towns*, havia um esquema urbanístico baseado em alguns princípios ideológicos, dentre eles a hierarquia funcional através de diferentes tipos residenciais (PEREIRA COSTA, 2008). Seguindo a lógica da urbanização capitalista, os bairros residenciais de baixa densidade eram destinados aos funcionários de cargo mais qualificado, enquanto os funcionários de função inferior eram instalados em locais com lotes menores, consequentemente, com maior densidade. Lynch (1989) explica que esse espaço

urbano construído pelos ingleses era utilizado para expressar o controle do patrão sobre seus funcionários, concretizando uma estrutura social imposta.

[...] A sociedade estava minuciosamente estratificada e o assentamento distinto estava distribuído em categorias funcionais, padrão salarial e lugar da residência. A altura da cota da implantação da residência e da visibilidade panorâmica era empregada para expressar o domínio social (LYNCH, 1989, p.25).

A cidade de Saltaire é um exemplo desse modelo implantado na Inglaterra. Foi construída ao longo do rio Aire, no norte da Inglaterra, em meados do século XIX, para abrigar funcionários da indústria têxtil. A vila foi planejada para mais de 800 habitações, ruas largas, hospital, instituições de educação, área de lazer e Igreja. Motivado pela preocupação filantrópica com trabalhadores, o dono da fábrica proporcionou-lhes um ambiente saudável e seguro, porém, a real intenção era de manter a produtividade. Havia a hierarquização das residências conforme o cargo ocupado pelo funcionário e os modelos variavam em tamanhos de terraços e jardins.

Esse modelo foi importado por vários países a partir da expansão industrial, a exemplo dos Estados Unidos e, tardiamente, do Brasil, como foi visto em Nova Lima, com a implantação da companhia inglesa *Saint John Del Rey Mining Company*, do setor aurífero. Esta empresa adquiriu o direito de exploração minerária e fundiária da Fazenda Morro Velho em 1834 e, contrapondo ao modo artesanal de exploração do minério visto na região de Minas Gerais, introduziu o modelo industrial para a atividade e a criação de uma vila para abrigar seus funcionários, tendo a empresa o domínio da produção e de seus empregados. A hierarquia não era vista apenas no trabalho, mas também no espaço urbano, com a diferenciação da localização das unidades habitacionais referentes à qualificação dos empregados, já que os diretores ficavam no ponto mais alto da topografia existente, enquanto os operários moravam ao lado da fábrica, e, no cotidiano, a partir do acesso diferenciado às festas e clubes.

De acordo com Pereira Costa (2008), pode-se afirmar que o modelo atuou como laboratório de experiência urbanística que, posteriormente, deu origem à cidade-jardim idealizada por Ebenezer Howard. O inglês propôs uma cidade que harmonizava as vantagens de uma vida ativa com os prazeres e a beleza do campo e que o planejamento deveria limitar o número de habitantes. Correia (2011) ressalta que esse modelo foi utilizado em diversas cidades brasileiras construídas por empresas com o objetivo de proporcionar ao empregado boa qualidade de vida associada à paisagem bucólica. Porém, deve ser destacado que a intenção real dessas empresas era a de manter o empregado saudável e ativo, sem prejuízos para a produção.

As cidades-empresas contemporâneas mantiveram os princípios básicos da ordem e da divisão social do trabalho na estrutura urbana e na apropriação dos espaços. Segundo Vicentini, “a concepção urbanística é diretamente derivada das relações sociais da indústria, traduzindo-se em cidades-modelo para operários, sem deixar de considerar ainda um modelo de comportamento social ideal, expresso pelo desejo de ‘ordem’[...]” (VICENTINI, 2004. p. 220).

A ordem é expressa na divisão do espaço produzido pelo empresariado de acordo com o conceito de “poder disciplinar”, apresentado por Foucault em seu livro “Vigiar e Punir” (1987). O autor afirma que não existe uma teoria do poder, e sim relações de poder que são prática social constituída historicamente. Neste caso, trata-se do poder do empresariado sobre o operariado. A disposição dos bairros nos planos urbanísticos reflete diretamente esse poder através da vigilância constante, como pode ser visto em alguns casos, a exemplo da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e a Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli em Juiz de Fora, em que os donos das fábricas residiram em um local mais elevado que a indústria e a vila para ter uma visão ampla da produção, vigiar os empregados e reforçar a soberania na hierarquia imposta.

Nas cidades siderúrgicas, como visto em João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, a divisão dos funcionários no espaço urbano ocorreu desde o planejamento, configurando a segregação socioespacial. De acordo com Ribeiro e Santos Junior (2003), essa segregação é entendida a partir da má distribuição de recursos e equipamentos pela cidade e a dificuldade de mobilidade por alguns grupos. Assim, percebe-se nessas cidades que, de um lado, estavam os bairros bem cuidados, com infraestrutura física para residências de técnicos e funcionários com cargo superior, e, de outro, os bairros sem equipamentos urbanos, para a residência de trabalhadores menos qualificados.

Os reflexos da segregação planejada nessas cidades foram percebidos logo após sua construção, não apenas entre os funcionários que ocuparam os bairros com padrões diferentes, mas também entre os funcionários que não foram contemplados e ocuparam os arredores da usina, criando outra relação de segregação social dentro da cidade, como descreve Sampaio (2008):

O surgimento no interior da cidade monoindustrial de duas cidades distintas - a pública e a privada - tem como origem o fato de que o capital, ao implantar seu núcleo urbano, geralmente só se responsabiliza pela reprodução da sua força de trabalho. A cidade privada é, então, aquela planejada pela indústria, dotada de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana, que abriga a sua mão de obra. A cidade pública que surgiu espontaneamente é fruto da chegada de fartos fluxos migratórios, possuindo infraestrutura

precária e abrigando a parcela populacional de menor renda (SAMPAIO, 2008, p. 27).

A implantação desse modelo só foi possível porque a empresa possuía o domínio financeiro como principal agente no processo de construção desses equipamentos urbanos. Inicialmente as prefeituras dos municípios tiveram um papel coadjuvante, concedendo-lhes incentivos fiscais e participação nas decisões políticas. A situação se reverteu após a emancipação desses municípios, o que levou ao distanciamento dessas empresas das questões administrativas das cidades. Com a venda e a privatização das mesmas, essa relação de poder da empresa sobre a cidade ficou ainda mais distante, por não ser mais a principal fonte de renda do município.

Atualmente, nessas cidades, como em todas as cidades capitalistas, o mercado imobiliário, associado às políticas públicas, faz o papel de promover certos espaços urbanos. Consequentemente, estruturam padrões de valorização do uso do solo, ocasionando a segregação socioespacial, como, por exemplo, a taxa de ocupação do lote ser diferente em cada parte da cidade, influenciando diretamente na qualidade ambiental do local; além da permissão em apenas algumas áreas para o comércio e uso institucional, fazendo com que o acesso a esses usos seja diferenciado para a população. Essas medidas não necessariamente estão relacionadas aos planos urbanos iniciais feitos pelas empresas que lhes deram origem, porém dão continuidade e podem acirrar a separação das classes sociais no território urbano.

3 OURO BRANCO/MG E SEU DESENVOLVIMENTO

A cidade de Ouro Branco, assim como João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, fez parte do processo de industrialização brasileira, através da implantação da siderúrgica Açominas, ocorrida na década de 1970. Para isso, houve necessidade da expansão da cidade existente, de origem colonial e com pequena infraestrutura, a partir de um plano urbano para abrigar uma população que poderia chegar a 180 mil habitantes quando o nível máximo de produção da usina fosse alcançado.

Apesar de um dos objetivos desse plano ter sido o envolvimento do núcleo existente, integrando-o ao traçado dos novos bairros, percebe-se que, após a finalização da expansão, o objetivo não foi alcançado. Isso porque, devido a questões políticas e econômicas, a empresa não obteve o crescimento esperado e, conseqüentemente, o aumento previsto para a população não se concretizou. Mesmo assim, a cidade foi se transformando ao longo dos anos, de um lugarejo de origem colonial em uma cidade industrial. A implantação da usina modificou a dinâmica espacial e social existente com a chegada dos novos moradores.

Para analisar Ouro Branco, é retomado o conceito de Carlos (2007), segundo o qual a cidade deve ser avaliada a partir de três planos indissociáveis: econômico, em que a produção é realizada pelo capital; político, em que a dominação do Estado se dá através da produção de um espaço normatizado; e o social, visto como reprodução da vida humana.

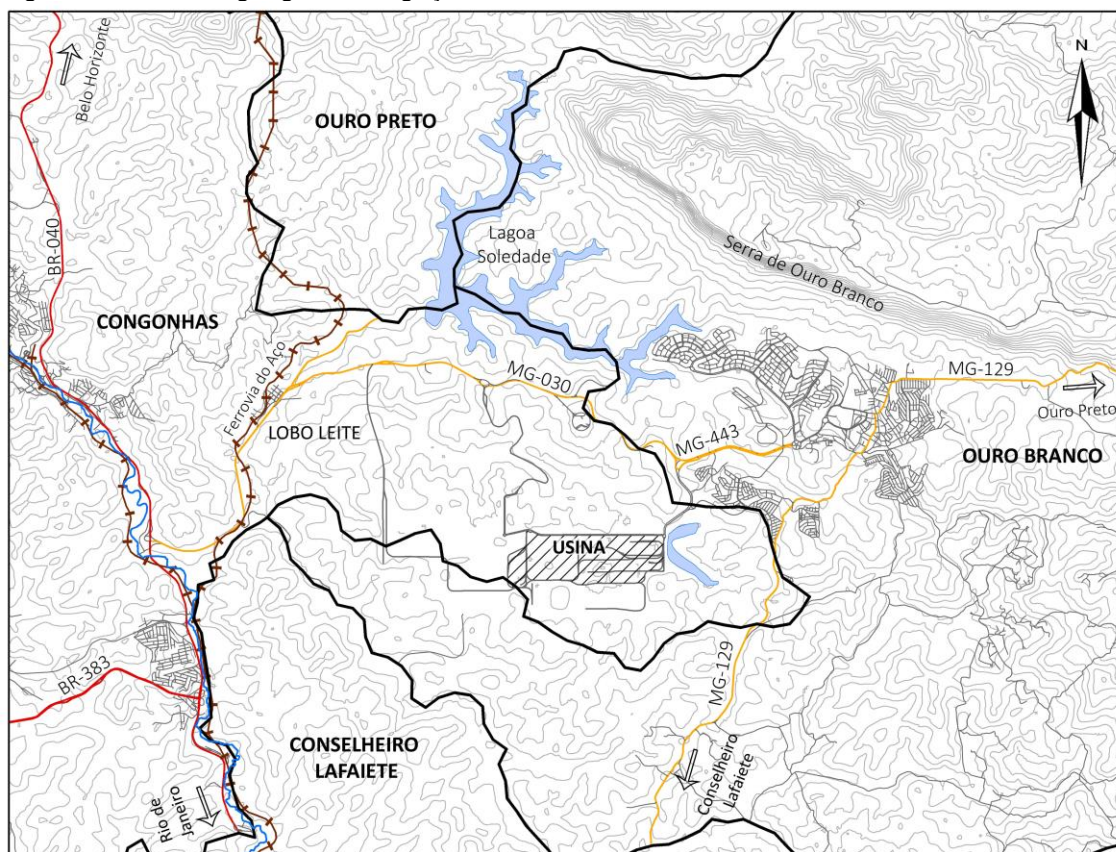
Inicialmente, são apresentadas as características geomorfológicas, população e renda da cidade, e um histórico fundado em três partes (antecedentes, implantação da usina e situação atual), destacando-se a questão econômica de cada época e seu reflexo no espaço. O domínio do Estado sob o solo urbano de Ouro Branco é apresentado com a análise do PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano) de 1978 e o Plano Diretor de 2007, revisado em 2010.

3.1 Ouro Branco

Ouro Branco localiza-se no estado de Minas Gerais, região sudeste do país. A distância entre a cidade e Belo Horizonte é de 95km e de Ouro Preto, 32km. Possui uma extensão territorial de 269km² de área e limite geográfico com as cidades de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto e Itaverava. As rodovias próximas e que cortam a cidade são: a MG-030, que liga a cidade à BR-040, caminho para Belo Horizonte e o Rio de Janeiro, e a MG-129, para Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto.

Esta última faz parte do traçado da antiga Estrada Real. A Ferrovia do Aço encontra-se distante da cidade e faz a ligação da usina ao porto de Vitória.

Figura 11 – Limites geográficos, ligações rodoviárias e ferroviárias de Ouro Branco



Legenda

- | | |
|--------------------|--------------------|
| Limites Municipais | Vias |
| Curvas de Nível | Rodovias Federais |
| Rio Maranhão | Rodovias Estaduais |
| Ferrovias | Massa d'Água |

0 1 2 Km

Sistema de coordenadas:
SIRGAS 2000, UTM, ZONE 23S.

Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no IBGE, 2015 e Open Street Map, 2015.

O município está situado em um planalto limitado a noroeste pela Serra de Ouro Branco, um acidente geográfico com 1.606m de altitude, e pela Serra de Itatiaia com 1.200m. Os dois limites foram atravessados pelos antigos caminhos reais que ligavam a capital da Província, Ouro Preto, à Corte no Rio de Janeiro. A Serra de Ouro Branco é considerada o marco inicial sul da Cadeia do Espinhaço, que compreende um grupo de serras com altitudes variáveis ao longo de 1.100 km de extensão até a Bahia. Esse marcante elemento natural faz parte da paisagem da cidade, podendo ser visto de qualquer ponto devido a sua grande altura.

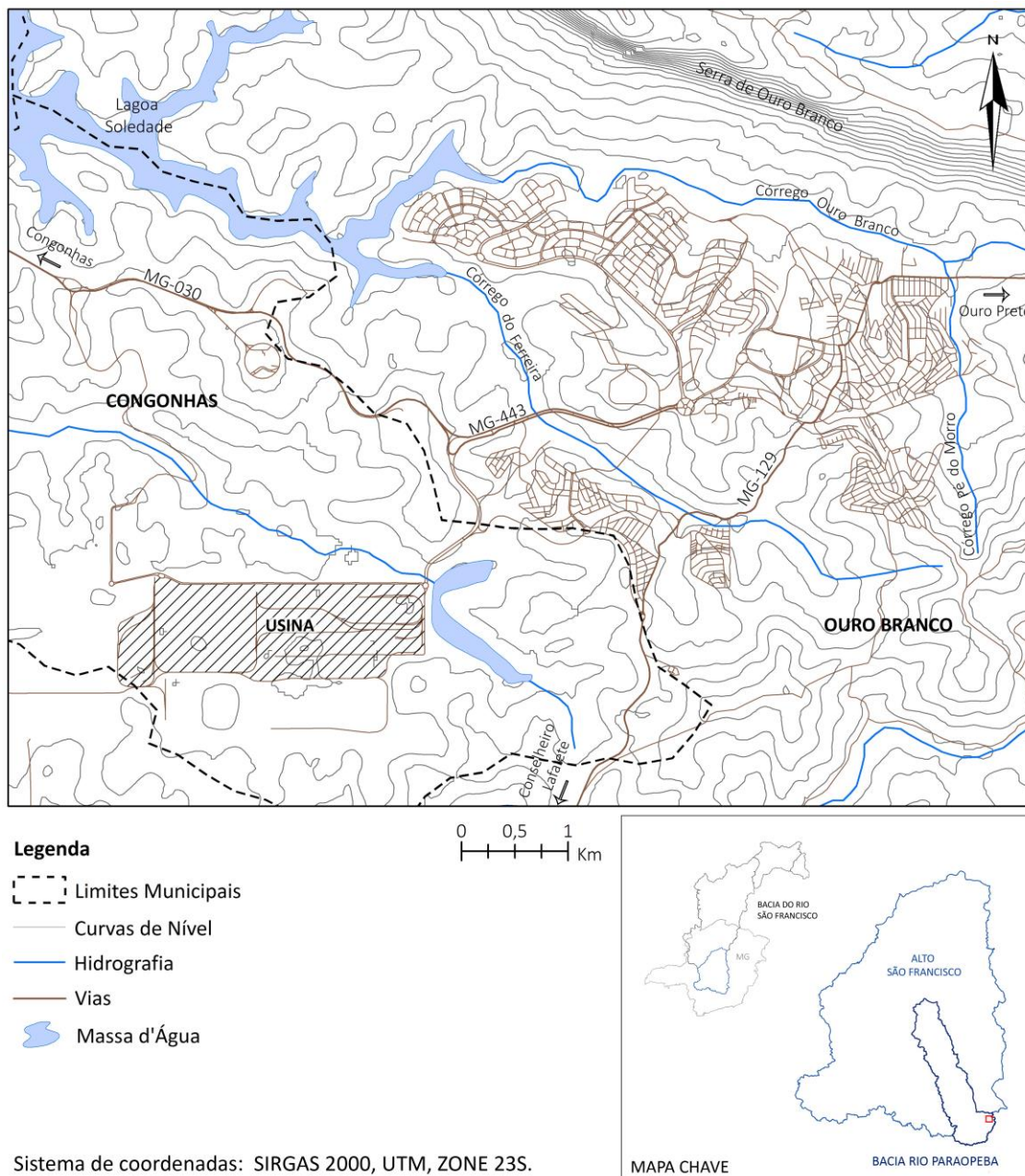
A cobertura vegetal é constituída por campos rupestres e de altitude, além de remanescentes de mata atlântica, representados pela fitofisionomia de floresta

estacional semidecidual. Os campos são caracterizados por um mosaico de formações vegetais que se desenvolvem em solo arenoso e pedregoso de origem quartzítica. As matas de galeria ocupam as margens dos cursos d'água e os capões, a parte baixa da cadeia montanhosa (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

A serra é o divisor de três grandes sub-bacias de importantes bacias hidrográficas do país: a sub-bacia do Rio das Velhas e a sub-bacia do Rio Paraopeba, que pertencem à bacia do Rio São Francisco; e a sub-bacia do Rio Piranga, da bacia do Rio Doce. Há uma grande quantidade de nascentes e cursos d'água que, em sua maioria, formam o Lago Soledade, como o córrego Ouro Branco e o córrego do Ferreira. Além disso, fornecem toda a água que é consumida pela população de Ouro Branco. Portanto, essa abundância de água foi um dos fatores para a escolha do local para a implantação da usina.

Assim, a cidade se desenvolve entre as barreiras físicas, a Serra de Ouro Branco e os córregos existentes, como mostra a figura 12.

Figura 12 – Topografia e hidrografia de Ouro Branco em 2015



De acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2012), a cidade possui população de 35.268 habitantes, sendo que 31.609 residem na área urbana e 3.659 na área rural. A maioria dos residentes da área urbana é de funcionários diretos ou indiretos da usina e seus familiares. Recentemente, foram instaladas duas faculdades federais na cidade, UFSJ (Universidade Federal de São João Del Rey) e IFMG (Instituto Federal de Minas Gerais), que atraíram um público jovem para o município. Esta é considerada uma população flutuante, pois não se fixa na cidade após o término dos estudos, já que nem todos os cursos oferecidos pelas instituições apresentam ligação com os

empregos oferecidos pela usina siderúrgica ali instalada, que é a principal captadora de mão de obra da cidade.

Quanto aos equipamentos urbanos, como escolas, há uma distribuição homogênea no tecido urbano da cidade; os hospitais são concentrados na porção central, herança da setorização definida pelo plano urbano inicial realizado em 1978. Para sanar essa defasagem, a prefeitura instalou unidades básicas de saúde em alguns bairros, como no Primeiro de Maio, São Francisco e Centro.

3.2 Desenvolvimento urbano e econômico de Ouro Branco/MG

O crescimento urbano e a mudança da base econômica da cidade são marcados pela presença da usina siderúrgica Açominas, em 1976, que foi o principal agente na transformação e no domínio da paisagem. Optou-se por dividir o histórico desse processo de desenvolvimento em três partes: antes da implantação da usina, que retoma a história da cidade, escolha da área e o plano urbano desenvolvido; durante a implantação da usina e seus percalços econômicos; e a fase posterior, que abrange a privatização da usina e a paisagem atual da cidade.

3.2.1 Antecedentes

A descoberta de ouro na região das Minas Gerais se deu no final do século XVII. A notícia da descoberta chegou tanto à região Nordeste, quanto aos paulistas, que iniciaram várias expedições (bandeiras) rumo aos sertões em busca do ouro. Os portugueses, então, viram a oportunidade para a regeneração econômica do país através da exploração e controle dessas riquezas.

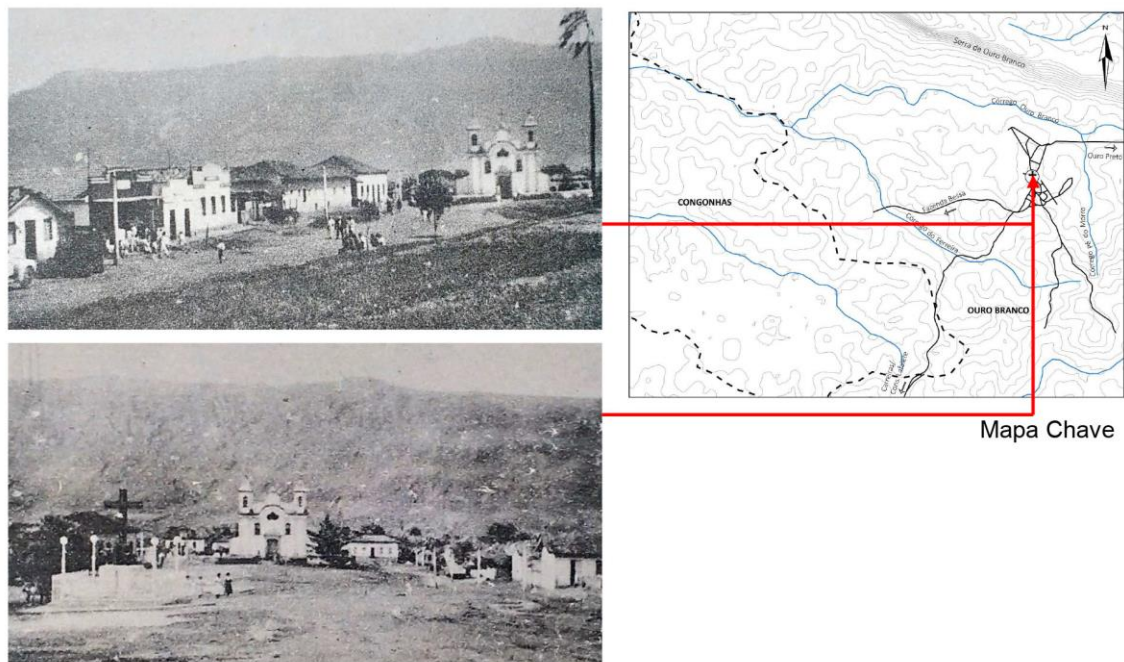
Os bandeirantes Miguel Garcia de Almeida Cunha e Manuel Garcia faziam parte da bandeira chefiada por Borba Gato, que descobriu metal na montanha Sabarabuçu, atual Sabará. Em busca de mais ouro, os dois seguiram para os altos da Cachoeira de Itabira do Campo, atualmente Itabirito, e lá a bandeira se dividiu. A bandeira de Manuel Garcia partiu para a direção nordeste da serra e descobriu o chamado “ouro preto”, de coloração escura, pela presença de óxido de ferro. Miguel Garcia desceu o vale chamado Rio da Serra na direção oeste, fundou um povoado após descobrir o ouro de cor amarelada, por causa do paládio associado ao mineral, então denominado “ouro branco” (OURO BRANCO, 2007). Ao pé da Serra de Ouro Branco, denominada na época Serra do Deus Livre, o povoado foi reconhecido pelo governo em 1724 (BARBOSA,1971).

Segundo Augusto de Lima Junior (1968), os povoados mineiros iniciavam-se por um rancho de tropas, nos quais os mineradores iam fazer suas compras nas mãos dos comboieiros, que traziam as mercadorias de consumo da Bahia, do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Ao redor desses ranchos, fixavam as casas de venda e, sobretudo aos domingos, os religiosos celebravam missas, batizados e casamentos, o que deu origem às capelas, mais tarde sucedidas pelas grandes igrejas: no princípio, constituíam-se em um cruzeiro e um altar rústico, posteriormente transformados em templo definitivo. Espalhados pelas montanhas e vales, os mineradores construíam casas junto às capelas, onde, aos sábados, vinham pernoitar com suas famílias. Aos domingos, assistiam à missa e faziam suas compras.

Este processo se repetiu na formação de Ouro Branco: o ponto de partida foi a igreja localizada na região central do povoado. A Igreja Matriz de Santo Antônio foi construída no período de 1717 a 1779. O lugarejo foi implantado no início do vale da serra em uma região mais plana e próxima a córregos, que serviam tanto para abastecimento da população, como também para exploração de ouro de aluvião, encontrado em seus leitos e encostas. As ruas estreitas e sinuosas acompanhavam a topografia existente e convergiam para a praça em frente à igreja.

O povoado de Santo Antônio de Ouro Branco teve, nos primeiros anos do século XVIII, o seu crescimento econômico relacionado à exploração do mineral, porém a rápida decadência da mineração foi consequência dos métodos de exploração do metal, desprovidos de qualquer técnica. Com o tempo, o comércio e a agricultura passaram a sustentar o povoado, possibilidade que surgiu devido à passagem de tropas vindas da capital, Rio de Janeiro, pelo antigo caminho real em direção a Vila Rica. O núcleo tornou-se local de passagem e estadia com casas comerciais, estalagens e selarias instaladas em torno da Igreja da Matriz e ao longo da Estrada Real.

Figura 13 - Igreja Matriz de Santo Antônio, largo e ocupação do seu entorno



Fonte: FERREIRA, 1958.

A calma do lugarejo atraiu diversas pessoas. Entre elas destacou-se o português Álvaro José dos Santos, que introduziu a cultura do plantio de batata inglesa no município. Posteriormente, a cidade tornou-se uma das maiores produtoras de batata de Minas Gerais (OURO BRANCO, 2007).

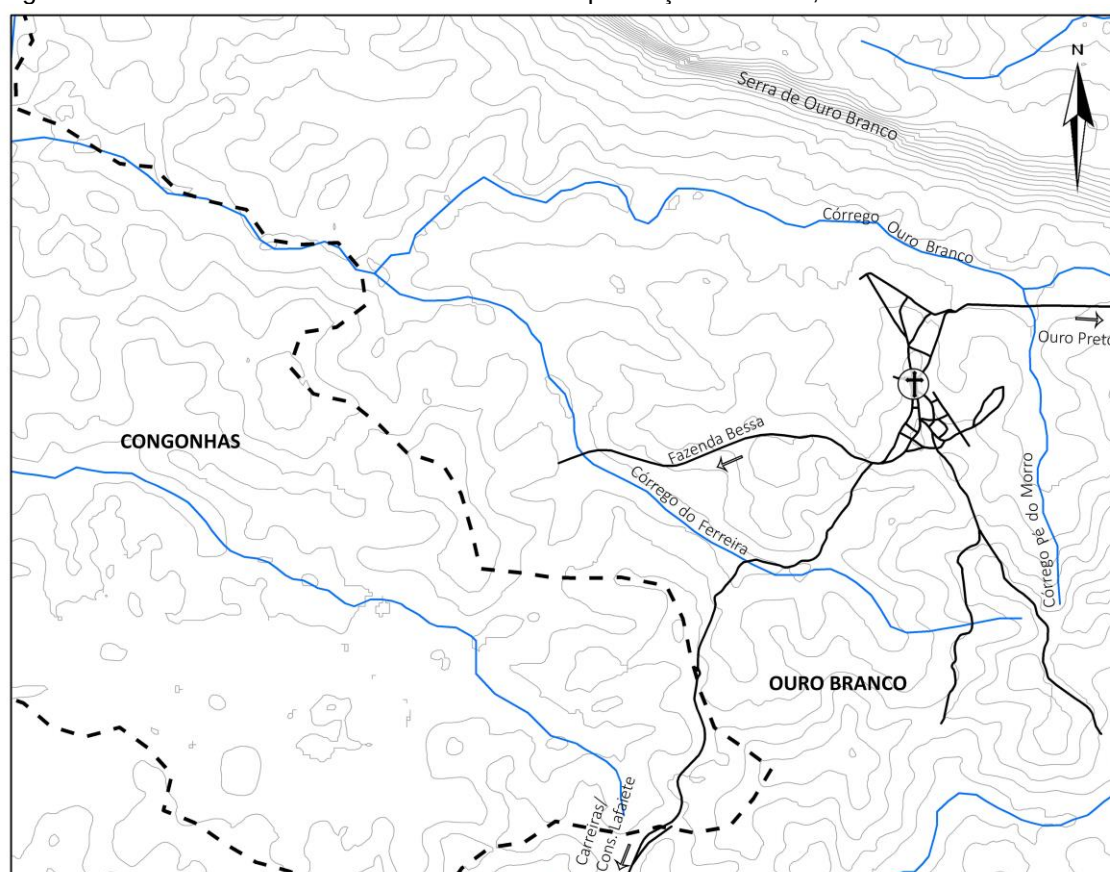
Em 1813, a população da cidade era de 1172 habitantes e, em 1824, de 1600 habitantes. Nos quadros de divisão administrativa do Brasil de 1911 e no recenseamento geral de 1920, Ouro Branco figura como distrito de Ouro Preto. O município foi criado pela Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, com território desmembrado de Ouro Preto, e seu único distrito é o da sede (FERREIRA, 1958). No Censo realizado em 1950, a cidade possuía 4266 habitantes, sendo que 3042 moravam na zona rural.

Não houve crescimento econômico considerável no município até 1976, permanecendo as atividades agrícolas e a indústria extrativista como os principais meios de subsistência locais. Além da batata inglesa, Ouro Branco produzia milho, feijão, arroz, café, mandioca, banana e laranja, enviados, principalmente, para os centros consumidores de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena e Conselheiro Lafaiete. A indústria extrativista teve relevante significado na economia do município, embora viesse decrescendo de ano para ano. Havia duas empresas que exploravam jazidas de talco de forma rudimentar, e também pequena produção de carvão vegetal.

O comércio de Ouro Branco mantinha transações com Belo Horizonte, Juiz de Fora, Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Rio de Janeiro, São Paulo, etc. e destes lugares vinham bens de consumo para a população local, como tecidos, combustíveis líquidos e ferragens (FERREIRA, 1958).

Em relação aos equipamentos urbanos nessa época, a pequena cidade possuía um posto de saúde e uma unidade hospitalar que não atendiam à maioria dos casos, que, muitas vezes, eram encaminhados para Belo Horizonte ou Conselheiro Lafaiete. O abastecimento de água era feito pela captação em uma das nascentes do Ribeirão Colônia, servindo praticamente a toda a população. Aqueles que não eram atendidos usavam chafarizes espalhados pela cidade. Não havia rede de esgoto sanitário; o lançamento se dava por meio de fossas. A energia elétrica era fornecida pela Cemig.

Figura 14 – Povoado de Ouro Branco antes da implantação da usina, 1970



Legenda

--- Limites Municipais

— Curvas de Nível

— Hidrografia

⊕ Igreja Matriz de Santo Antônio

— Ocupação 1724 a 1970

0 0,5 1 Km

Sistema de coordenadas:
SIRGAS 2000, UTM, ZONE 23S.

Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no IBGE, 2015 e Open Street Map, 2015.

Em 1924, foi autorizada a criação do Complexo Siderúrgico da Açominas, que fazia parte do Plano Siderúrgico Nacional desenvolvido pela Siderbras, prevista para ser construída no Vale do Paraopeba, que corresponde à região dos municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco, Belo Vale, Entre Rios de Minas, Jeceaba e São Brás do Suaçuí. Porém, somente em 1966, se efetivou a constituição acionária da usina e, em 1976, foi cravada a estaca inicial da sua construção. Nesta época, Ouro Branco, de acordo com o Censo de 1970, possuía 6.329 habitantes, sendo a maioria moradores da zona rural.

- A escolha da área da usina e dos novos bairros para os funcionários

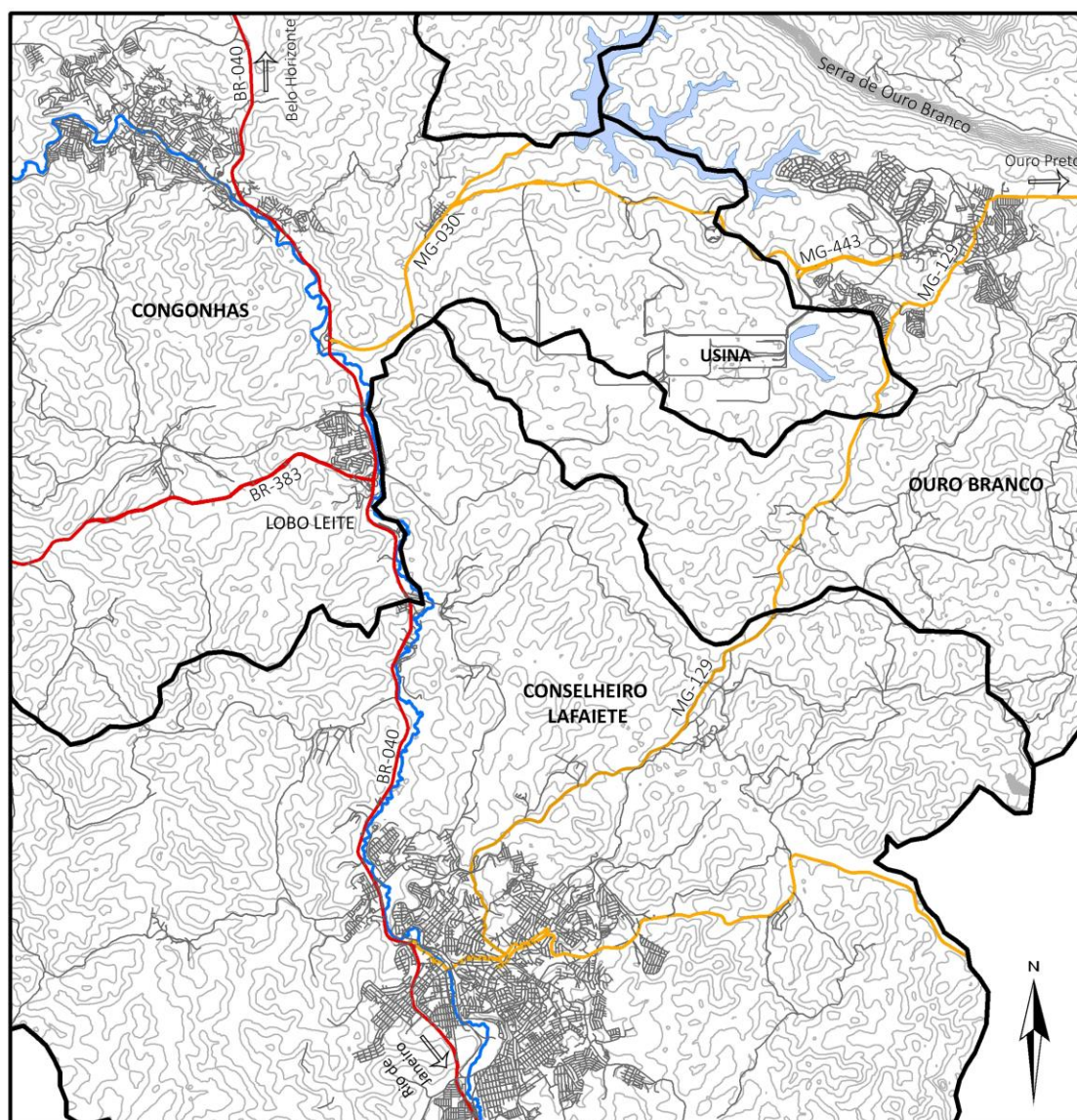
Dentro da região do Vale do Paraopeba, a área escolhida para a instalação da usina está localizada entre os municípios de Ouro Branco e Congonhas, ocupando aproximadamente 15km². A escolha do local partiu da proximidade da rodovia federal BR-040 e da malha ferroviária Vitória-Minas, através da Ferrovia do Aço, e também das jazidas de minério de ferro, calcário, dolomita, magnésio e outros insumos minerais, que representavam aproximadamente 72% da matéria-prima a ser consumida pela usina (Açominas, 1980).

Apesar de a região não possuir rios caudalosos, havia abundância de córregos provenientes das nascentes localizadas na Serra de Ouro Branco, o que permitiria a construção de uma lagoa artificial, ideia de José Bernardino dos Reis, morador de Ouro Branco. A lagoa seria abastecida pelos ribeirões Ouro Branco e Colônia e serviria para abastecer a usina, além de utilizada como área de lazer da cidade. Para construí-la, movimentaram 90 milhões de metros cúbicos de terra.

A topografia adequada, qualidade da paisagem, devido à presença da Serra de Ouro Branco, e proximidade com três sedes municipais, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, foram outros motivos para a escolha desse local.

A região sofreria grandes impactos com a implantação da siderúrgica, devido, principalmente, à precária infraestrutura das cidades e distritos que se localizavam ao redor da área, que iriam abrigar os empregados e seus familiares. Assim, a partir da definição da área para a usina, foi necessário um estudo para indicar o local apropriado à criação de bairros para essa nova população. A Fundação João Pinheiro, em parceria com o Estado, realizou um estudo de viabilidade em três possíveis localidades: as cidades de Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco e o distrito de Lobo Leite, pertencente a Congonhas.

Figura 15 – Localização da usina, Conselheiro Lafaiete, Lobo Leite (distrito de Congonhas) e Ouro Branco



Legenda

- | | |
|--------------------|--------------------|
| Limites Municipais | Rodovias Federais |
| Curvas de Nível | Rodovias Estaduais |
| Rio Maranhão | Massa d'Água |
| Vias | |

0 1 2
Km

Sistema de coordenadas:
SIRGAS 2000, UTM, ZONE 23S.

Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 2015 e dados Open Street Map, 2015

Para Ouro Branco, o diagnóstico foi positivo em vários aspectos: a área de expansão seria capaz de receber cerca de 2.000.000 de habitantes (cifra superestimada na época por ausência de levantamentos topográficos precisos); a cidade não seria seccionada por rodovia e ferrovia; a topografia era adequada para implantação da infraestrutura urbana e ventos dominantes apresentavam direção contrária à cidade, o que evitaria a poluição na área urbana (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978). Assim, a cidade foi escolhida para abrigar os funcionários da usina.

Vale destacar que os empregados foram alojados em Ouro Branco e a usina se estabeleceu em propriedades do município de Congonhas, fazendo com que a indústria influenciasse as duas cidades, sendo os impostos pagos para ambas as prefeituras, 49% para Ouro Branco e 51% para Congonhas.

- O Plano de Desenvolvimento Urbano de Ouro Branco (PDU) de 1978

O município original de Ouro Branco comportava em torno de 6.000 habitantes, sendo necessária a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) para a cidade, a partir da implantação da usina. Os novos bairros deveriam atender, em curto prazo, a uma população de 60.000 habitantes, e, em 20 anos, as estimativas situavam-se em torno de 180.000 habitantes, dos quais aproximadamente 90% residiriam nesses bairros (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978). A estrutura urbana precisaria atender às necessidades de alojamento, alimentação, comércio e saúde para toda essa população.

O plano foi desenvolvido, entre 1977 e 1978, por uma equipe que envolvia profissionais em sociologia, geografia, advocacia, medicina, engenharia, arquitetura, dentre outros. Apresentou questões de infraestrutura, com o desenho do arruamento e suas classificações (vias estruturais, coletoras e locais), rede de esgoto, distribuição de água e energia; bem como o habitacional, financiado pelos fundos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Este banco propunha o Programa Habitacional Empresa (Prohemp), que relacionava a empresa e o Estado como empreendedores. Esse programa pretendia facilitar a construção de moradias em locais próximos ao emprego com o financiamento total de 100% do custo das habitações, inclusive dos terrenos (BLAY, 1985).

Um dos objetivos do modelo apresentado pelo PDU foi “fazer de Ouro Branco uma cidade saudável, humana, alegre e aconchegante, onde as pessoas desejem nela residir e assim emprestar seus serviços profissionais à AÇOMINAS” (Açominas, 1980, p.7), criando uma cidade planejada que atendesse a toda a população ligada à produção da usina com a melhor qualidade de vida urbana.

Interessa a melhor qualidade de vida urbana para a cidade como um todo, de tal modo que as pessoas desejem morar na cidade para trabalhar na Usina, em vez de para trabalhar na Usina ter de morar em Ouro Branco. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978, v. I, p. 3.2)

O intuito do discurso que descreve a cidade como saudável, moderna e alegre foi de promovê-la e atrair a mão de obra que a usina demandava. Assim, mesmo na década de 1970, considerada por Costa e Costa (1997) como o último capítulo da produção do

espaço para a indústria, a estratégia utilizada foi a mesma descrita por Blay (1985) quando esses núcleos eram vistos como locais onde as pessoas viviam harmoniosamente. Entretanto, sabe-se que nesses núcleos existiam problemas, como explica Piquet (1998):

O fluxo migratório induzido pela expectativa de emprego, principalmente na etapa das obras de construção civil, resultaria no aumento do desemprego local/regional e, por conseguinte, no aparecimento de condições sociais até então desconhecidas, como a favelização, a prostituição, a criminalidade, etc (PIQUET, 1998, p. 662).

Outro objetivo do PDU era considerar Ouro Branco como uma “Cidade-Aberta” e não uma “Cidade-Companhia”. O termo “cidade aberta”, elaborado por Raphael Hardy Filho, que se refere à situação em que a livre iniciativa atua no mercado da cidade, entra em contradição com o fato de a empresa ser a “responsável pela criação de condições para seu desenvolvimento disciplinado”. A usina é o principal agente de atuação e controle do crescimento do espaço urbano de Ouro Branco.

O PDU possui três volumes: Plano de Desenvolvimento Urbano, Mapas e Legislação Urbana. O primeiro apresenta os condicionantes físicos da cidade e a previsão socioeconômica, modelo urbano dividido em sistema viário, uso do solo, zoneamento, parcelamento e equipamentos urbanos, além da implantação através do suporte institucional administrativo com a organização da Prefeitura e criação de leis. O volume de mapas ilustra o modelo urbano descrito no primeiro. E o terceiro volume expõe a legislação urbana através da lei de uso do solo e do código de obras e posturas.

O plano foi elaborado seguindo a linguagem do planejamento urbano dos anos 1970, correspondente ao período militar no Brasil, em que questões urbanas e regionais passaram a integrar o quadro das políticas desenvolvidas pelo Estado. Então, com o intuito de organização do espaço e melhorar o uso dos recursos públicos, o planejamento ocupou um lugar estratégico nas políticas públicas.

Segundo Harvey, surgiram novas linguagens e novas categorias de profissionais que iriam se firmar como especialistas da cidade, através do discurso e do saber especializado, os planejadores.

A crença no ‘progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais’ sob condições padronizadas de conhecimento e produção era forte. Por isso, o modernismo resultante era ‘positivista, tecnocrático e racionalista’, ao mesmo tempo que era imposto como a obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiões do gosto refinado (HARVEY, 2014, p.42).

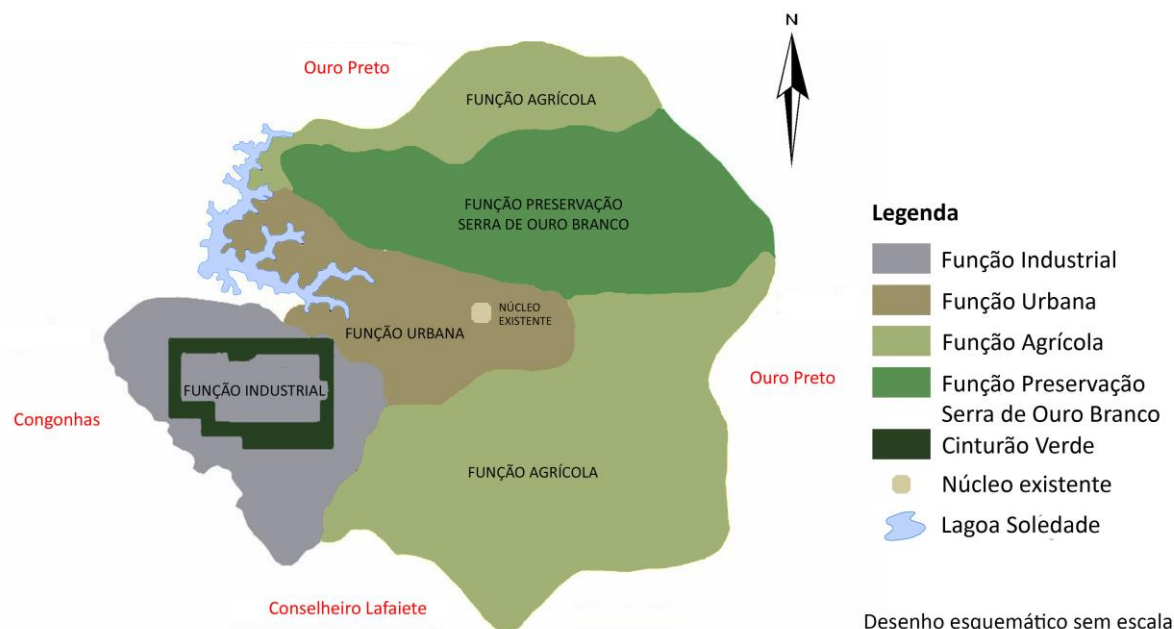
Esse discurso, através do tecnocratismo, configurou-se como elemento de exclusão social, já que poucos entendiam e poderiam participar da tomada de decisões, não consultando os moradores do local. O tecnocratismo, utilizado pelo Estado, pode ser entendido como o uso da racionalidade técnica para justificar suas decisões quanto ao planejamento urbano, sendo a organização social vista como dependente dos fatores espaciais, técnicos e biológicos, ao invés das relações de conflito de classes. Portanto, as propostas dos planos urbanos dessa época baseavam-se em assistência técnica e profissional aos municípios preocupados com o crescimento demográfico, fundamentados com o crescimento da consciência da necessidade de organização do espaço urbano e salubridade.

A partir do levantamento dos limites físicos da área ao redor do núcleo existente, iniciou-se a proposta de um zoneamento para organização geral do espaço, adotando princípios progressistas, sem nenhuma consulta aos moradores locais. Esses princípios tiveram como referência a Carta de Atenas e propunham estruturas urbanas organizadas e ideais para o habitar humano. De acordo com Monte-Mor (2006):

[...]justaposição no espaço urbano das múltiplas classes, etnias, credos e culturas sob a égide do capital e hegemonia da burguesia, fizeram com que as propostas racionalistas ampliassem sua influência no planejamento de cidades. No limite, buscava-se impor à divisão social do trabalho na cidade a hierarquia, rigidez e lógica da divisão técnica do trabalho na fábrica. No Brasil, cidades monoindustriais como Volta Redonda e Ipatinga, entre muitas, espelharam em seu planejamento esse modelo de urbanismo subordinado à lógica produtiva industrial, hierarquizando rigidamente os espaços urbanos e os serviços ligados à reprodução segundo o papel funcional no processo de produção (MONTE-MOR, 2006, p. 67).

Deste modo, no plano urbanístico de Ouro Branco, foram estabelecidas as seguintes funções: preservação, industrial, agrícola e urbana.

Figura16 - Zoneamento do solo de Ouro Branco



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978.

A área de preservação propunha a conservação dos aspectos especiais da Serra de Ouro Branco em termos de paisagem, flora, fauna e de bens culturais, como a Estrada Real. Em 1977, para sua efetiva preservação, foi recomendado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) o tombamento da serra como Conjunto Paisagístico, com a justificativa de exuberância natural e ameaça da implantação dos novos bairros.

A área industrial foi destinada, além da usina, para a instalação de outras indústrias relacionadas com o processo siderúrgico. O plano previa que a localização do núcleo urbano deveria estar à distância de um raio de 5km da usina para evitar a conurbação, como ocorreu nas demais cidades monoindustriais. Outra medida implantada para evitar que a poluição atmosférica e sonora chegasse à cidade foi a criação de um cinturão verde ao redor da usina servindo como isolamento.

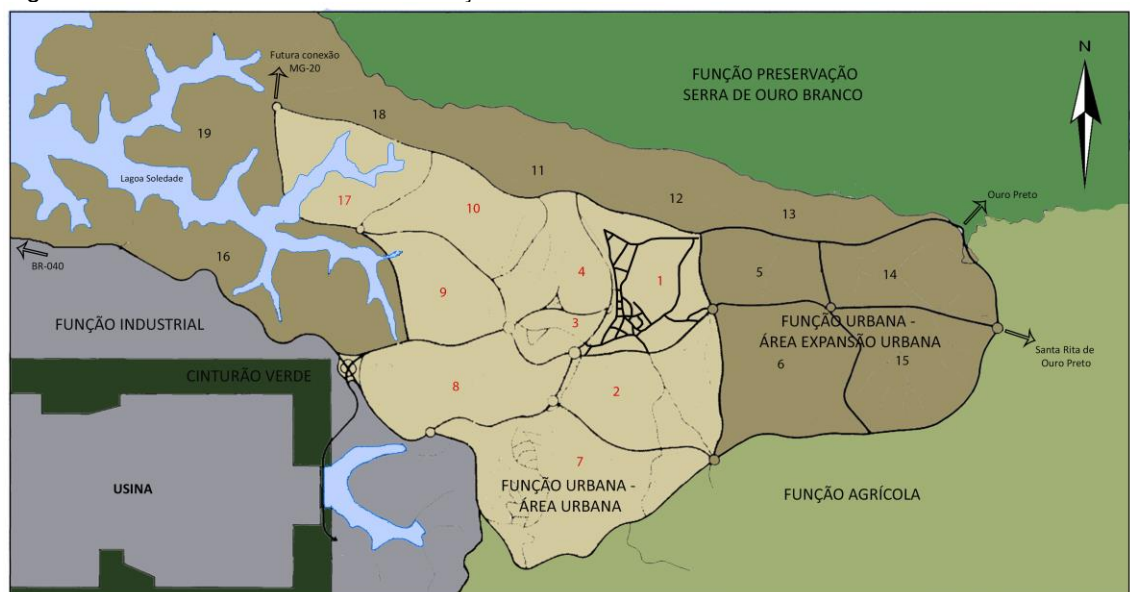
A área agrícola destinou-se à continuidade da prática das atividades agrícola e pecuária já estabelecidas no local escolhido pelo zoneamento, reforçando a intenção de preservar e manter a atividade identificada como principal fonte de renda dos moradores da cidade existente.

A área urbana foi subdividida em zonas urbana e de expansão urbana. A Zona Urbana poderia comportar cerca de 250.000 habitantes, dentro de parâmetros de densidades compatíveis com a qualidade de vida e com fatores econômicos de urbanização, enquanto a Zona de Expansão Urbana abrigaria mais 150.000 habitantes. A área foi

dividida em setores, para estabelecer a localização das habitações e dos equipamentos urbanos. Essa política e controle de ocupação foi possível pelo fato de a Açominas ser proprietária de 90% do solo da cidade.

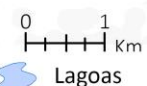
A Serra de Ouro Branco e a usina Açominas formaram barreiras que determinaram a posição das demais funções no território. A função urbana posicionou-se entre essas duas barreiras e, a partir do núcleo existente, o vetor de crescimento inicial foi direcionado para oeste, com o intuito de utilizar a lagoa artificial como elemento de lazer e contemplação. Para leste, a área foi destinada para expansão urbana, o que na realidade não ocorreu. Dessa forma, a presença da Serra na paisagem da cidade acontece de forma marcante, já que, em todos os pontos da cidade, o morador consegue visualizar esse elemento natural.

Figura 17 – Divisão dos setores da função urbana de Ouro Branco



Legenda

	Função Industrial		Função Agrícola
	Função Urbana - Área urbana		Função Preservação - Serra de Ouro Branco
	Função Urbana - Área expansão urbana		Cinturão Verde
	Função Urbana - Primeira ocupação		Núcleo existente



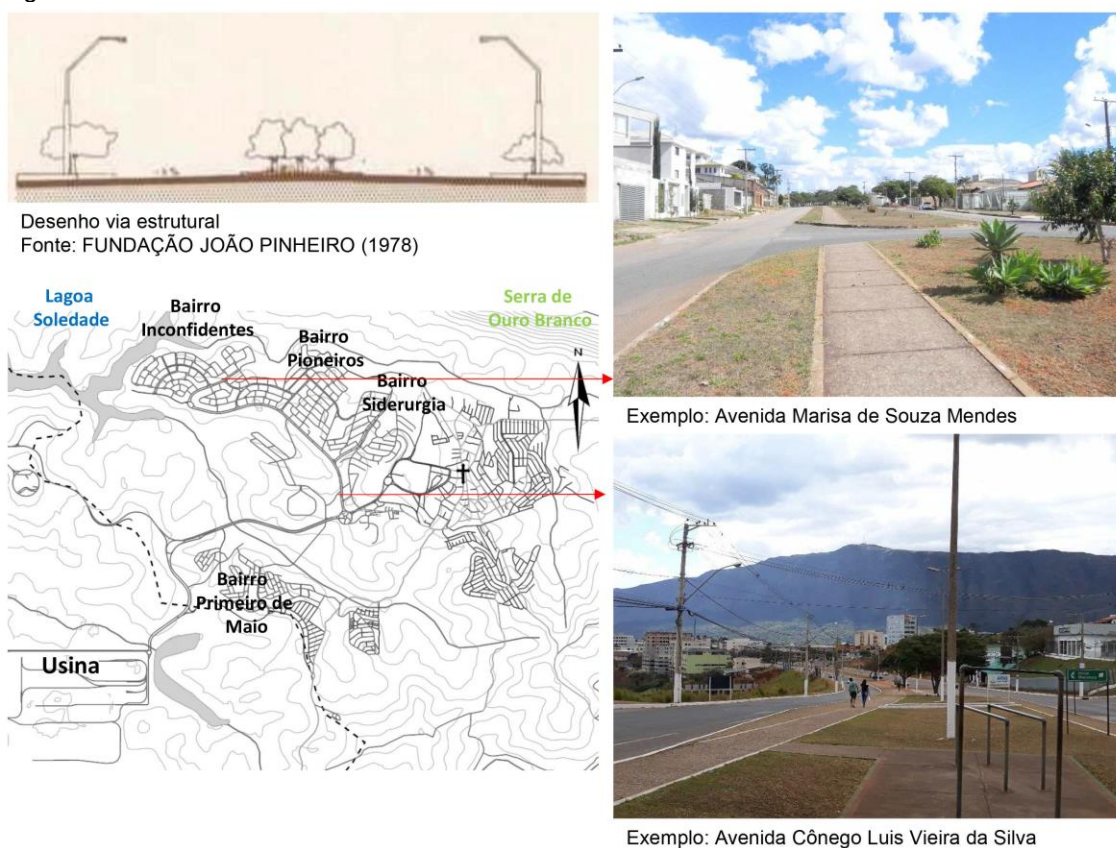
Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978.

De acordo com Silva (2014), as intervenções urbanísticas e os novos planos urbanos da época previam uma ampla rede viária de circulação como forma de melhorar as condições das cidades. A opção rodoviarista, a escolhida, foi permitida pelo aumento da aquisição do automóvel por parte da população brasileira na época, estruturando um novo modelo de urbanização, vigente até os dias atuais. Por conseguinte, viu-se que o segundo passo do PDU de Ouro Branco foi o lançamento do sistema viário estrutural a partir da morfologia do terreno e das ligações com o sistema regional

existente. Essas vias foram delimitadas com a função de atender ao maior tráfego entre os pontos extremos da cidade e ligação com as demais cidades vizinhas, Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Preto. O sistema viário interno foi hierarquizado em quatro níveis.

As vias estruturais estabeleceram os acessos e as ligações principais da cidade, concentrando a maior intensidade do tráfego, desempenhando as funções de vias de penetração e de distribuição entre os setores. Possuíram duas pistas de rolamento, separadas por um canteiro central arborizado e com pistas para retorno, podendo chegar a 42m entre passeios.

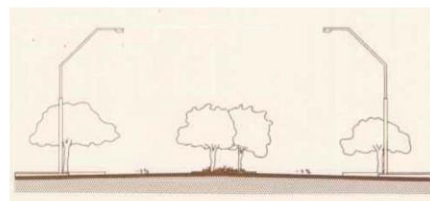
Figura 18 – Desenho e fotos de vias estruturais em Ouro Branco



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978; fotos do acervo da autora (2018).

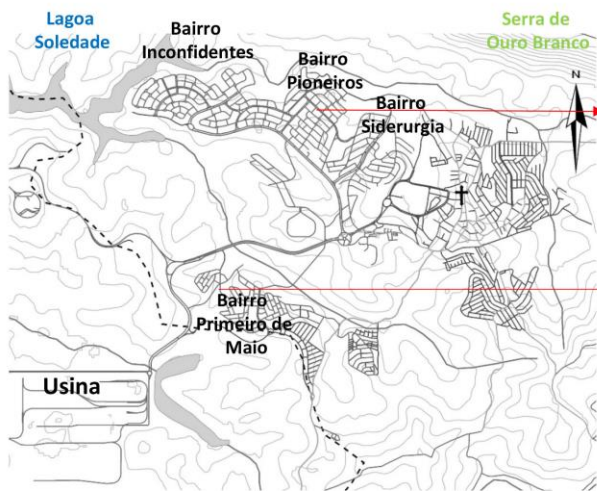
As vias coletoras desempenharam a função de distribuir o tráfego no interior dos setores, encaminhando-os para as vias locais, sendo classificadas em VC1, VC2 e VC3. Em um dos casos, apresentaram duas pistas separadas por arborização, faixas duplas destinadas a estacionamento e circulação de veículos. A iluminação pública está presente nos dois lados das pistas, devido à largura que pode chegar a 29m entre passeios. De acordo com o PDU de 1978, a arborização é feita com espécies frutíferas escolhidas para não apresentar perturbação ao tráfego e aos veículos estacionados.

Figura 19 – Desenho e fotos de vias coletoras em Ouro Branco



Desenho via coletora

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1978)



Exemplo: Avenida Barão da Eschwege

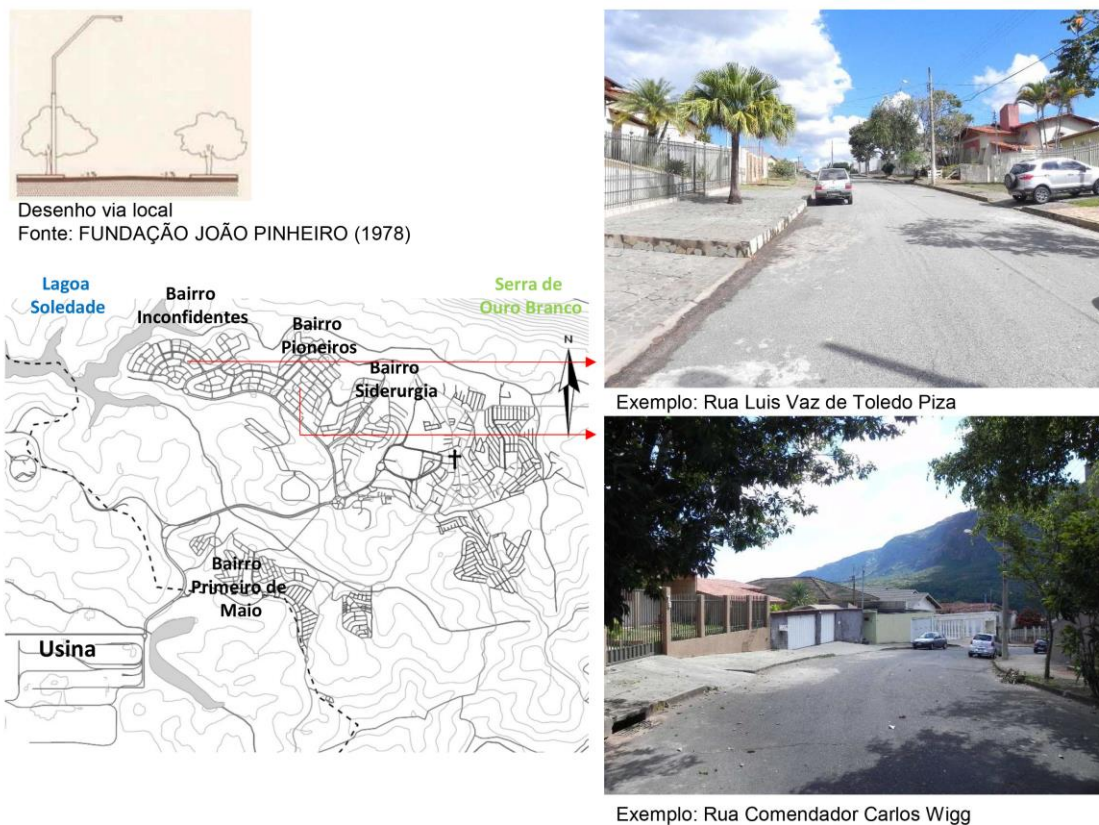


Exemplo: Avenida Conselheiro Lafaiete

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978; fotos do acervo da autora (2018).

As vias locais foram dimensionadas apenas para o acesso às habitações e outras edificações. Configuraram-se como ruas tranquilas e preservadas do grande tráfego. Os passeios possuem largura mínima de 1,5m, combinados com faixas arborizadas. Foram estabelecidos quatro tipos, VL01, VL02, VL03 e VL04, de acordo com a extensão, localização e necessidade de estacionamento.

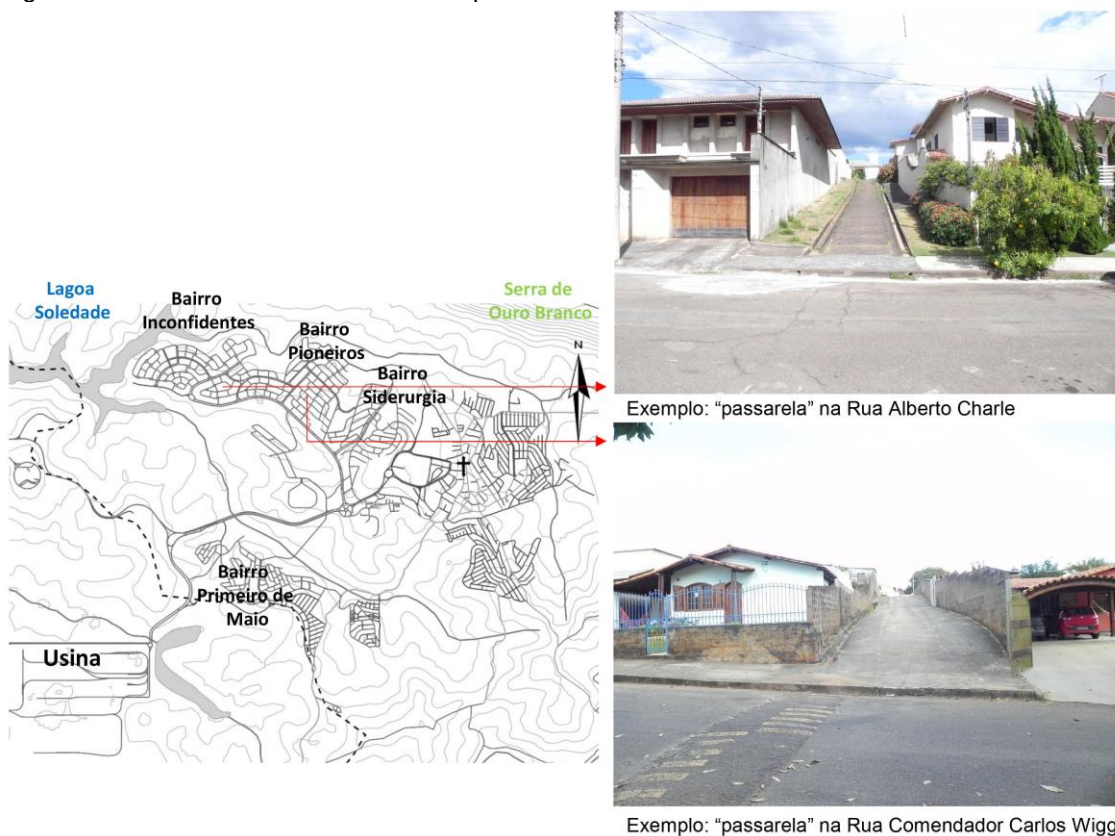
Figura 20 – Desenho e fotos de vias locais em Ouro Branco



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978; fotos do acervo da autora (2018).

As vias de pedestres, popularmente conhecidas pelos moradores como “passarelas”, foram destinadas exclusivamente ao tráfego de pessoas, a pé, para atravessarem as grandes quadras, encurtando as distâncias do percurso. Classificadas em VP01, VP02, VP03 e VP04, essas vias possuíam arborização rasteira e esquema de escoamento de água da chuva. O PDU determinou que os lotes lindeiros a essas vias somente poderiam ter fechamento com gradis ou sebes, com o intuito de criar melhores condições visuais, segurança e conservação. Porém, observa-se que não há nenhuma iluminação pública nessas vias, causando sensação de perigo para os transeuntes.

Figura 21 – Desenho e fotos de vias de pedestres em Ouro Branco



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978; fotos do acervo da autora (2018).

As grandes dimensões das vias estruturais e coletoras já visavam ao crescimento da cidade, e a arborização nos passeios e canteiros centrais harmonizavam com o elemento natural da paisagem, a Serra de Ouro Branco.

Portanto, a divisão do sistema viário proporcionou o acesso direto a qualquer ponto da área da função urbana partindo o espaço em 19 setores urbanos; dentre esses, nove foram selecionados para compor a zona urbana (setores 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10e 17), sendo que o Setor 01 engloba o núcleo existente. O setor residencial em uma cidade determina a estrutura do espaço urbano, tanto em termos quantitativos, em que 80% da área urbana tem uso residencial, quanto qualitativos, sendo determinante para a localização de outros setores, conforme explica Farret (1985). Assim, a partir de então, determinaram-se as áreas a serem ocupadas pelas residências e, posteriormente, a localização dos demais usos e equipamentos através da legislação urbana.

O Programa Habitacional previa, inicialmente, para a Fase I, a construção de 6.000 unidades habitacionais que deveriam ser finalizadas até o final de 1979. Com base nessa previsão, foram definidos os setores a serem ocupados primeiramente: 01, 03, 04, 08, 10 e 17. Entende-se que a escolha desses setores partiu da tentativa da

integração com o núcleo existente (Setor 01), aproveitamento da topografia mais amena e da paisagem oferecida pela serra de Ouro Branco, ocupada paralelamente em sua extensão (setores 04, 10 e 17). Já a ocupação do setor 08 justificou-se pela proximidade com a usina.

Dos setores definidos para a ocupação inicial, apenas quatro receberam habitações: Setor 04 (Siderurgia), Setor 08 (Primeiro de Maio), Setor 10 (Pioneiros) e Setor 17 (Inconfidentes). Enquanto isso, o Setor 03 tornou-se eixo de ligação do núcleo existente (Setor 01) com os demais, bem como local para comércio e serviços.

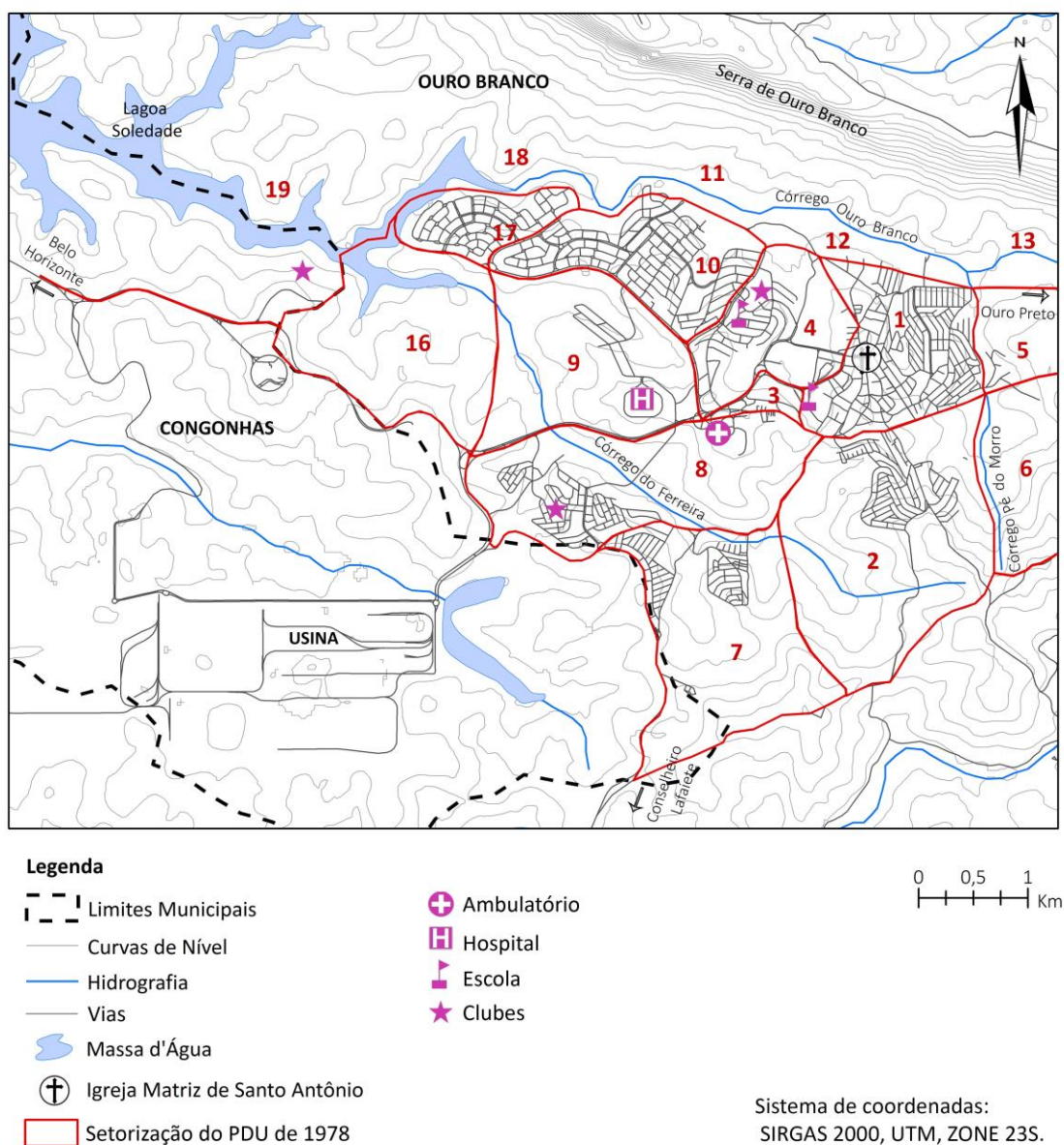
Em relação à infraestrutura, o plano previa o abastecimento e tratamento de água com a Copasa, que seria dividido em duas etapas. O sistema de telecomunicações foi acordado com a antiga Telemig, com inicialmente 2000 linhas telefônicas. A energia fornecida pela Cemig para o núcleo existente foi ampliada para atender aos novos bairros. Quanto ao serviço de educação, foram firmados convênios com os governos Estadual e Municipal para a construção de duas escolas de 1º grau. A Escola Estadual Iracema de Almeida atenderia a 1.920 alunos, localizada no bairro Siderurgia (setor 04). A Escola João XXIII, mantida pelo município, ofereceria o atendimento a 1.100 alunos, localizada próxima ao núcleo existente (setor 01). No Setor 10 estava prevista a construção de uma escola pela iniciativa privada com capacidade para 1.800 alunos.

Após pesquisa dos equipamentos de saúde da região e da demanda de serviços em função da usina siderúrgica, o plano contemplava: um ambulatório dentro da usina para atendimento às emergências de acidentes, o Hospital de Pronto Atendimento Raymundo Campos, localizado no Setor 03, e o Hospital Geral, com capacidade para 160 leitos, que atenderia à população da cidade e da região, no Setor 09.

Para o lazer e recreação foram planejados e construídos três clubes da Associação dos Empregados da Açominas (AEA) nos setores 04 (Bairro Siderurgia), 08 (Bairro Primeiro de Maio) e 16. O clube que se localizaria no Setor 16, região próxima à Lagoa Soledade e entrada pela MG- 030, exigiria maior deslocamento.

Assim, ao analisar a localidade de cada equipamento urbano, como é visto no desenho abaixo, percebe-se que foram concentrados nos setores 03 e 04 ou próximo a eles. Isso se deve à intenção do plano de criar uma nova centralidade comercial e administrativa da cidade nesses setores, com a justificativa de estarem no centro geográfico da área urbana, sendo uma extensão do Setor 01, onde se localiza o núcleo existente.

Figura 22 – Localização dos equipamentos urbanos previstos pelo PDU 1978



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 2015 e dados Open Street Map, 2015.

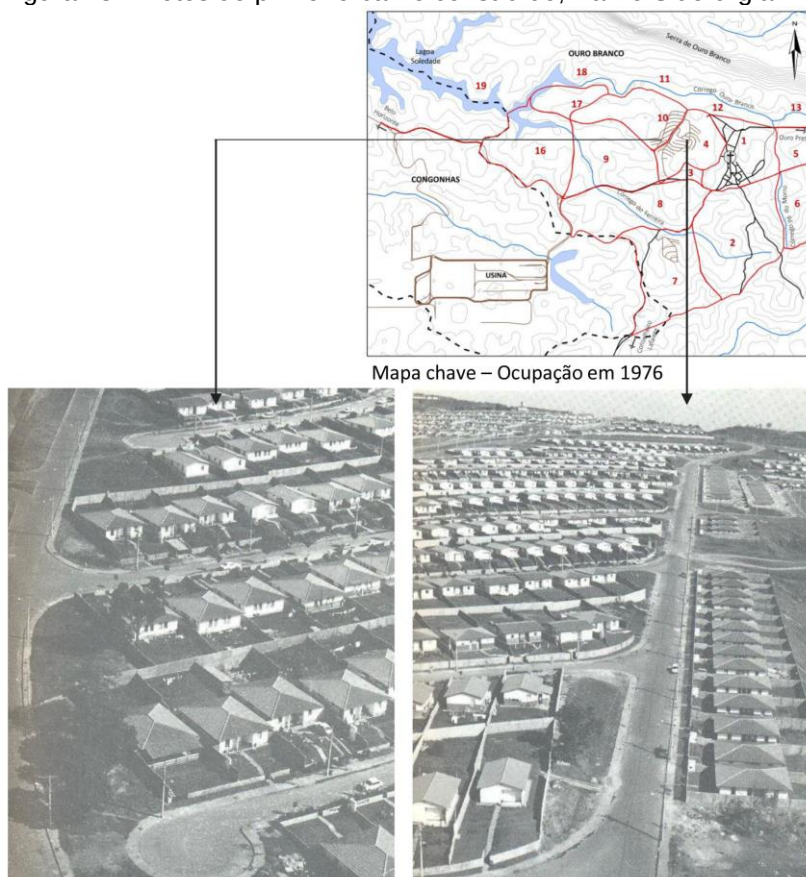
3.2.2 Implantação da usina siderúrgica Açominas

Implantado o PDU, a ocupação iniciou-se, no final da década de 1970, com a construção de 1.000 residências no Setor 04 (Bairro Siderurgia) destinadas aos funcionários de diferentes cargos e suas famílias. Para aqueles encarregados das obras de infraestrutura da cidade e da construção da usina foram construídos alojamentos de madeira para cerca de 21.000 trabalhadores no Setor 07, denominado bairro São Francisco, e em diversas áreas da cidade ou próximo à usina. Após a conclusão das obras, eles foram desativados e posteriormente desmontados, ficando apenas o arruamento, sendo ocupado novamente na década de 1990.

A infraestrutura implantada pela Copasa foi apenas a primeira etapa planejada com capacidade para atender a até 47.000 habitantes. Somente a área urbana foi contemplada, enquanto a área rural não foi atendida, permanecendo da mesma forma anterior à implantação da usina. O sistema de telecomunicações acordado não correspondia ao número de residências construídas na primeira fase habitacional, demonstrando a desigualdade de acesso a esse sistema por uma parte da população. As duas escolas, estadual e municipal, e as unidades hospitalares foram construídas atendendo à população inicial. Os clubes foram construídos de acordo com o avanço da construção dos outros bairros.

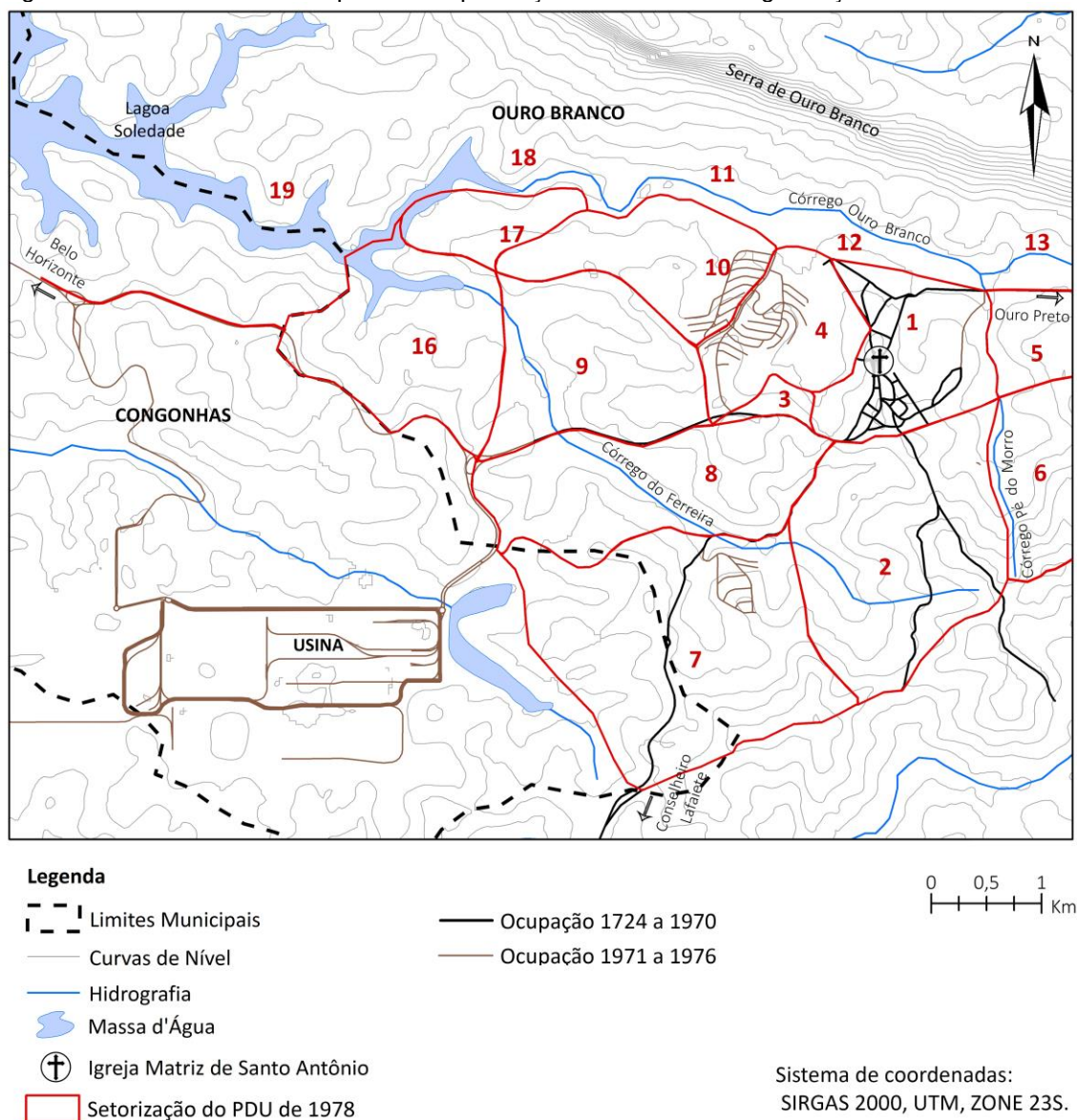
A paisagem criada pelas residências de um a dois pavimentos adaptadas ao terreno de baixa declividade com ruas e passeios largos e com arborização divergiu do que se via no núcleo existente, ruas estreitas e casas com padrões diversificados conforme a época. Inicialmente, essa diferença entre eles permitia uma leitura da cidade em que havia três bairros distantes uns dos outros (núcleo existente – Setor 01, bairro Siderurgia – Setor 07, bairro São Francisco), o que não facilitava a integração entre os seus moradores. Essa questão reflete o autoritarismo do plano sem uma consulta pública aos moradores locais e a imposição de um novo desenho urbano.

Figura 23 – Fotos do primeiro bairro construído, Bairro Siderurgia



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978; AÇOMINAS, 1980.

Figura 24 – Ouro Branco na época da implantação da usina siderúrgica Açominas em 1978



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base em JOÃO PINHEIRO, 1978.

As obras de acesso entre esses bairros não concluídas foram um dos motivos para que a integração não ocorresse de forma imediata. Muitos dos novos funcionários optaram por morar nas cidades próximas, como Conselheiro Lafaiete e Congonhas, ou desistiram do emprego, devido, por exemplo, à dificuldade de alimentação, já que não havia estabelecimentos comerciais suficientes nos novos bairros, o Siderurgia e o São Francisco.

As obras não foram concluídas no tempo planejado devido às crises financeiras e políticas do país durante o Regime Militar, o que quase levou à paralisação total da construção dos outros bairros e da própria usina, no início da década de 1980. A partir do final de 1984, houve a retomada gradual das obras de implantação da usina, culminando na entrada em operação em julho de 1986. Cabe ressaltar que a proposta

inicial da usina era a fabricação de produtos acabados, entretanto, ao longo da sua construção, ficou decidido que seriam apenas produtos semiacabados, reflexo dos cortes financeiros que o projeto recebeu.

Em relação às residências, a primeira fase habitacional foi concluída apenas em 1987, com capacidade para abrigar 39.865 habitantes (Açominas, 1980). De acordo com o Censo realizado em 1980 (IBGE, 2012), a população de Ouro Branco era de 12.210 habitantes e em 1991, 27.423 habitantes. O maior reflexo foi na zona urbana, que passou de 8.399 habitantes para 23.631 habitantes, maior crescimento visto na cidade. Esse aumento populacional foi consequência do início do funcionamento da usina e da conclusão das obras das residências.

Tabela 1 – População de Ouro Branco entre 1970 e 2010

POPULAÇÃO DE OURO BRANCO			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	2.415	3.914	6.329 habitantes
1980	8.399	3.811	12.210 habitantes
1991	23.631	3.792	27.423 habitantes
2000	26.303	4.080	30.383 habitantes
2010	31.609	3.659	35.268 habitantes

Fonte: IBGE, 2012.

A partir deste momento, a economia da cidade, que era baseada nas atividades agrícolas e na indústria extrativista, passou a depender da produção industrial da usina e esta tornou-se a principal fonte de emprego da região, além da sua importância no processo de urbanização da cidade, já que a produção do seu espaço se deu de acordo com os interesses da empresa.

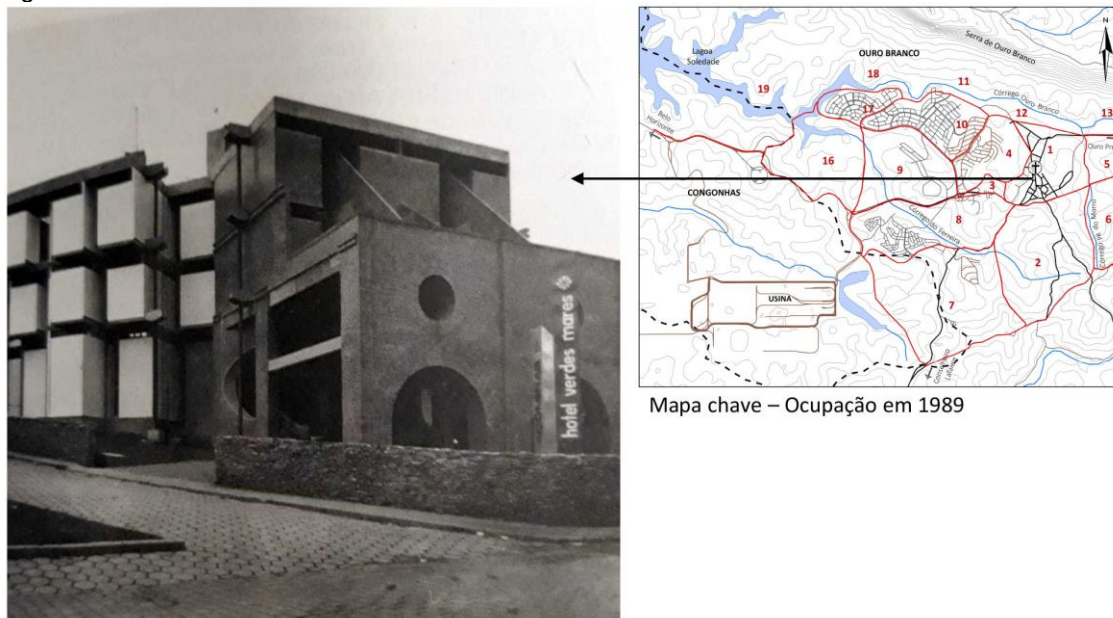
Figura 25 – Açominas em construção



Fonte: AÇOMINAS, 1980.

Já o espaço urbano, após a finalização dos bairros planejados, era percebido de forma fragmentada e interligado por uma rede viária bem estruturada. Uma parte foi ocupada pelo núcleo existente, Setor 01, que não recebeu nenhuma reforma ou ampliação da infraestrutura, apenas a ligação para os novos bairros e alguns equipamentos, como o Hotel Verdes Mares. O hotel, projeto de Éolo Maia, foi implantado próximo à Igreja Matriz de Santo Antônio com o intuito de vitalizar o centro da cidade. A sua arquitetura, ainda hoje, é referência pela forma contrastante com o entorno imediato.

Figura 26 – Hotel Verdes Mares



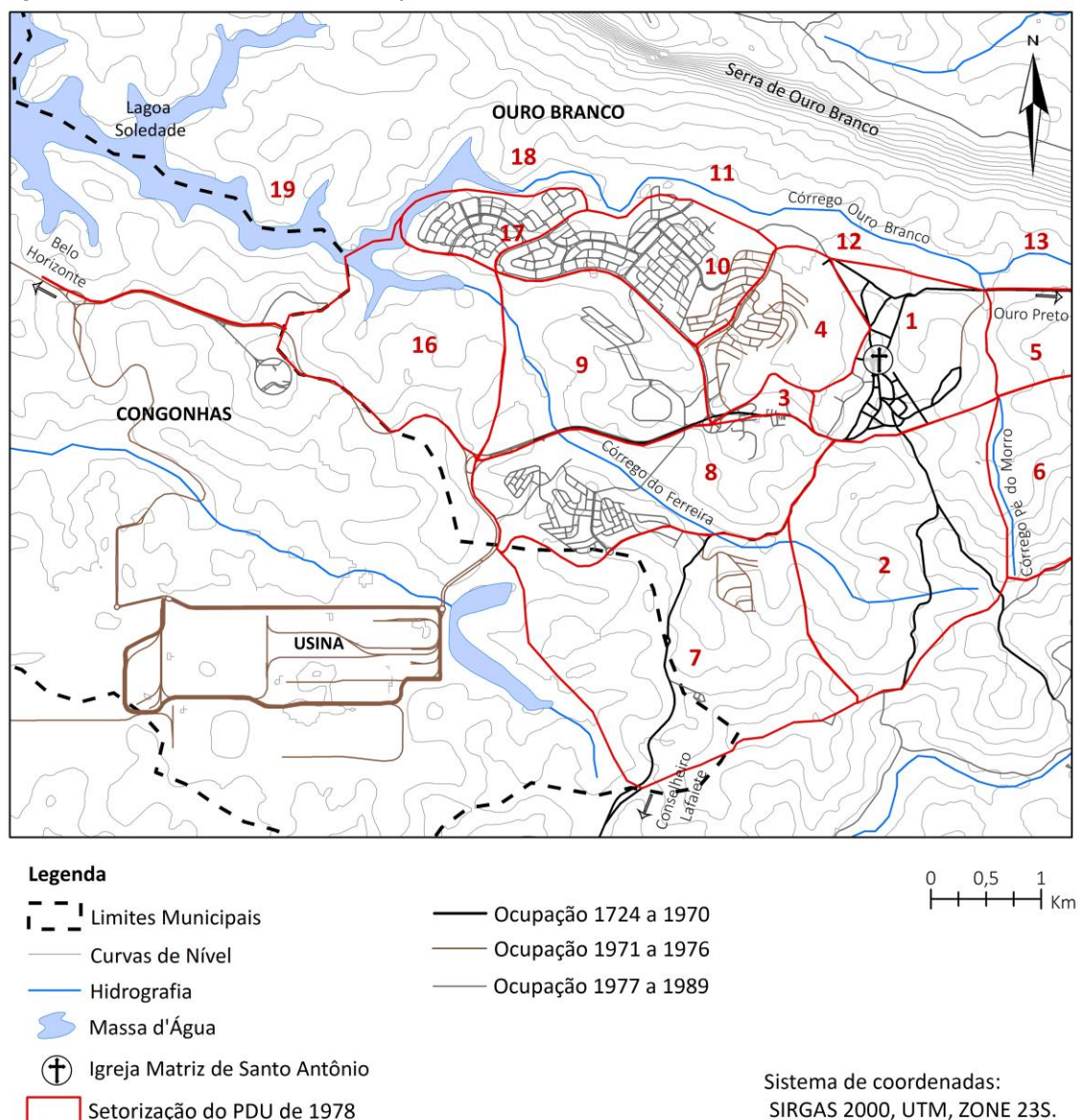
Mapa chave – Ocupação em 1989

Fonte: AÇOMINAS, 1980.

As outras partes, os setores 04, 08, 10 e 17, formaram os novos bairros. O Primeiro de Maio localizava-se próximo à usina e distante dos demais, enquanto os bairros Siderurgia, Pioneiros e Inconfidentes ocupavam a porção oeste do território do município, compondo a paisagem juntamente com a Serra de Ouro Branco e a lagoa Soledade.

Ao longo das obras de infraestrutura urbana, a empresa foi repassando a responsabilidade de manutenção para a Prefeitura Municipal. Quanto às residências, essas foram vendidas para os funcionários a partir do final da década de 1980 quando o Primeiro Plano Habitacional foi concluído.

Figura 27 – Bairros da Primeira Etapa Habitacional finalizado em 1989



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 1989.

3.2.3 Privatização da usina siderúrgica Açominas e situação atual

As mudanças no cenário internacional na década de 1990 resultaram em uma reação contra o modelo econômico em vigor no país. Induzido pelos pensamentos neoliberais, o governo entrou em um processo de redução de tamanho, entrada de capitais transnacionais, abertura comercial e privatização de empresas públicas (MILANEZ E SANTOS, 2013).

No início da década de 1990, a Açominas encontrava-se em péssima situação financeira, com atraso no pagamento de impostos, a fornecedores e empreiteiros. Em março de 1990, Fernando Collor assumiu a presidência e iniciou o programa de

privatização, tendo como ponto de partida o setor siderúrgico. Assim, a siderúrgica foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND). Esse programa foi reflexo das transformações estruturais que o governo assumiu, no qual o Estado passou de Estado empresário para regulador e fiscalizador através das medidas que proporcionaram a abertura econômica e as privatizações (PINHEIRO, 2017).

O Estado formou uma diretoria com o intuito de verificar a situação financeira da empresa para sua privatização e foram detectados diversos problemas, destacando-se o excesso de funcionários, havendo, inclusive, indicações políticas sem maiores critérios, dívidas relativas às obras de implantação superfaturadas e preços inadequados para os produtos comercializados. Assim, foram promovidas mudanças e cortes na empresa, houve redução de 45% da mão de obra efetiva, que, em 1990, somava em torno de 11.000 funcionários diretos e indiretos, enquanto em 1993, passaram a ser cerca de 6.500 (GRECO e COUTINHO, 2002).

A privatização foi realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), através de um leilão disputado por três consórcios: um liderado pelo grupo Mendes Júnior, outro pelos grupos Gerdau/Usiminas e o terceiro pela Acesita. O consórcio liderado pelo grupo Mendes Júnior foi o vencedor, com o apoio dos governos federal e estadual, pois o grupo não tinha condições financeiras para a compra. Após o leilão, o grupo firmou acordos com os demais membros do consórcio: Clube de Participação Acionária dos Empregados da Açominas (CEA), Banco de Crédito Nacional (BCN), Banco Econômico, AÇOS VILLARES, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e os bancos do Estado de Minas Gerais (Bemge/ Credireal).

O grupo Mendes Júnior viu a Açominas como fonte de recursos para sair da crítica situação financeira em que se encontrava, já que a usina estava estabilizada, após cortes e mudanças anteriores à privatização. Os valores destinados ao grupo sem consulta prévia dos demais sócios fizeram com que a usina adquirisse novamente dívidas. A solução foi novamente demitir cerca de 1.500 funcionários e capitalizar novos sócios. A empresa coreana Natsteel e o grupo Gerdau passaram a gerenciar o consórcio. Após a entrada do grupo Gerdau, a usina passou por contínua redução do quadro de funcionários, em torno de 300 por ano. Em 1993, o quadro era composto por cerca de 6.500 funcionários e, em 2000, caiu para quase 3.000 (GRECO e COUTINHO, 2002).

A privatização e seus desdobramentos, como as demissões em massa, refletiram no espaço urbano de Ouro Branco. Era esperado que a população da cidade atingisse

40.000 habitantes após a efetiva conclusão das obras das residências nos novos bairros em 1987. Porém, no Censo de 1991 (IBGE, 2016), foram contabilizados apenas 27.423 habitantes e, em 2000, 30.383 habitantes, não se efetivando o crescimento populacional previsto.

Em relação a esse período, merece destacar o crescimento dos bairros periféricos ao núcleo existente, ocupados por pessoas que não trabalhavam na usina.

Enquanto o pessoal de maior qualificação desloca-se mais prontamente em busca de novas ocupações, os de baixa qualificação permanecem no local, em espaços urbanos não equipados, configurando os quadros de pobreza local [...] (PIQUET, 1998, p. 663).

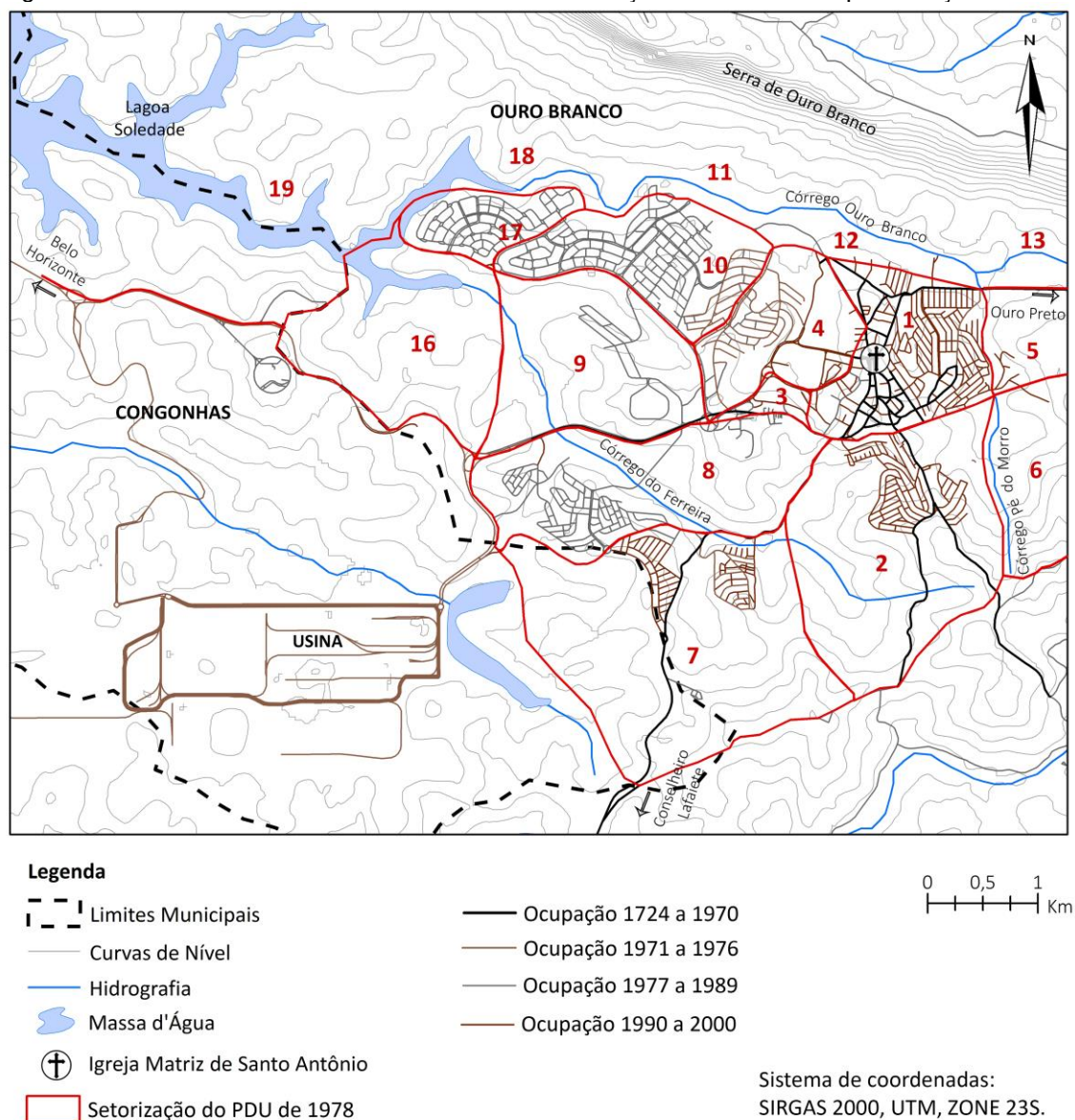
Como retrata Piquet (1998), os trabalhadores de baixa qualificação se estabelecem na cidade em busca de oportunidade de trabalho. Em Ouro Branco, esses são os funcionários que participaram das obras da usina e dos novos bairros e que foram dispensados após sua conclusão, além de pessoas atraídas pela grandiosidade do empreendimento. Sem qualificação, alguns trabalhavam como terceirizados na usina, e outros, sem a mesma chance, tentavam serviços na cidade.

Para esta camada da população, o PDU de 1978 previa a ocupação da porção leste do município. Assim, houve um crescimento dentro do Setor 01 e novos bairros construídos nos setores 02, 07 e 08, destinados à população de baixa renda. Conclui-se que esse crescimento foi o reflexo da prioridade da primeira fase do programa habitacional implantado, que privilegiou a construção de residências nos setores destinados à população de maior renda, mesmo que a maior demanda fosse para a população de um a cinco salários mínimos (59% da população).

Para atender a essa população, a Prefeitura Municipal, em parceria com os governos estadual e federal, arcou com a infraestrutura e as residências construídas nos bairros São Francisco, após a desmontagem dos alojamentos, e no Luzia Augusta. Os demais assentamentos se deram de forma espontânea e, em alguns casos, precariamente.

A estrutura urbana nos setores 04, 10 e 17, destinados à população de média e alta renda, não se modificou por consequência da instabilidade econômica da usina, que demitiu grande parte dos empregados que moravam nessa área, já menos ocupada do que o previsto.

Figura 28 – Ouro Branco em 2000: reflexo da consolidação da usina e sua privatização



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 2000.

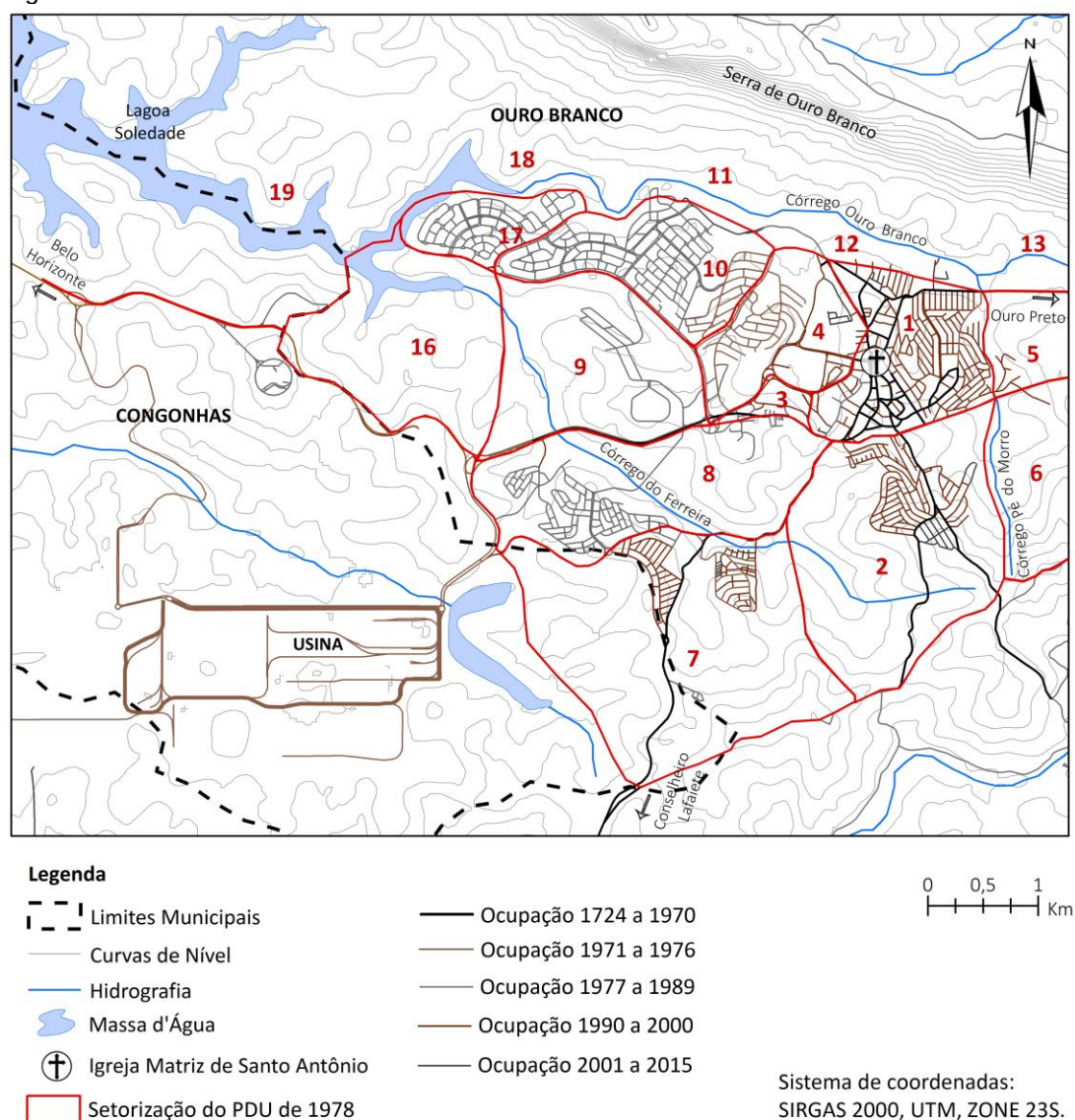
Mesmo que a construção e o funcionamento da siderúrgica tenham ocorrido de forma conturbada, ela é vista de forma positiva, pois permitiu o progresso do município e abertura de mercado de trabalho. Essa visão foi constatada em entrevistas realizadas em 1992 por Pereira. Em sua dissertação “Açominas: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco”, em 1992, a autora tinha como objetivo verificar a percepção dos moradores em relação ao equipamento industrial de grande porte na paisagem da pequena cidade, a expectativa da comunidade e os riscos e impactos ambientais que a usina causava.

A estabilidade da economia do país ocorreu com o Plano Real a partir de 1994, o que possibilitou a implantação de novos centros industriais. Em 2007 foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Lula com objetivos de estimular o

crescimento da economia brasileira através de investimentos em obras de infraestrutura. O setor siderúrgico mostrou-se disposto a dar o seu suporte para esse programa a partir de investimentos privados e aumentar a capacidade produtiva.

A Gerdau Açominas em Ouro Branco investiu na construção do segundo alto-forno, que entrou em operação em 2007. O aumento do nível de produção e, conseqüentemente, a permanência do quadro de funcionários, foi uns dos reflexos dessas medidas na usina em Ouro Branco. Nesse período, a configuração da cidade se manteve da mesma forma, apenas criando e subdividindo algumas ruas, comportando em 2010, de acordo com o Censo (2012), 35.268 habitantes, ainda não atingindo a população de 40.000 habitantes prevista pelo plano ao finalizar a primeira fase habitacional.

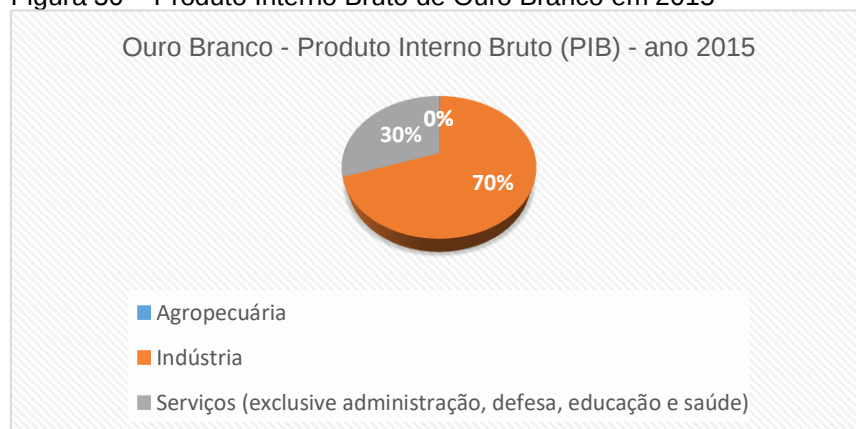
Figura 29 – Ouro Branco no ano 2015



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 2000.

O fato desse crescimento populacional, econômico e urbano não ter sido atingido foi consequência do não crescimento da usina conforme planejado, já que seu projeto inicial incluía a implantação de quatro altos-fornos. Deste modo, surgiram novas alternativas de desenvolvimento para a cidade, como a atração de instituições de ensino superior e atividades turísticas através do ecoturismo, no Parque Estadual da Serra de Ouro Branco. Contudo, diferentemente das cidades siderúrgicas analisadas anteriormente, em Ouro Branco a usina ainda é a principal fonte de empregos e renda, consequência da rede urbana Alto Paraopeba, na qual ela está inserida.

Figura 30 – Produto Interno Bruto de Ouro Branco em 2015

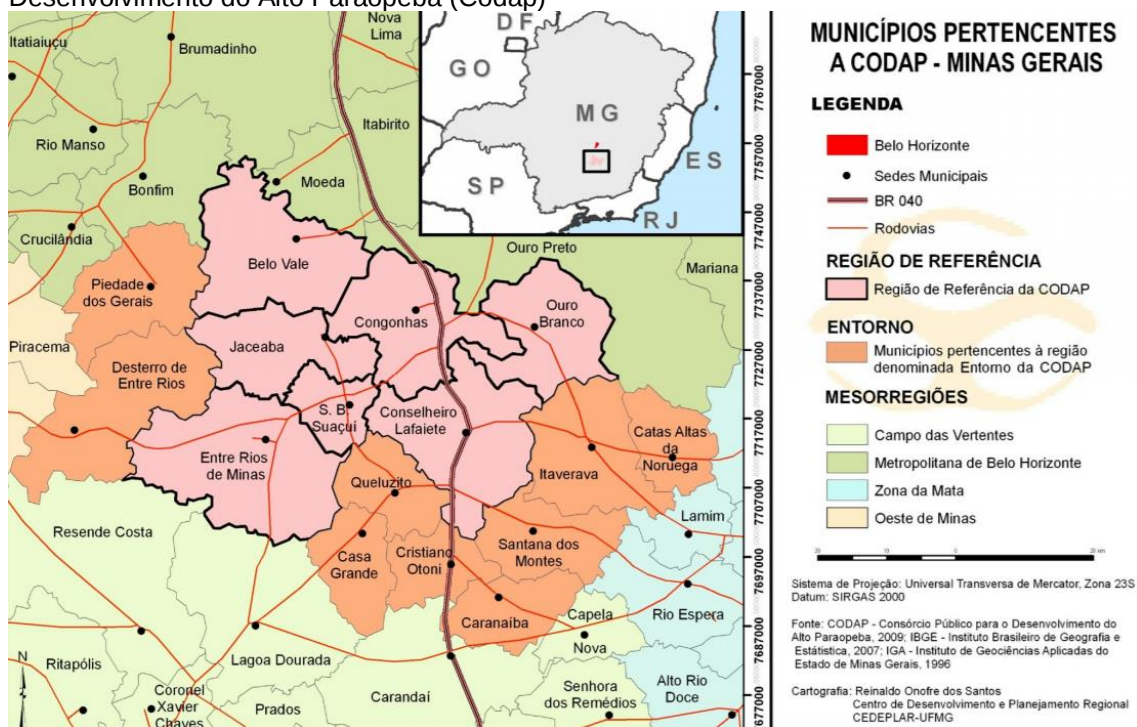


Fonte: IBGE, 2015.

Souza (2010) apresenta a rede urbana regional como um conjunto formado por diferentes núcleos, cuja complementaridade funcional e seus respectivos fluxos e impactos ultrapassam os limites administrativos municipais. Os municípios de Belo Vale, Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí, Jeceaba, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco compõem essa rede, sendo os quatros últimos os de maior relevância econômica.

Esses municípios pertencem ao primeiro consórcio público de Minas Gerais, que recebe o nome de Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap). Esse consórcio faz parte do Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto Paraopeba, que tem como objetivos avaliar os impactos dos investimentos na região, apresentar diretrizes gerais para um Plano Diretor Regional e construir políticas de investimentos de curto, médio e longo prazos (RUIZ E BARBIERI, 2011). De acordo com a Ribeiro e Dotto (2015), uma das principais vantagens desse tipo de consórcio é o ganho crescente de escala, uma população maior é atendida e há melhor aproveitamento dos serviços existentes, não deixando regiões subutilizadas.

Figura 31 – Região geográfica dos municípios pertencentes ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap)



Fonte: RUIZ E BARBIERI, 2011.

A partir da década de 1980, Conselheiro Lafaiete se consolidou como polo voltado à prestação de serviços de apoio à mineração e à indústria, além de concentrar estabelecimentos comerciais e serviços de apoio à população. Com o desenvolvimento e a consolidação desse polo, os municípios citados começaram a apresentar uma complementaridade de funções, sendo Congonhas um polo minerário e Ouro Branco um polo industrial. A partir da implantação do complexo industrial da Vallourec Sumitomo do Brasil (VSB) em Jeceaba, em 2007, essa cidade também se tornou polo industrial. O eixo de ligação entre essas cidades é feito por meio de rodovias.

O crescimento dessa rede atraiu novos moradores, tornando necessária a implantação de planos diretores de forma integrada para evitar ocupações em locais inapropriados. De 2007 a 2009, foram realizados os planos de Entre Rios de Minas, Jeceaba e São Brás do Suaçuí, principais cidades que absorveriam os novos funcionários do complexo industrial da VSB.

Nesse período, a prefeitura de Ouro Branco também implantou seu plano diretor por determinação do Estatuto da Cidade. Esse instrumento básico da política urbana municipal tem como objetivo promover o adequado ordenamento territorial, com base no planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo (REZENDE E ULTRAMARI, 2006).

3.3 Legislação – Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978 e 2010

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978 encontra-se no terceiro volume do PDU. Ela dispõe critérios e parâmetros para uma ocupação do solo do município de forma adequada, estabelecendo as categorias de uso e zoneamento. A lei focou principalmente nas questões de usos, dividindo a área de função urbana em três tipos de zonas: residenciais, mistas e especiais.

O modelo tecnocrático desse plano entrou em declínio nos anos 1980 com o processo de redemocratização do país. Novas alternativas foram buscadas para requalificar esses instrumentos de política urbana, já que, ao longo do tempo, foram descreditados por não refletir a realidade das cidades. Essa possibilidade incluiu a oportunidade de absorver novos modos de interação com a sociedade de acordo com sua vivência e o conhecimento do local, opondo-se ao discurso especializado. Nesse contexto foi criado, em 2001, o Estatuto da Cidade, com o objetivo de promover e ordenar uma política de desenvolvimento urbano para garantir o bem-estar de seus habitantes através das funções sociais da cidade. A garantia do direito à terra urbana, à moradia e ao saneamento básico, uma gestão democrática por meio da participação da população no acompanhamento de planos e projetos de desenvolvimento urbano e a criação de Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes foram algumas das normas estabelecidas pelo Estatuto.

Assim, em Ouro Branco, o Plano Diretor foi implantado em 2007, revisado em 2010, modificando o entendimento do espaço urbano, que, anteriormente, estava sendo ordenado por um plano mais técnico do que social. Outra mudança foi a preocupação maior com a ocupação do que com a localização dos usos, como anteriormente, dividindo o espaço em sete tipos de zonas: adensamento restrito, central, especiais, interesse social, industriais, interesse histórico e de proteção ambiental.

3.3.1 Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978

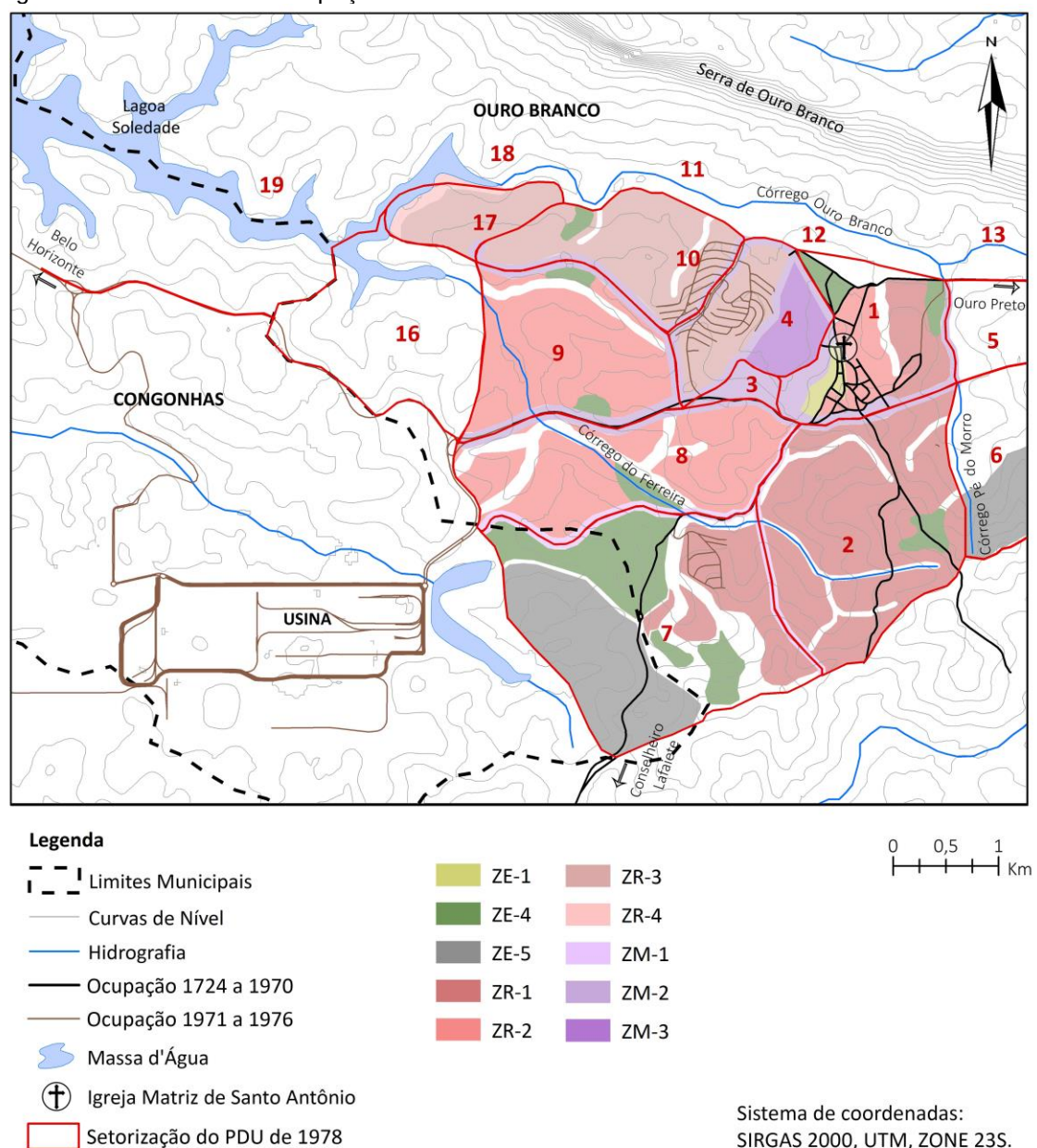
Em 1978, o solo urbano de Ouro Branco foi dividido em três tipos de zona:

- As Zonas Residenciais combinavam-se com alguns tipos de usos institucionais, comércio/serviço e lazer, mantendo, porém, a predominância residencial, sendo subdivididas em ZR1, ZR2, ZR3 e ZR4. Os modelos de assentamento variavam em residência isolada, conjunto, coletiva e mista, e também em densidade (relação de habitantes por área) em cada classificação.

- As Zonas Mistas, divididas em ZM1, ZM2 e ZM3, combinavam os usos residenciais com os vários tipos de usos para equilibrar, de acordo com o PDU, as relações de moradia/lazer, moradia/compra, moradia/serviço. As áreas escolhidas para tais funções permitiriam maiores adensamentos e locais estratégicos para atender a toda a população.

- As Zonas Especiais tinham como objetivo a preservação de bens naturais e culturais, bem como os mananciais, áreas de vegetação nativa e edificações de importância histórica e cultural. Dividiu-se em seis categorias, sendo a ZE1 localizada no núcleo existente, onde havia edificações do período colonial.

Figura 32 – Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base na FUNDAÇÃO JOÃO PÍNHEIRO, 1978.

A partir dessa classificação, deve-se destacar que:

- Os setores destinados para a futura expansão da cidade (05, 06, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19) não receberam nenhum parâmetro urbanístico; apenas os indicados para essa função;
- Os terrenos lindeiros às vias estruturais foram classificados como Zona Mista com o intuito de permitir o acesso de todos os moradores a esses usos. Essa classificação reforçou a divisão entre os setores a partir dessas vias e a predominância de residências no interior de cada setor, mesmo sendo permitido o comércio local nas zonas residenciais;
- No Setor 01, onde se localizava o núcleo existente, parte da área recebeu a classificação de Zona Especial 01, que preservava as edificações construídas no período colonial, e as demais como Zona Residencial 01, permitindo o uso residencial coletivo e misto e industrial de pequeno porte, e Zona Residencial 02, com o uso residencial coletivo. Isso teve como consequência, ao longo dos anos, a descaracterização da parte central da cidade, devido à permissão de alto adensamento dessas Zonas Residenciais;
- O Setor 03 e parte do 04 foram classificados como Zona Mista com o objetivo de se tornarem o centro comercial e administrativo da cidade, com a justificativa de que se localizavam no centro da área urbana. Porém, a mudança administrativa não ocorreu, pelo fato de a cidade não crescer conforme planejado. Já o centro comercial foi concretizado, mas não eliminou o que havia no núcleo existente;
- Há uma grande diferença entre as densidades populacionais dentro das zonas residenciais, como pode ser visto na tabela abaixo. Os setores destinados aos funcionários de baixa qualificação, setores 01, 02, 07, 08 e 09, poderiam receber uma população de até 81.615 habitantes. Em contrapartida, os setores 04, 10 e 17, locais para os funcionários de alta qualificação e salário, receberiam 22.872 habitantes, menos de um terço da soma dos outros setores. Essa diferença influenciaria diretamente nas questões da qualidade ambiental dos setores onde haveria maior poluição sonora e atmosférica com o trânsito de veículos e pessoas e maior verticalização, por exemplo.

Tabela 02 – Relação de população por zonas de uso residencial dentro dos setores

ZONAS/ hab	ZR-1	ZR-2	ZR-3	ZR-4		ZONAS/ hab	ZR-1	ZR-2	ZR-3	ZR-4	
SETORES						SETORES					
1	2.554	18.070	-	-	= 20.624	1	2.554	18.070	-	-	
2	16.460	-	-	-	= 16.460	2	16.460	-	-	-	
3	-	-	-	-		3	-	-	-	-	
4	-	-	3.980	-		4	-	-	3.980	-	= 3.980
7	12.500	-	-	-	= 12.500	7	12.500	-	-	-	
8	-	22.578	-	-	= 22.578	8	-	22.578	-	-	
9	-	9.453	-	-	= 9.453	9	-	9.453	-	-	
10	-	-	13.879	-		10	-	-	13.879	-	= 13.879
17	-	-	3.467	1.546		17	-	-	3.467	1.546	= 5.013
SOMAS	31.514	50.101	21.326	1.546		SOMAS	31.514	50.101	21.326	1.546	

Total: 81.615

Total: 22.872

Fonte: Interpretação da autora, 2018, com base na FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978.

3.3.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2007, revisada em 2010

Em 2010, a Lei de Uso e Ocupação do Solo apresentou uma maior preocupação quanto à ocupação, para permitir a relação de visibilidade dos moradores com a Serra de Ouro Branco. Assim, o espaço urbano foi dividido em sete tipos de zonas:

- As Zonas de Adensamento Restrito tinham a preocupação com o grau de adensamento desejado para cada região. Subdivididas em ZAR1, ZAR2, ZAR3 e ZAR4, cada uma permitindo índices de menor ou maior restrição em decorrência de fatores como dimensionamento de lotes e proximidade com a Serra de Ouro Branco e da Lagoa Soledade.
- A Zona Central, correspondente ao núcleo existente, permitiu maior possibilidade de usos e maior aproveitamento dos lotes, que, de acordo com o plano, valer-se-iam melhor da infraestrutura já existente.
- As Zonas Especiais foram áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos de interesse municipal, subdivididas em ZE1 E ZE2.
- As Zonas de Interesse Social foram propostas para programas de habitação social.
- As Zonas Industriais, para implantação de indústrias de pequeno a médio porte.
- A Zona de Interesse Histórico foi destinada para preservação do conjunto arquitetônico ao longo da Rua Santo Antônio.
- As Zonas de Proteção Ambiental dividiram-se em ZPAM1 e ZPAM2 com o intuito de preservação da topografia, vegetação e paisagem natural da cidade.

Quanto aos usos, foram divididos em residencial, institucional e comercial. Os residenciais poderiam ser unifamiliar ou multifamiliar, e os usos institucional e comercial, subdivididos em local, intermediário e regional. Merece destacar com a tabela abaixo a permissão apenas de comércio local e intermediário nas vias coletoras e estruturais nas Zonas Residenciais 03 e 04, configurando regiões dos setores apenas com residências.

Tabela 03 – Relação dos usos e zonas da Lei de Uso e Ocupação de 2010

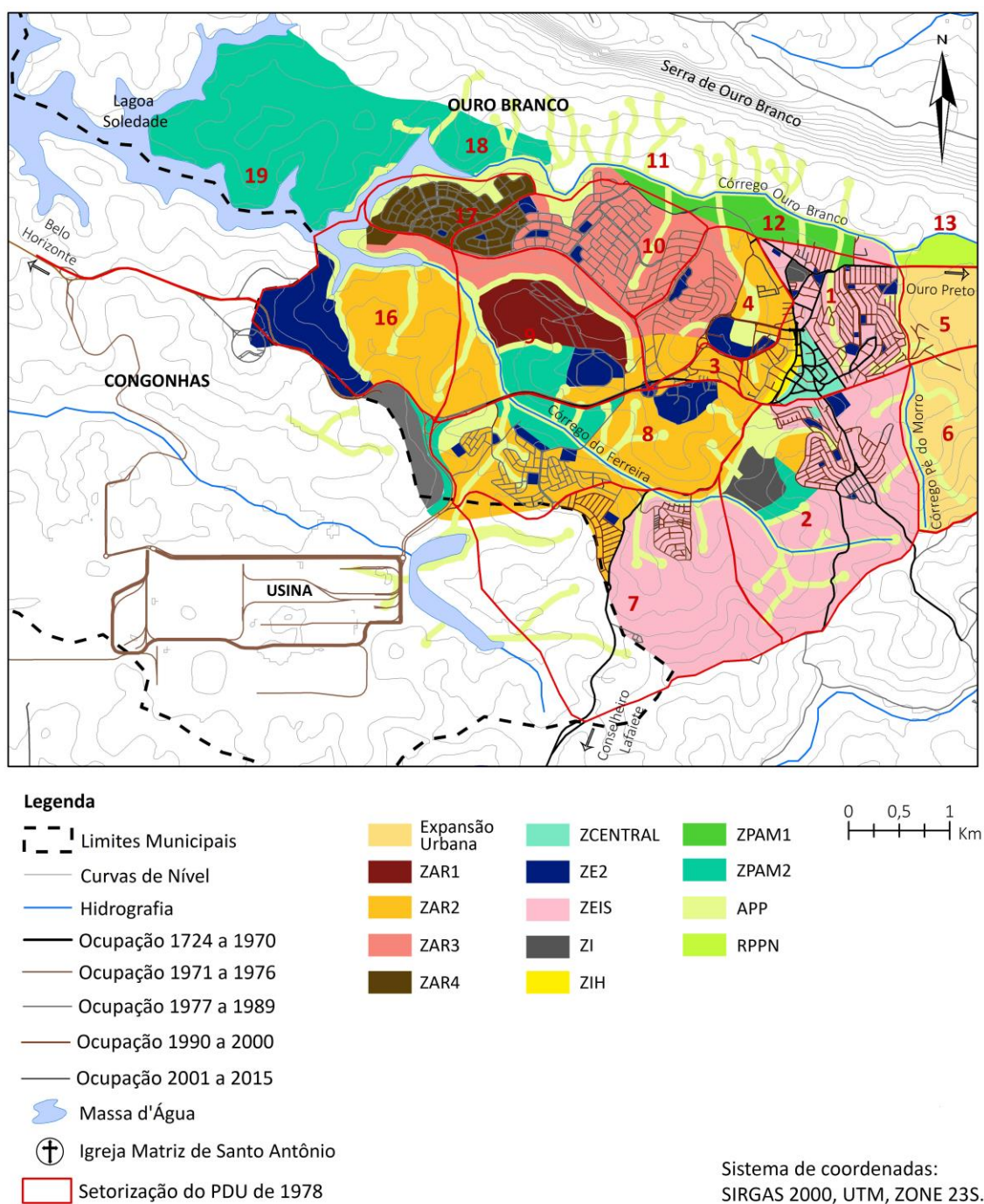
ZONAS	Inst. Local	Inst. Intermediário	Inst. Regional	Comércio Local	Comércio Intermediário	Comércio Regional
ZAR01	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais		(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Sob análise da Prefeitura
ZAR02	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais		(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Sob análise da Prefeitura
ZAR03	(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais	(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais		(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais	(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais	
ZAR04	(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais	(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais		(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais	(X) Permitido apenas nas vias coletoras e estruturais	
ZC	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais		(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Sob análise da Prefeitura
ZE01	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	
ZE02	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais			
ZEIS	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais		(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Sob análise da Prefeitura
ZI	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais		(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	(X) Sob análise da Prefeitura
ZIH	(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais		(X) Permitido até em vias locais	(X) Permitido até em vias locais	
ZPAM01						
ZPAM02						

Fonte: Elaborada pela autora, 2018, com base em OURO BRANCO, 2010.

Neste plano, dos setores 05, 06, 11, 12, 13, 14, 15,16, 17, 18 e 19, que no PDU de 1978 foram destinados à expansão urbana, apenas as áreas ocupadas pelos setores 05 e 06 se mantiveram com essa proposta. Os demais foram classificados como Zona de Proteção Ambiental sem permissão de uso e edificações, exceto o setor 16, que foi destinado à ocupação com pequeno índice de restrição (ZAR2).

Vale destacar que a preocupação quanto ao adensamento das áreas deveu-se à intenção de permitir que os moradores mantivessem a visão ampla da Serra de Ouro Branco, já que todas as residências planejadas foram posicionadas nas quadras para proporcionar tal vista.

Figura 33 – Mapa de Uso e Ocupação do Plano Diretor de 2010



Fonte: Elaborado pela autora, 2018, com base em OURO BRANCO, 2010.

Para perceber as mudanças no espaço urbano da cidade ocorridas com a implantação dessa nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, foi necessária a análise de cada setor em relação às taxas de ocupação do solo de 2010 e a comparação com o PDU de 1978.

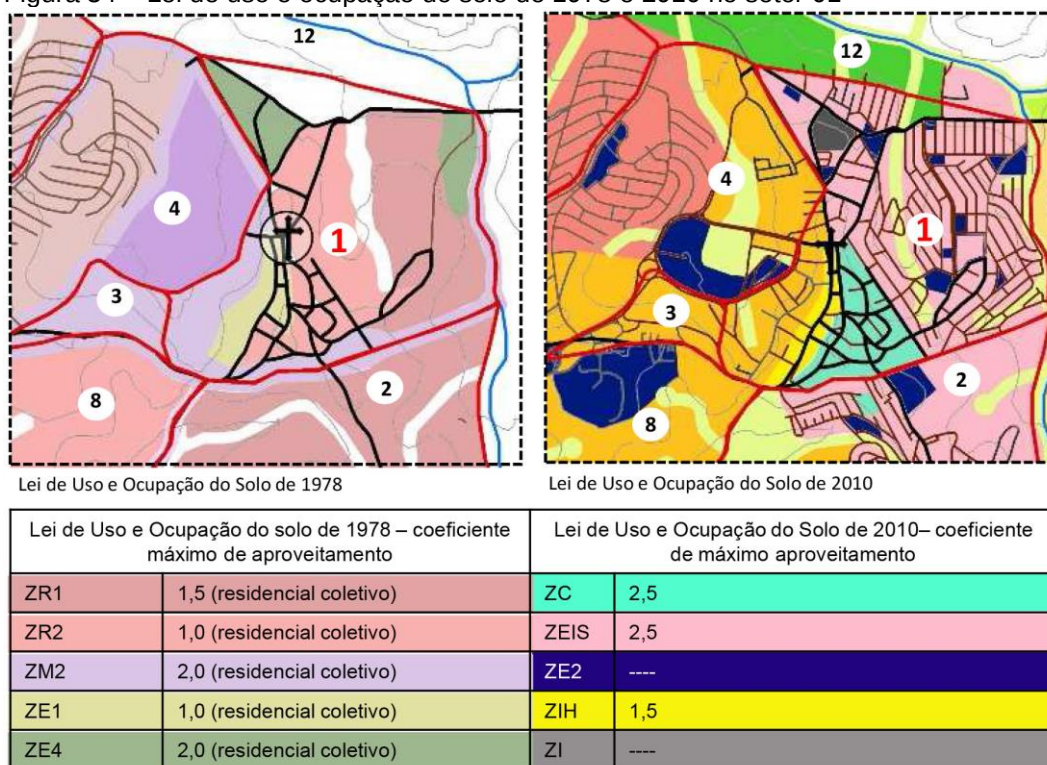
- Setor 01 – núcleo existente

Mesmo com a preocupação com a descaracterização do núcleo existente, já na legislação urbana de 1978, apenas parte da região foi classificada para preservação

dos bens culturais, ZE1, enquanto nas demais áreas foram permitidas construções residenciais coletivas e mistas¹ com coeficiente de aproveitamento² do terreno entre 1,5 e 2,0, fazendo com que ao longo dos anos as modificações ocorressem de forma desorganizada, como foi visto na década de 1990.

Esse processo pôde se intensificar com a Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010, que considerou parte da área como zona central, passando para 2,5 o aproveitamento dos lotes e mais possibilidades de usos, sendo o restante classificado como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), tendo a mesma taxa de aproveitamento.

Figura 34 – Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 no setor 01



Fonte: Interpretação da autora, 2018, com base em JOÃO PINHEIRO, 1978; PREFEITURA DE OURO BRANCO, 2010.

¹O Uso Residencial Coletivo compreende o uso residencial em edificações destinadas à habitação permanente, correspondendo a mais de uma unidade residencial por lote ou conjunto de lotes, agrupadas horizontal ou verticalmente, formando volume arquitetônico único. O Uso Residencial Misto compreende o uso residencial combinado com o uso comercial/serviço, em edificações destinadas a esses usos permanentes, correspondendo a uma ou mais unidades residenciais e a uma ou mais lojas, por lote ou conjunto de lotes, agrupadas horizontal ou verticalmente com as lojas localizadas somente no primeiro e segundo pavimentos.

²O Coeficiente de Aproveitamento (CA) ou Índice de Aproveitamento (IA) é um número que, multiplicado pela área de um terreno, indica a quantidade total de metros quadrados possíveis de serem construídos. O plano diretor municipal e, mais especificamente, o zoneamento, é o instrumento em que o CA máximo é tipicamente definido. No zoneamento é comum encontrar tabelas de parâmetros urbanísticos indicando os limites construtivos para cada zona.

O processo de adensamento ocorre de forma lenta, porém já tem causado malefícios, como mostra a foto abaixo, em que parte da paisagem entre a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Serra de Ouro Branco foi interrompida por uma edificação de quatro andares.

Figura 35 – Paisagem entre a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Serra de Ouro Branco



Fonte: acervo da autora (2018).

- Setores 03 e 04

Por conta da posição geográfica, os dois setores foram classificados pelo plano de 1978 com potencial para receber as funções centrais da cidade, que originalmente se localizavam no núcleo existente (Setor 01). Essa mudança partiu da preocupação com a descaracterização do centro histórico e da sua incapacidade de assumir o papel de novo centro urbano, como citado no item anterior.

A condição de centro geográfico da Área de Função Urbana do setor 3 e parte do setor 4 e a sua proximidade com a atual Ouro Branco, determinaram a localização de parte do Centro Urbano, cuja caracterização imediata e consequente vitalização será um desestímulo à rápida transformação de Ouro Branco, que não tem capacidade para assumir o papel de Centro Urbano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978, v. I, p. 4.14).

Para isso, o setor 03 teria 50% do seu território destinados para o uso comercial e serviço com função central, enquanto o setor 04 teria 60%, como mostra a tabela abaixo. As funções centrais correspondem às atividades, equipamentos, comércio e serviços cujos desempenhos interessam à cidade como um todo, abrangendo ainda outras cidades.

Tabela 04 – Funções urbanas em relação aos setores

TABELA DE SETORES - FUNÇÕES URBANAS

CARACTERÍSTICAS S E T O R E S		FAIXAS SÓCIO ECONÔMICAS	ÁREAS ha	FUNÇÕES URBANAS		
				CENTRAIS %	INTERMEDIÁRIAS %	LOCAIS %
ÁREA URBANA	1	A, B, C, D e E	235,6	-	10	90
	2	C, D e E	267,4	-	15	85
	3	A, B, C e D	79,8	50	30	20
	4	A, B e C	133,8	60	10	30
	7	D e E	389,0	-	10	90
	8	C, D e E	246,5	-	15	85
	9	B, C e D	174,2	2	8	90
	10	A, B e C	198,7	-	5	95
	16	-	293,9	100	-	-
	17	A e B	213,2	-	2	98

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978.

Para evitar o grande impacto que essa mudança iria trazer para a população existente, a proposta mantinha a Prefeitura e a Câmara Municipal no Setor 01, enquanto Fórum, Correio Central, Biblioteca Municipal, central telefônica e concessionária de água e esgoto seriam transferidos para o Setor 04. Por diversos motivos, como corte de orçamento e a projeção habitacional não concretizada, essa alteração não ocorreu. Apenas o comércio e os serviços previstos nesses dois setores se consolidaram.

Isso foi possível, inicialmente, segundo Vianna (2018), com o empréstimo das terras pertencentes à usina para instituições ligadas aos empregados. Acordo esse chamado de comodato. O interesse da empresa na formação desses usos, como melhor atendimento aos moradores dos novos bairros, seria estimulá-los a firmar moradia na cidade.

As instituições, como a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Aço Minas Gerais S/A – Açominas e Empresas Subsidiárias em Ouro Branco Ltda (Coopaço), Cooperativa de Produtos Farmacêuticos dos Empregados da Aço Minas Gerais S/A – Açominas (Coofarma) e Cooperativa de Consumo dos Empregados da Aço Minas Gerais S/A – Açominas (Cooperação), surgiram a partir da década de 1980 por iniciativa dos empregados, com suporte da empresa. O objetivo dessas instituições foi disponibilizar os produtos básicos de consumo e assegurar o melhor preço para os funcionários.

Outro ponto levantado por Vianna (2018) foi o tempo que levou para a consolidação desse comércio, pois estava diretamente vinculado ao ritmo da construção e entrada em operação da usina. Entre 1976, data da estaca inicial, e 1984, havia uma incerteza sobre a conclusão das obras, fazendo com que poucos quisessem arriscar em investir na área.

Ao analisar o espaço urbano criado pelo plano, observa-se que, ao determinar a área entre o núcleo existente e os novos bairros como Zona Mista 03, na qual é permitida a construção de equipamentos de uso coletivo, ficou prejudicada a integração entre os moradores. Associado à topografia mais acidentada, esse local, por muitos anos, permaneceu vazio. Apenas na década de 1990, a rodoviária, a praça de eventos e a delegacia foram construídas no local, ainda configurando um hiato urbano, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 36 – Hiato no espaço urbano criado pela Praça de Eventos e Rodoviária



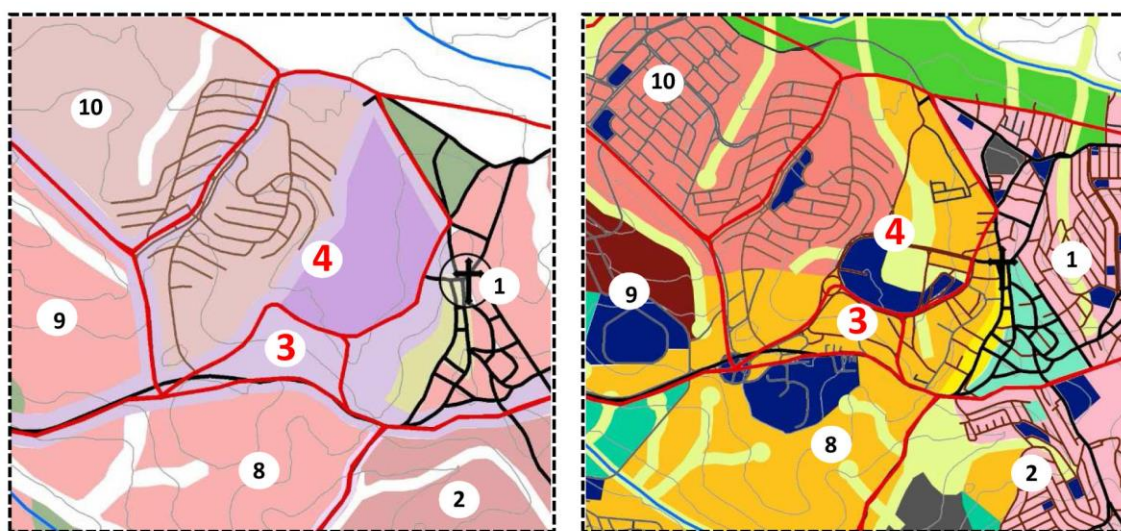
Fonte: Google Earth; fotos do acervo da autora (2018).

No plano de 1978, esta área do Setor 03 recebeu a classificação de Zona Mista 02 e se caracterizava pela convivência do uso residencial com o comércio e institucional de caráter intermediário. O coeficiente de aproveitamento do terreno era de até 3,0, o que significa a possibilidade de verticalização de até quatro pavimentos. A preocupação com a preservação da paisagem e visibilidade da serra fez com que o Plano Diretor de 2010 permitisse que essa área fosse ocupada apenas pelo uso residencial unifamiliar e multifamiliar. Os usos comercial e institucional poderiam ocorrer somente nas vias coletoras, o que evidencia a perda da função central desejada inicialmente. Porém, ao

classificá-la como ZAR02, na qual o coeficiente de aproveitamento do terreno é de 2,5, a possibilidade de verticalização ainda é admitida.

Já no Setor 04, em 1978, a área de divisa com o núcleo existente foi classificada como Zona Mista 03, onde a densidade poderia atingir até 500 habitantes por hectare, sendo a área mais densa de Ouro Branco. Para isso, foi permitido o coeficiente de aproveitamento do terreno de 4,5 para residencial misto, o que significa a possibilidade de verticalização de até seis pavimentos. Porém a região não foi ocupada, tornando-se um hiato urbano juntamente com os equipamentos urbanos ali construídos. A parte em que foi construído o bairro Siderurgia, classificada como ZR03, caracterizava-se como essencialmente residencial de baixa densidade, com máximo de 95 habitantes por hectare e ocupação com até dois pavimentos apenas. Esse modelo foi mantido na área em 2010, a partir da classificação de ZAR03, que permite índice médio de restrição de construção.

Figura 37 – Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 nos setores 03 e 04



Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978

Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010

Lei de Uso e Ocupação do solo de 1978 – coeficiente máximo de aproveitamento		Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010 – índice de aproveitamento máximo	
ZR3	1,0 (residencial coletivo)	ZAR3	1,5
ZM2	2,0 (residencial coletivo)	ZE2	---
ZM3	3,0 (residencial coletivo)	ZAR2	2,5

Fonte: Interpretação da autora, 2018, com base em JOÃO PINHEIRO, 1978 e PREFEITURA DE OURO BRANCO, 2010.

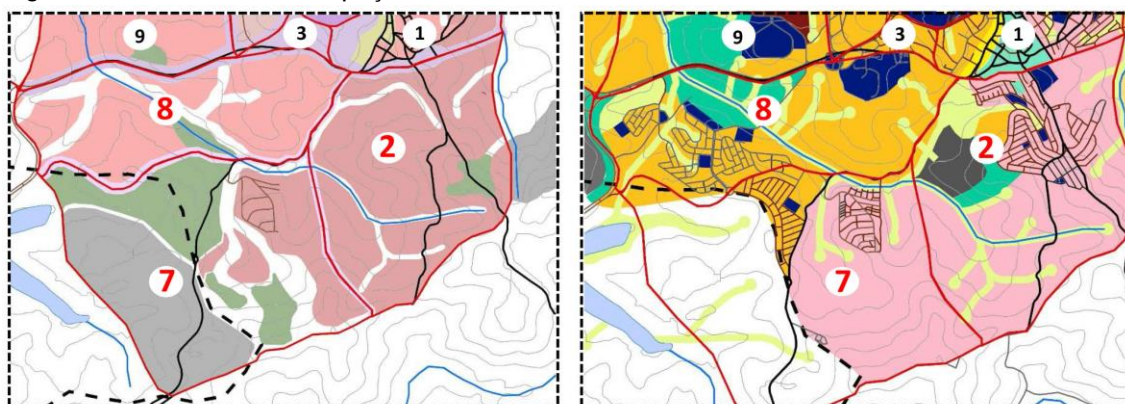
Apesar de o desenho urbano do bairro já estar consolidado, a paisagem, com o passar dos anos, foi se modificando com as transformações das residências. Para atender às novas necessidades, os muros foram crescendo, os moradores foram construindo

área de lazer, garagem, dentre outros acréscimos. Ainda assim, predominam as moradias térreas.

- Setores 02, 07 e 08

A legislação de 1978 permitiu nesses setores maior adensamento ao classificar a maior porção de áreas em ZR1 e ZR2, destinados ao uso residencial isolado, conjunto, coletivo e misto, segundo modelos de assentamentos que poderiam chegar até a 1,5 de aproveitamento máximo do terreno. Em 2010, associando a ocupação por parte da população operária da usina com a localização e o baixo custo das terras, a legislação passou a classificar parte dessa área como ZEIS, transformando o coeficiente de aproveitamento para 2,5 para lotes maiores de 250m², e como ZAR2, com esse mesmo coeficiente para qualquer tamanho de terreno e isento de afastamento lateral, para edificações com altura de até 6.0m.

Figura 38 – Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 nos setores 02, 07 e 08



Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1978

Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010

Lei de Uso e Ocupação do solo de 1978 – coeficiente máximo de aproveitamento		Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010 – índice de aproveitamento máximo	
ZR1	1,5 (residencial coletivo)	ZEIS	2,5
ZR2	1,0 (residencial coletivo)	ZAR2	2,5
ZM1	2,0 (residencial coletivo)	ZPAM2	0,025
ZM2	2,0 (residencial coletivo)	ZE2	----
ZE4	2,0 (residencial coletivo)	ZI	----
ZE5	----		

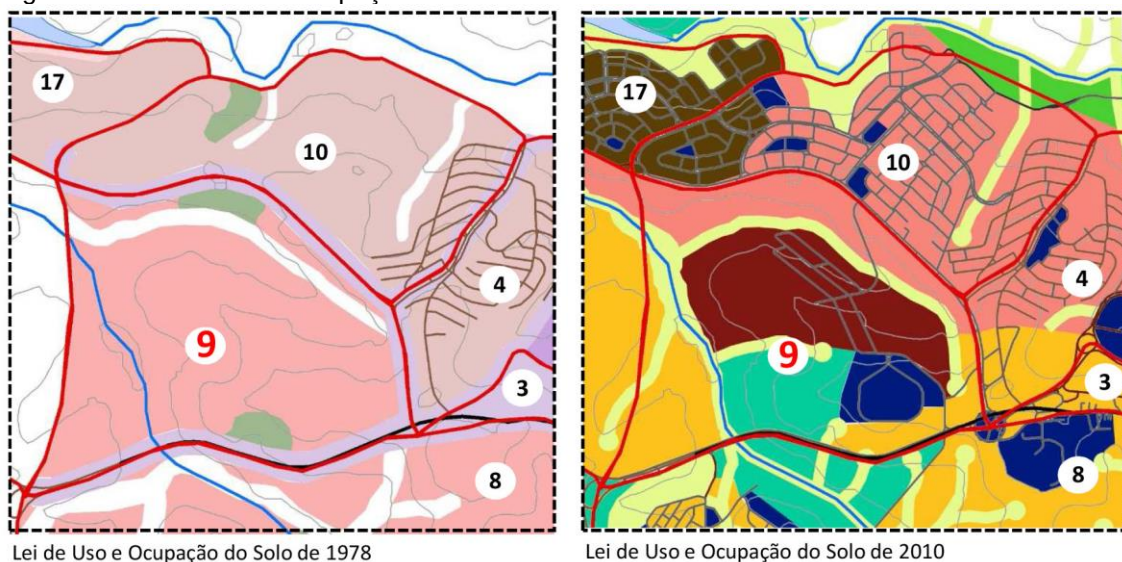
Fonte: Interpretação da autora, 2018, com base em JOÃO PINHEIRO, 1978 e PREFEITURA DE OURO BRANCO, 2010.

Percebe-se que, hoje, apesar de lentamente, a paisagem dos bairros dos setores 02, 07 e 08, principalmente o Bairro Primeiro de Maio, está sofrendo mudanças com a construção de prédios de até quatro pavimentos, o que diverge da prioridade inicial que era de residências unifamiliares.

- Setor 09

Além da classificação de parte da área em ZM02, a Zona Residencial 02 estava presente neste setor. Observa-se, então, que o maior adensamento da cidade foi previsto nos setores 02, 07, 08 e 09, ocupados por técnicos e operários e correspondendo a 55% da área destinada à ocupação urbana inicial. Como eles ocupam a parte sul da cidade, mais próxima à empresa, esse adensamento poderia gerar sérios problemas se ocorresse de forma descontrolada, pois iria prejudicar a paisagem da cidade e a qualidade de vida dos moradores com a poluição sonora e atmosférica proveniente da usina.

Figura 39 – Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 no setor 09

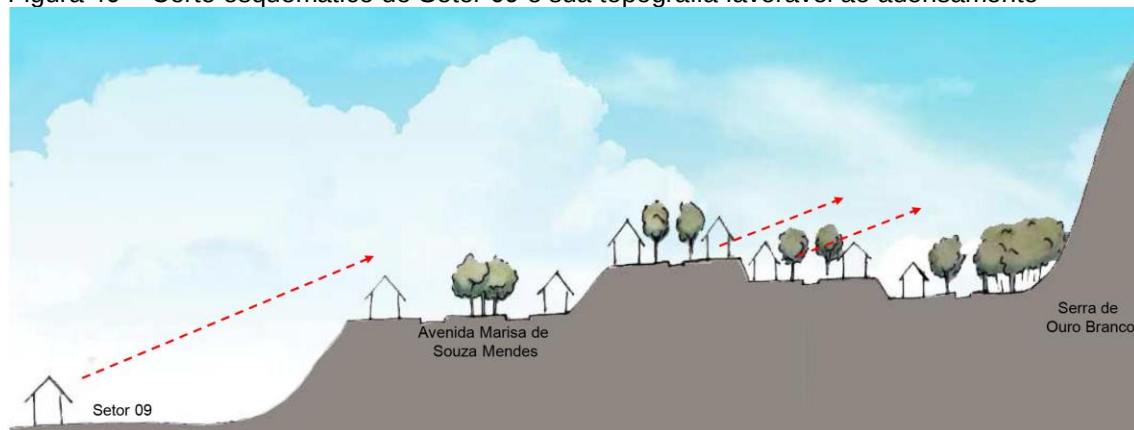


Lei de Uso e Ocupação do solo de 1978 – coeficiente máximo de aproveitamento		Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010 – índice de aproveitamento máximo	
ZR2	1,0 (residencial coletivo)	ZAR1	2,5
ZM1	2,0 (residencial coletivo)	ZAR2	2,5
ZE4	2,0 (residencial coletivo)	ZAR3	1,5
		ZE2	---
		ZPAM2	0,025

Fonte: Interpretação da autora, 2018, com base em JOÃO PINHEIRO, 1978; PREFEITURA DE OURO BRANCO, 2010.

Essa preocupação não foi levantada na atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo em 2010, que classificou a área como ZAR01, categoria que possui pouca restrição para adensamento e topografia favorável à verticalização como mostra a figura abaixo, pois a conformação de vale não interfere na paisagem composta pela Serra de Ouro Branco.

Figura 40 – Corte esquemático do Setor 09 e sua topografia favorável ao adensamento



Fonte: Interpretação da autora, 2018 e elaborado por Bárbara Bellone.

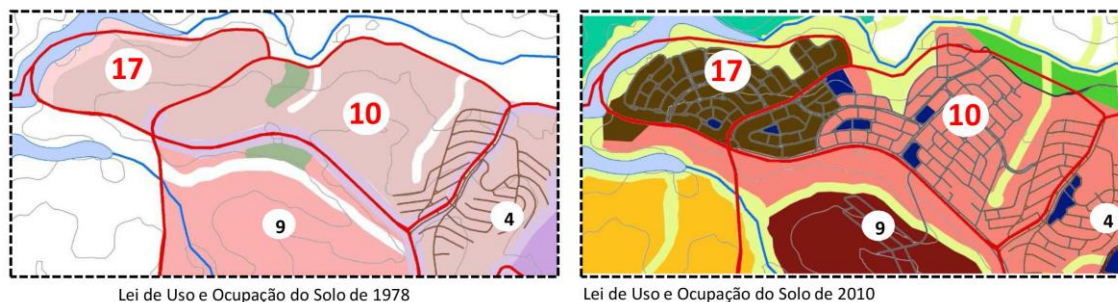
Após 2010, a área vem passando por um processo lento de ocupação, revertendo a situação de abandono vista anteriormente, sendo denominada como Bairro Soledade.

- Setores 10 e 17

Para proporcionar um ambiente tranquilo e seguro para os empregados de altos cargos que iriam ocupar esses setores, o plano de 1978 classificou as áreas dos dois setores em ZR03 e ZR04: zonas caracterizadas como essencialmente residenciais de baixa densidade, podendo chegar a até 47 habitantes por hectare no ZR04 na área próxima à Lagoa Soledade, em que o coeficiente de aproveitamento era de 0,8, construções de um pavimento.

Mesmo alterando esse coeficiente para 1,5, o plano de 2010 manteve as intenções de densidade e uso preferencialmente residencial, já que o local poderia apenas ter comércio nas vias coletoras e estruturais. As classificações em ZAR03 e ZAR04 se diferem pela maior exigência do afastamento frontal maior na ZAR04 e pela sua taxa de ocupação de 60%, ou seja, a área construída pode ocupar apenas 60% do terreno.

Figura 41 – Lei de uso e ocupação do solo de 1978 e 2010 nos setores 10 e 17



Lei de Uso e Ocupação do solo de 1978 – coeficiente máximo de aproveitamento		Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010 – índice de aproveitamento máximo	
ZR3	1,0 (residencial coletivo)	ZAR3	1,5
ZR4	0,8 (residencial isolado)	ZAR4	1,5
ZM2	2,0 (residencial coletivo)	ZE2	---
ZE4	2,0 (residencial coletivo)		

Fonte: Interpretação da autora, 2018, com base em JOÃO PINHEIRO, 1978 e PREFEITURA DE OURO BRANCO, 2010.

Em relação aos usos, em 1978, apenas uma pequena parte da via estrutural que divide os dois setores foi classificada como Zona Mista 02, o que traduz ainda mais as intenções do plano em reservar a região para o uso residencial. Apesar de o plano de 2010 prever comércio mesmo que nas vias coletoras e estruturais, ainda não se vê esse uso no setor. Acredita-se que isso ocorra por costume dos moradores e, como o deslocamento é necessário para se ter acesso às atividades, trabalho e serviços, o comércio localizado nos setores 03 e 04 consegue atender a suas demandas.

Atualmente, como ocorre nos demais bairros da cidade, muitas residências sofreram modificações, e novas construções foram surgindo nos terrenos vazios. A leitura da padronização tipológica das casas já é feita com mais dificuldade, entretanto a paisagem ainda se mantém com residências de até dois pavimentos e a contínua visibilidade da Serra de Ouro Branco.

Figura 42 – Paisagem do Setor 17 composta pela Serra de Ouro Branco e residências de até dois pavimentos



Fonte: Fotos do acervo da autora (2018).

Conclui-se que a Lei de Uso e Ocupação do Solo, presente no Plano Diretor de 2010, admite uma ocupação maior das áreas com infraestrutura já consolidada, na tentativa de diminuir os vazios urbanos presentes entre os setores. No entanto, a empresa ainda é a proprietária de grandes porções desse território, o que lhe permite o controle da ocupação, exercendo também grande influência na dinâmica econômica da cidade, já que se mantém como principal fonte de emprego. Assim, sem projetos futuros para expansão da produção, não há previsão de aumento no quadro de funcionários e nem um consequente e considerável aumento da população da cidade.

4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM OURO BRANCO/MG

A produção do espaço está associada às relações de poder que podem ser percebidas na organização espacial de uma cidade, que, de forma fragmentada, mas ao mesmo tempo articulada, demonstra a hierarquia desse poder. Assim, Bourdieu (1997, p.158) apresenta que “não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, o espaço social se retraduz no espaço físico”.

Essa hierarquização pode ser percebida no espaço urbano das cidades siderúrgicas citadas anteriormente e também em Ouro Branco. Caracterizada como monoindustrial, a cidade expandiu-se em função da Açominas, com a organização, ritmo e as relações sociais conduzidas em consonância com os interesses da empresa. Esse processo foi possível pelo domínio econômico e espacial obtido pela usina, por ser a principal fonte de emprego e renda e por sua destacada influência no plano urbano desenvolvido em 1978.

Dentro desse plano, percebe-se uma contradição entre o discurso e a proposta. Nos trechos abaixo, a cidade seria criada sem barreiras e segregações, tratando todos os cidadãos igualmente.

(...) o planejamento de Ouro Branco se propõe a criar uma cidade em que as pessoas que trabalham na Açominas sejam componentes de uma comunidade global e diversificada, distribuindo-se por sua malha sem barreiras e segregações (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978, v. I, p. 3.2).

Uma cidade saudável, humana, alegre e aconchegante, de infraestrutura moderna, que ofereça condições para um padrão de vida compatível com o nível de renda dos empregados da AÇOMINAS, que encare todos os cidadãos igualmente, na qual a Empresa seja responsável pela criação de condições para seu desenvolvimento disciplinado e autônomo, no menor espaço de tempo possível (AÇOMINAS, 1980, p.6).

Entretanto, o plano relaciona o padrão de vida com o nível da renda dos empregados, fazendo distinção do local em que cada um poderia morar. Isso se evidenciou na classificação dos funcionários em “códigos” de A a E, de acordo com o número de salários mínimos recebidos pelo trabalho na usina, e na sua divisão entre os diferentes setores. A tabela abaixo mostra a estimativa da distribuição de renda, onde mais da metade dos trabalhadores (59%) recebia de um a cinco salários mínimos. Essa estimativa estava diretamente ligada ao quadro de funcionários da usina já que eram requeridos mais trabalhadores de menor qualificação para seu funcionamento.

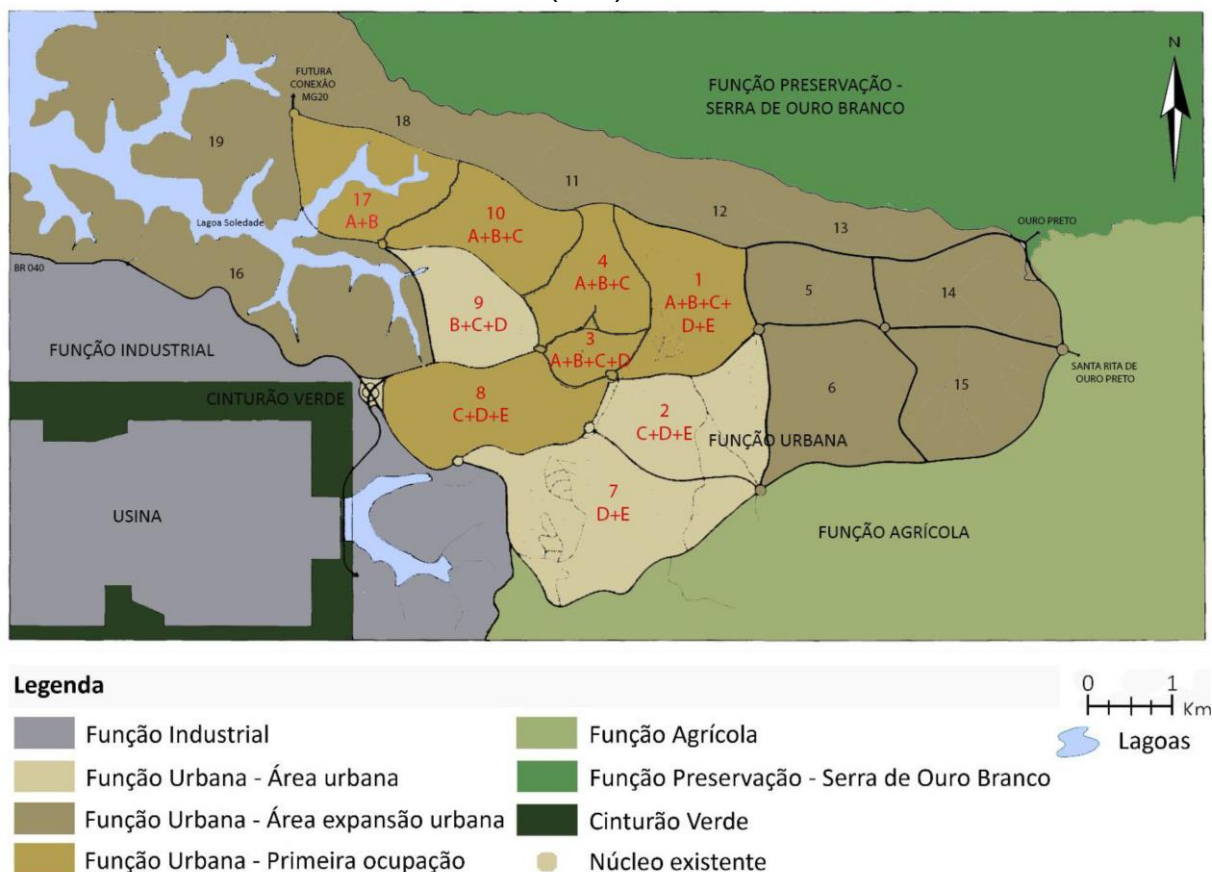
Tabela 05 – Porcentagem das habitações em relação ao salário dos funcionários

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA		
SALÁRIO MÍNIMO	CÓDIGO	%
Acima de 10	A e B	3
De 5 a 10	C	6
De 1 a 5	D	59
Até 1	E	32

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978.

A distribuição desses códigos dentro dos setores não ocorreu de forma aleatória, sendo relacionada com os quatro elementos presentes na paisagem da cidade: usina, serra, Lagoa Soledade e núcleo existente. As relações entre as moradias e esses quatro elementos, que poderiam ser de trabalho, lazer, acesso e qualidade ambiental, foram responsáveis por criar uma hierarquia espacial e social. Portanto, a segregação vista na cidade não é apenas em relação à localização, mas também, pela distribuição de renda, sendo o espaço social traduzido no espaço físico, como disse Bourdieu (1997).

Figura 43 - Divisão dos códigos nos setores planejados na área da implantação inicial de Ouro Branco no Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) de 1978



Fonte: Elaboração e interpretação da autora, 2018, com base na FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978.

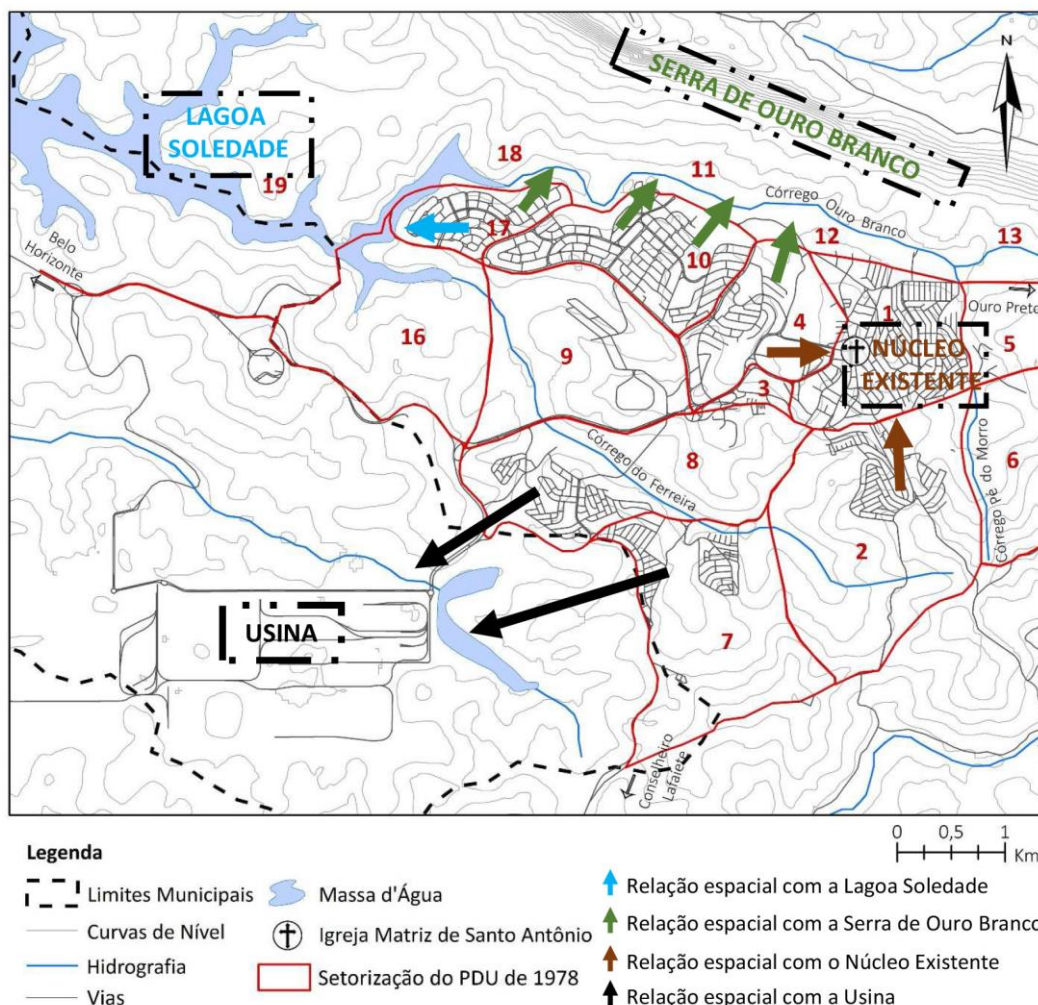
Essa divisão dos funcionários no espaço urbano, juntamente com o acesso diferenciado aos equipamentos e infraestrutura, configurou-se como segregação socioespacial. Retomando o conceito descrito por Mendonça (2002), a segregação implica na prática de renegar o direito à cidade para uma fração da população a partir da ideia de discriminação. Portanto, compreende-se que a segregação não é apenas um processo de separação dos moradores de uma cidade, mas é também baseada na desigualdade de acesso aos serviços e equipamentos públicos, conseqüentemente de civilidade, cultura e dignidade. Além da diferença da qualidade ambiental, determinada por parâmetros como poluição sonora e atmosférica, verticalização, densidade populacional e cobertura vegetal.

Partindo desta breve exposição, o capítulo 4 apresenta uma análise da localização, relações espaciais e sociais, acesso aos equipamentos e padrões habitacionais dos setores com o objetivo de identificar a segregação implantada pelo plano e se, após 40 anos dessa implantação, a cidade continua conforme foi planejada.

4.1 Localização e relações espaciais

Ao dividir o espaço urbano de Ouro Branco pelos códigos da tabela de distribuição de renda (figura 46), pode-se identificar a relação entre essa divisão com os quatro elementos da paisagem da cidade (usina, serra, Lagoa Soledade e núcleo existente) e também, com os usos, residenciais e comercial/serviços, que também representam valores simbólicos.

Figura 44 – Relação de proximidade com os elementos da cidade: Lagoa Soledade, usina, Serra de Ouro Branco e núcleo existente



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 2000.

A porção leste corresponde ao Setor 01 e é ocupada pelo núcleo existente. Conforme descrito anteriormente, esse foi construído “aos pés” da Serra de Ouro Branco devido à exploração aurífera ocorrida no século XIX. Atualmente, sua relação com o elemento natural é apenas visual. A grande distância do local onde foi construída a usina faz com que os moradores desse setor não percebam a presença dela na cidade. O mesmo acontece com a Lagoa Soledade. Com o objetivo de integração dos moradores locais com os funcionários, o setor foi classificado para ser ocupado por empregados de todas as categorias (códigos A, B, C, D e E) de forma a permitir esse contato.

O Setor 03 e parte do Setor 04 compõem a porção central da função urbana projetada, principalmente o 03, que faz limite com cinco outros setores (01, 02, 04, 08 e 09), o que justifica a sua classificação de uso essencialmente comercial e de serviços. Para que todos os moradores tenham acesso a esses usos, a área foi classificada também para ser ocupada por todas as categorias, exceto o código E. Essa exclusão pode ser entendida pelo

valor da terra na região, incompatível com o salário desses funcionários. Percebe-se que não há relação direta com os elementos da paisagem, apenas visualmente com a Serra de Ouro Branco e com o núcleo existente.

A ocupação da porção sul, setores 02, 07 e 08, relaciona-se diretamente com a proximidade da usina. Nesses setores foram alocados aqueles que correspondiam aos códigos C, D e E (renda entre um e dez salários mínimos). Essa escolha baseou-se nas expectativas dessa população em relação à localização de suas moradias, como descreve o trecho retirado do PDU:

Para uma família de baixa renda, são fundamentais a garantia de terreno para sua casa ou barracão e a proximidade do local de trabalho e abastecimento comestível; economizar em transporte e não ser expulso são os fatores básicos e até suficientes para gradualmente perseguir seus objetivos de vida que vão da sobrevivência para o da vivência, esta já garantida por uma melhor renda (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978, v. I, p. 2.31).

Essa proximidade é também justificada por Bonduki (1994) pela necessidade de os funcionários de manutenção estarem sempre à disposição para qualquer problema da empresa a qualquer hora, evidenciando que o espaço urbano fora projetado como extensão da usina.

O principal fator que levava algumas empresas a construir vilas ou alojamentos para seus empregados era, provavelmente, a necessidade de manter o pessoal da manutenção ou de reparação de máquinas ao lado do local de trabalho, para que a qualquer hora do dia ou da noite, estes pudessem ser chamados a serviço (BONDUKI, 1994, p. 52).

Portanto, esses moradores estavam mais vinculados à paisagem da usina do que a outros elementos, como a Lagoa Soledade e o centro histórico. A Serra de Ouro Branco, devido à sua altura e extensão, pode ser vista de qualquer parte da cidade, porém nesses setores não há uma proximidade direta como nos demais. E no desenho urbano esboçado pelo plano, percebe-se uma grande distância entre os bairros construídos nesses setores (02, 07 e 08) e os demais. A lógica da proximidade com o trabalho trouxe a exclusão desses funcionários da dinâmica urbana central. Assim, ao analisar a qualidade ambiental nesses setores, os moradores convivem com a poluição sonora da usina, a possibilidade de adensamento e verticalização, conforme visto na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2010, o que resulta em uma qualidade mediana. Merece destacar que a poluição atmosférica produzida pela usina não atinge a cidade, pois os ventos dominantes levam a fumaça para a direção oposta.

Figura 45 – Distância entre os bairros situados nos setores 02, 07 e 08 com os demais

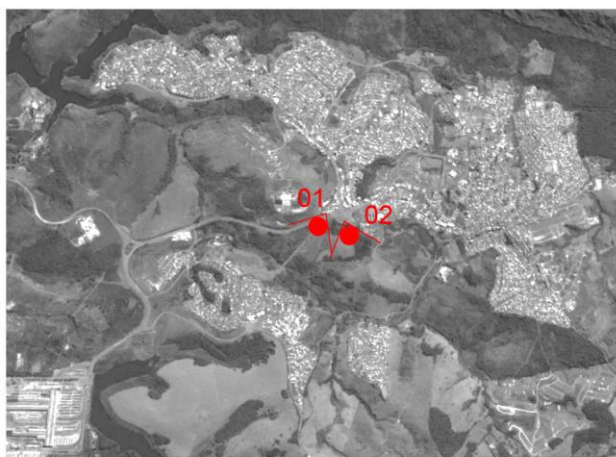


Foto 01: Bairro Primeiro de Maio



Foto 02: Bairro São Francisco

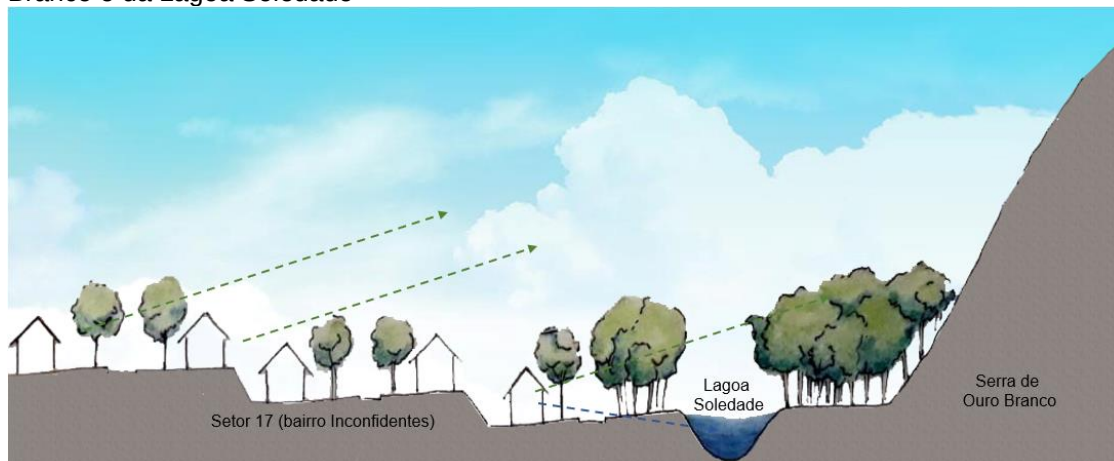
Fonte: Google Earth; fotos do acervo da autora (2018).

A porção oeste, setores 10, 17 e parte do 04, forma a parte nobre da cidade, destinada aos códigos A, B e C, dos técnicos e da chefia, relacionando-se diretamente com a Serra de Ouro Branco, e o setor 17, também com a Lagoa Soledade. O plano justificou essa escolha do local de moradia da classe média quanto às suas expectativas:

Já para a classe média, dotada de maior mobilidade, via renda, a proximidade de emprego e abastecimento é importante, mas não básica; em compensação a qualidade da casa, sua aparência, as condições da vizinhança e segurança começam a figurar como fatores básicos. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978, v. I, p. 2.31)

Além da distância, percebe-se que a tentativa de criação do novo centro urbano nos setores 03 e 04 tornou-se uma barreira para a relação dos setores 10 e 17 com o núcleo existente e os demais setores a leste e sul. Essa estratégia tinha como propósito delimitar as áreas criadas e proporcionar melhor qualidade ambiental aos técnicos e chefias com a proximidade com os elementos naturais, baixa densidade populacional e a não permissão para verticalização, diferenciando-as daquelas destinadas aos trabalhadores menos qualificados.

Figura 46 – Corte esquemático da posição das residências para a visibilidade da Serra de Ouro Branco e da Lagoa Soledade



Fonte: Interpretação da autora, 2018 e elaborado por Barbara Bellone.

O setor 09 foi destinado aos funcionários de códigos B, C e D, operários e técnicos. O processo de venda das residências construídas no Primeiro Plano Habitacional, no final da década de 1980, teve como prioridade os funcionários já residentes na cidade, desconsiderando os que preferiram, inicialmente, morar em outros municípios. A esses funcionários, o setor 09, além de outros, foram urbanizados com arruamento, construção da rede de esgoto, água, energia e seus lotes vendidos para eles. Porém, sua ocupação não foi realizada, permanecendo vazio por muitos anos. Isso pode ser entendido pelo fato de a cidade e seu comércio/serviço não crescerem da forma prevista, fazendo com que o público-alvo ainda preferisse morar em outras cidades que já possuíam estrutura mais consolidada.

Vale destacar que essa divisão dos empregados no espaço urbano da cidade foi contraditória ao discurso idealizado pelo próprio plano, que visava a uma cidade sem barreiras e segregação. Rotular a população em classe baixa e classe média e destacar suas expectativas quanto ao local de moradia e sua infraestrutura tornaram ainda mais expressiva a divisão social induzida para Ouro Branco.

4.2. Relações entre os moradores

Pode-se identificar dois tipos de relação entre os moradores da cidade: entre os funcionários, abrigados nos novos bairros, e os moradores do núcleo existente; e entre os próprios funcionários de acordo com a divisão nos setores.

A base econômica de Ouro Branco, até a década de 1970, era agrícola, sendo o ofício passado de geração a geração. A implantação da usina trouxe para a região oportunidade de emprego e ampliação da infraestrutura do lugar. Entretanto, a mão de obra local, por falta de conhecimento técnico sobre o processo siderúrgico, não pôde ser absorvida pela empresa, o que se tornou uma barreira social entre os funcionários e a população ali

estabelecida. Essa última não participou diretamente das transformações da cidade e dos benefícios que a usina proporcionava, como moradia, infraestrutura e o lazer dos clubes. Inicialmente, essa relação gerou conflitos, como descrito no trecho abaixo da entrevista realizada com um dos primeiros empregados da usina, Cláudio José da Rocha Vianna:

Existia segregação, porém entre os empregados, ela não era negativa, não era como um conflito. Mas era conflituosa com os nativos de Ouro Branco. Um jogo de futebol entre um time da cidade e um time do bairro tinha briga. Raramente não tinha briga feia. No centro da cidade tinha umas boates, casas noturnas. Quando aparecia alguém do bairro lá, tinha chance de ter confusão. Da mesma forma, quando os nativos iam para os bairros dava briga. Hoje não tem mais, mas no começo era confuso (VIANNA, 2018).

A exclusão dos moradores locais dos benefícios oferecidos pela empresa colocou os novos moradores numa posição “superior”, estabelecendo uma ordem de estigmatização entre os dois grupos, como descrevem Elias e Scotson (2010):

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondition decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (ELIAS E SCOTSON, 2010, p. 23).

Na visão do entrevistado, a implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) dentro da usina no final da década de 1980 permitiu a profissionalização dos moradores locais, e então, os conflitos foram amenizados.

Em relação aos funcionários de diferentes categorias, os benefícios oferecidos pela empresa estatal, como a facilidade na compra da casa própria, plano de saúde e dental, complementação da aposentadoria, fizeram com que não houvesse “revolta” quanto a essa divisão no espaço urbano e acesso aos equipamentos, segundo Vianna (2018). Assim, a relação era harmônica entre os funcionários, entretanto havia um julgamento entre os moradores como no ditado popular, “diga-me com quem tu andas e te direi quem és” transformado em “diga-me onde tu moras e te direi quem és”, refletindo nos custos de prestação de serviço e *status* social.

“(...) Eu acredito que se passou a ter uma evidência desse negócio de segregação quando o Bairro Inconfidentes foi liberado para ser habitado. Porque aí, aí ficou muito claro que quem morasse no Inconfidentes pertencia à chefia. Então realmente houve um conceito, houve realmente um clima, uma linha divisória entre chefia e subordinados, antes era muito misturado entre os bairros Pioneiros e Siderurgia, tinham muitas pessoas, muitos níveis hierárquicos que moravam juntos, próximos uns aos outros. Aí passou, com a abertura do Inconfidentes, isso separou-se. E aí, não sei se a palavra segregação pode ser usada não, mas começou a “aparecer” e a se “pronunciar”, um status diferenciado. “Onde você mora? Moro lá no Inconfidentes. Ahhh..” Já era diferente, bem diferente (VIANNA, 2018).

As pessoas que frequentavam os clubes de lazer implantados pela usina traduzem essas relações sociais. Durante a construção dos bairros e usina, havia apenas o clube no Bairro Siderurgia (Setor 04), beneficiando somente as pessoas ligadas à usina, excluindo os moradores do núcleo existente. Esse equipamento é visto por Vianna (2018) como uma compensação oferecida pela empresa nos tempos difíceis em que a cidade ainda estava em construção.

Figura 47 – Foto de atividade de lazer nos primeiros bairros implantados



Fonte: AÇOMINAS, 1980.

As festas promovidas pelo clube eram uma das únicas diversões dos empregados. Elas ocorriam às quintas-feiras, já que muitos retornavam para suas cidades de origem nos finais de semana, fazendo com que os novos bairros ficassem vazios nesse período.

Em Ouro Branco, existiam duas opções: ou você estava trabalhando ou estava na hora de ir trabalhar. Não tinha outra opção. Você saía do trabalho de uniforme, encontrava com as mesmas pessoas, conversava no supermercado sobre os problemas da usina. Lá era uma cidade ótima para se morar e não para se viver. Você não tinha vida em Ouro Branco. Tirando os clubes da AEA, você não tinha mais nada para fazer (VIANNA, 2018).

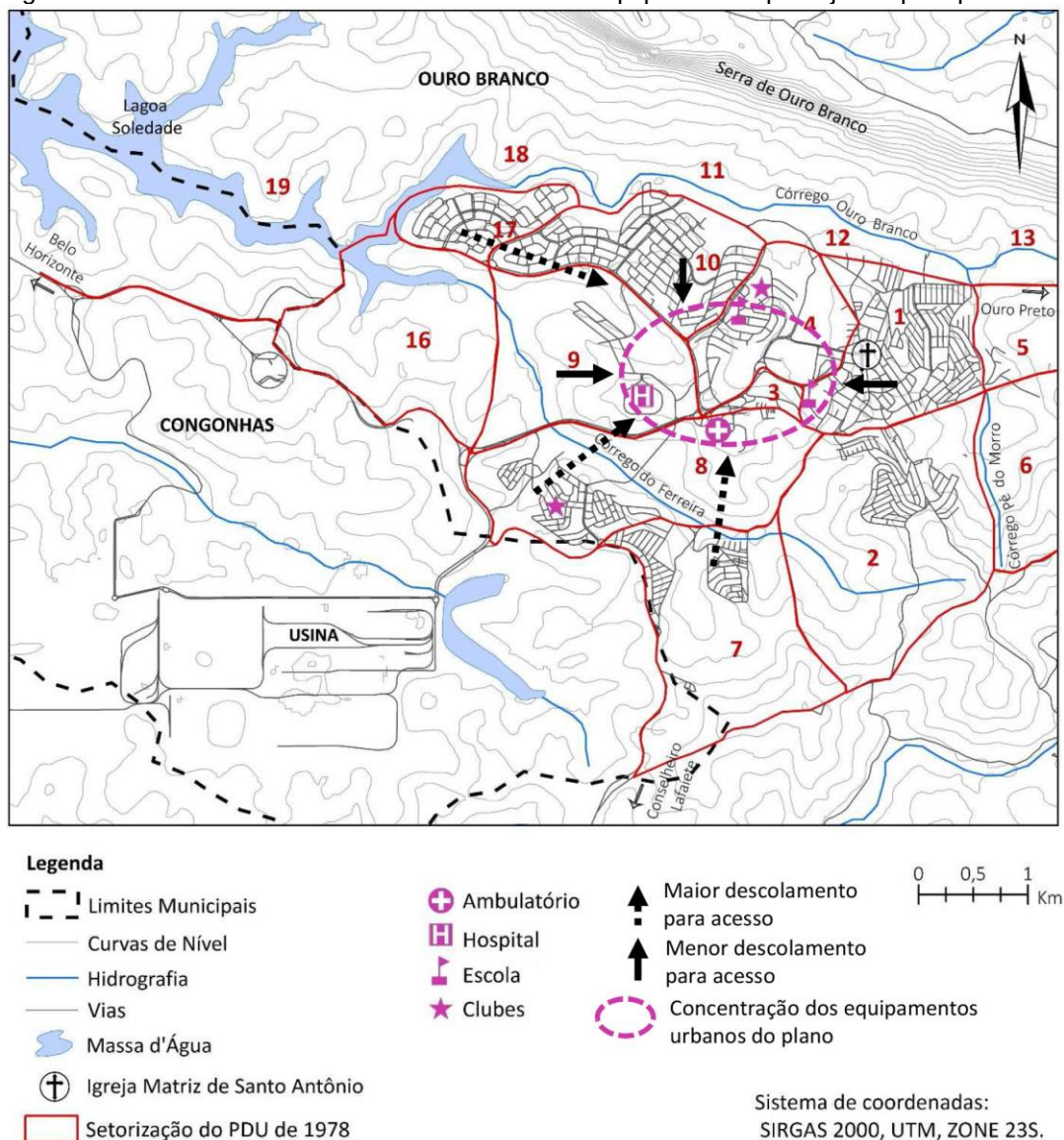
Foram construídos três clubes pela usina localizados nos setores 04 e 08 e um próximo à rodovia MG-443, chamado de Campestre, devido ao seu entorno arborizado e próximo à lagoa Soledade. No Setor 17 foi construído um clube particular que tinha como cotistas, inicialmente, apenas os moradores do setor. Assim, mesmo não sendo explícito, por questão de proximidade, cada clube atendia a uma categoria de funcionário que ocupava o setor: operários (Setor 08), técnicos (Setor 04) e chefias (Setor 17).

4.3 Acesso aos equipamentos urbanos

Duas escolas, um ambulatório, um hospital geral e três clubes foram os equipamentos propostos pelo plano de 1978 e construídos nos setores 01, 03, 04, 08 e 09. Fora os clubes, que pretendiam atender aos moradores ao redor como foi visto, os demais equipamentos foram concentrados na região proposta para ser a nova centralidade da cidade (setores 03 e 04) com o objetivo de facilitar o acesso pelos moradores. Porém, devido aos cortes orçamentários e mudanças no planejamento, essa centralidade não se concretizou, sendo que apenas o comércio e serviços foram implantados no local. Um dos resultados do fracasso dessa proposta foi o isolamento do Hospital Geral, localizado no Setor 09, prejudicando o acesso a ele pelos residentes dos demais setores.

A concentração desses equipamentos prejudicou principalmente os moradores da porção sul, setores 02, 07 e 08, referentes aos empregados de baixa qualificação, exigindo um grande deslocamento para o acesso aos equipamentos urbanos de necessidades básicas, como escola e unidade de saúde. Foi preciso, logo no início, a implantação de um comércio local para atender a esses moradores. E, após alguns anos, a prefeitura construiu escolas e, mais recentemente, unidades de pronto atendimento.

Figura 48 – Análise do acesso dos moradores aos equipamentos planejados pelo plano de 1978



Fonte: Interpretação e elaboração da autora, 2018, com base no acervo IBGE, 2000.

No Setor 17 não se veem equipamentos urbanos e estabelecimentos comerciais até os dias atuais. Acredita-se que isso se deva ao deslocamento necessário para o acesso às atividades de trabalho e serviços e ao fato de o comércio localizado nos setores 03 e 04 ser capaz de atender o setor 17 de forma adequada. Portanto, o Bairro Inconfidentes permanece apenas com o tráfego local, com a calma de cidade do interior e o contato direto com a natureza através da Lagoa Soledade.

4.4 Padrões habitacionais

Após a distribuição dos “códigos” entre os setores, foram determinados os desenhos e os padrões habitacionais para cada um. Com o objetivo de tornar a habitação compatível com o poder aquisitivo dos funcionários, os 18 padrões residenciais, que apresentavam diferentes tamanhos de lotes (50m² a 900m²), foram distribuídos conforme o poder de compra

daqueles que iriam ocupá-los. Isso ocorreu porque a empresa encorajava seus empregados a adquirirem a casa própria, sendo o pagamento parcelado de acordo com o salário. E também porque visava a manter a hierarquia desejada pela empresa no espaço urbano, assim relacionando o poder aquisitivo com a qualidade da moradia e do local.

A empresa limita em 25% do salário líquido o comprometimento com as prestações, quando o exigido pelo BNH é de até 1/3 do salário bruto (...) A Prefeitura de Ouro Branco abre mão do pagamento do IPTU por um período de 10 anos, a partir de 1988, e do Imposto de Transmissão de Imóveis (PIQUET, 1998, p.107).

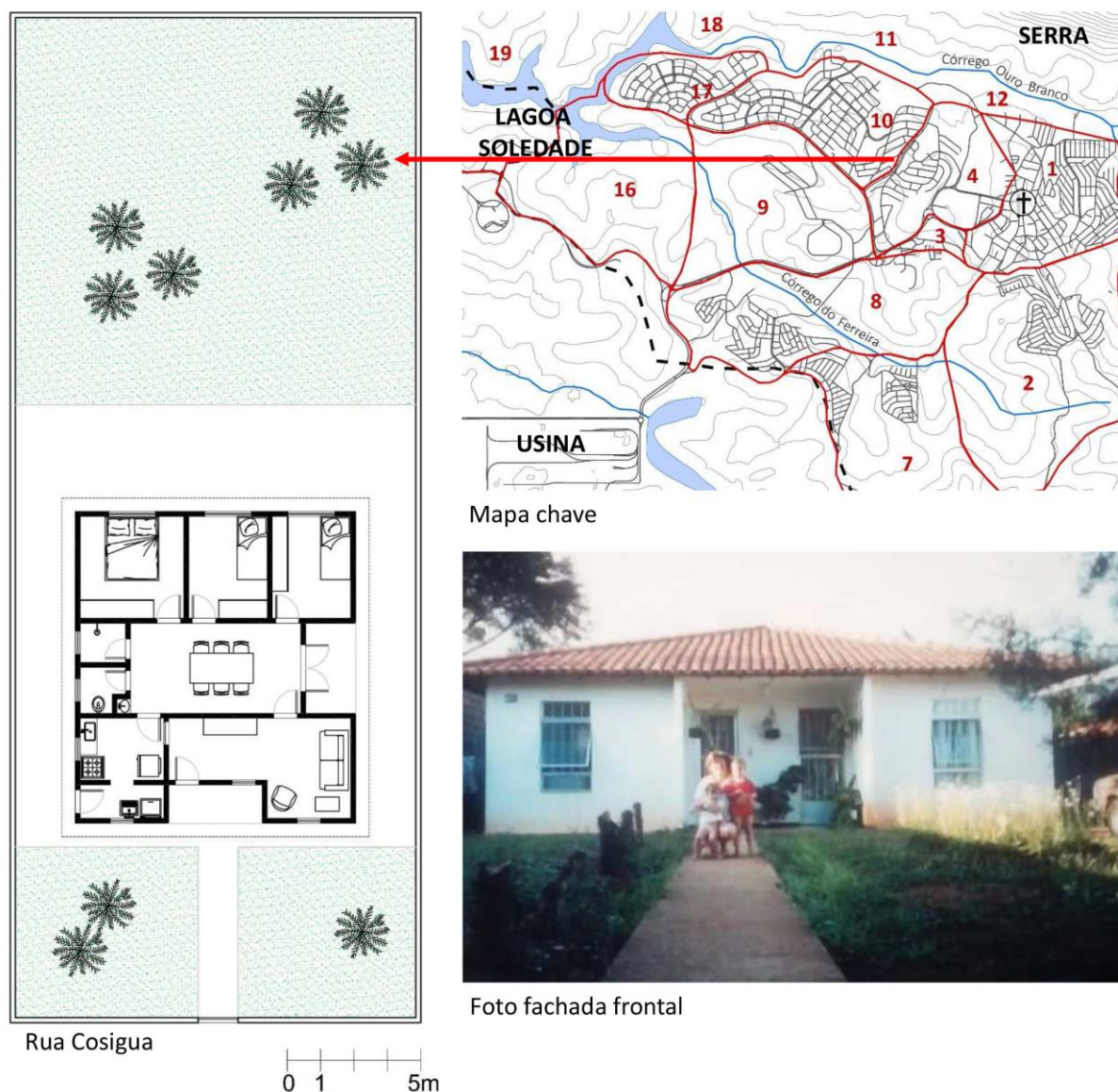
O Primeiro Plano Habitacional ocupou os setores 04, 08, 10 e 17, que correspondem aos bairros Siderurgia, Primeiro de Maio, Pioneiros e Inconfidentes, respectivamente.

Além desses setores, vale destacar que o Setor 07, denominado Bairro São Francisco, também foi dado como prioritário no planejamento na fase inicial, por ser o local onde foram alojados os empregados responsáveis pela construção da usina e demais equipamentos da cidade. Não houve padrões residenciais diferenciados, apenas alojamentos de madeira que foram facilmente desmontados após o término da construção da usina.

O Plano iniciou-se pela construção das residências no Setor 04, classificado para ser ocupado pelos códigos A, B, C e D, operários, técnicos e chefias. Essa maior abrangência se dava, principalmente, por dois motivos: seria a primeira área a ser ocupada, abrigando diversos tipos de funcionários; e possuiria importante função central, permitindo o acesso de todos ao comércio e aos serviços. Assim, nessa área foram construídas as primeiras residências do plano habitacional, formando o bairro Siderurgia. A maior abrangência também implicou em uma maior variedade de tipologias residenciais, ocupando terrenos com áreas entre 360m² a 900m².

Uma das tipologias possuía 80m². A casa era composta por varanda, sala, copa, cozinha, área de serviço, banheiro e três quartos, construída com materiais simples, como a alvenaria sem reboco, apenas pintada de branco.

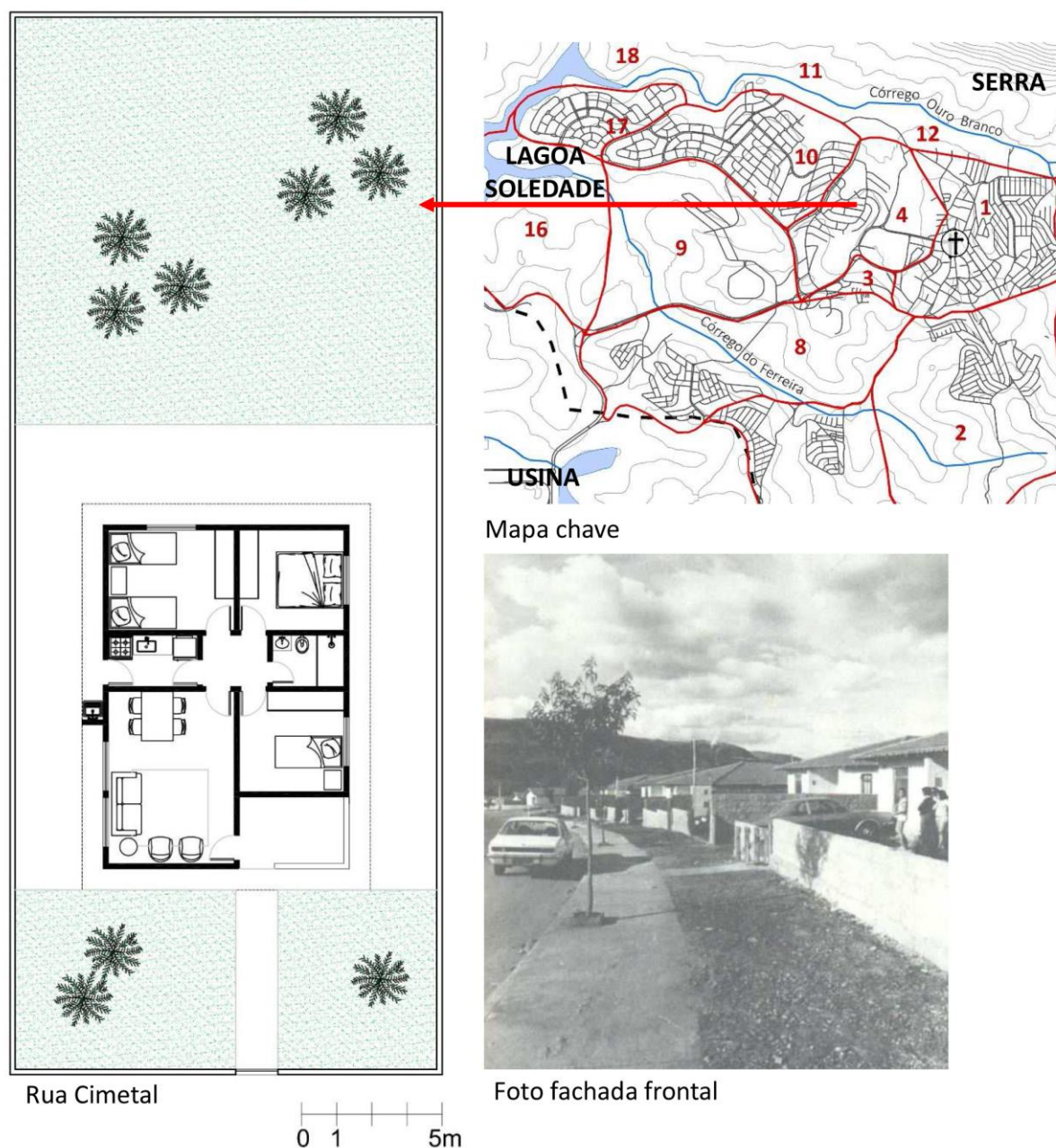
Figura 49 – Um dos padrões construídos no Setor 04 (Bairro Siderurgia)



Fonte: Interpretado e elaborado pela autora, 2018; Fotos do acervo da autora, 2018.

O bairro era composto por residências com apenas um pavimento, muros baixos, largos afastamentos frontais e laterais, jardins e árvores ao longo das vias, transparecendo um clima calmo e possibilitando uma relação direta com a natureza. Isso se dava também pelo posicionamento das casas na topografia para que todos os moradores tivessem ampla visão da Serra de Ouro Branco.

Figura 50 – Um dos padrões construídos no Setor 04 (Bairro Siderurgia)



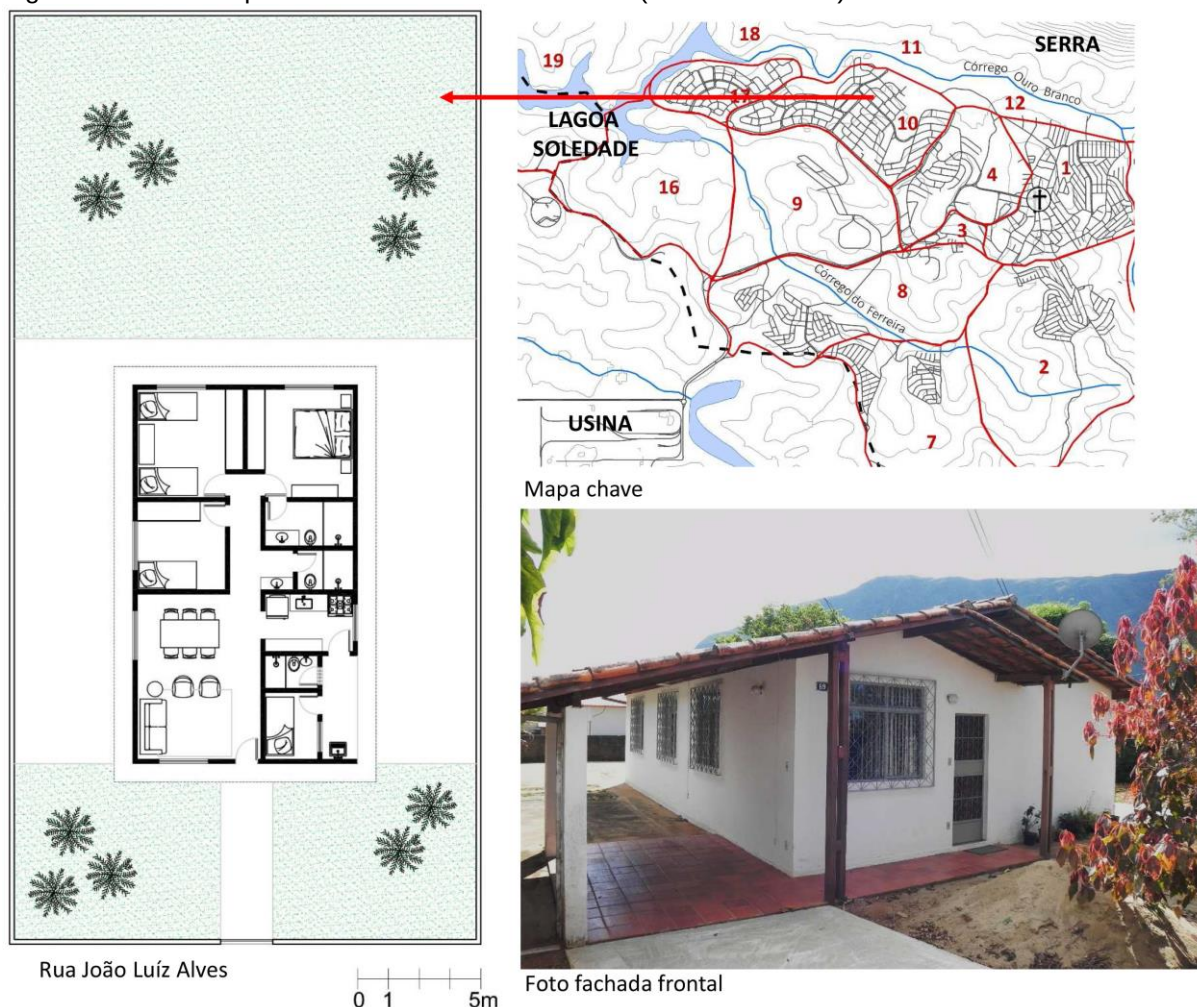
Fonte: Interpretado e elaborado pela autora, 2018; AÇOMINAS, 1978.

Após o término das obras das residências dos outros setores, os empregados com maior qualificação se mudaram, permanecendo ali os técnicos, em sua maioria.

O segundo bairro finalizado foi o Pioneiros, localizado no Setor 10. Para atender aos técnicos e chefias (códigos A, B e C), as residências possuíam uma melhor qualidade construtiva e, diferentemente das construções dos setores 04 e 08, havia dependências para empregados e área de serviço. A figura abaixo é um exemplo de modelo construído nesse setor, uma residência com 100m². A área íntima, com três quartos, sendo um deles

suíte, era maior que a área social, sala de jantar e copa. A área de serviço era composta por uma pequena cozinha e dependências de empregada.

Figura 51 – Um dos padrões construídos no Setor 10 (Bairro Pioneiros)



Fonte: Interpretado e elaborado pela autora, 2018; Fotos do acervo da autora, 2018.

O Bairro Primeiro de Maio, localizado no Setor 08, a ser ocupado por operários e técnicos (códigos C, D e E), foi o próximo a ser finalizado. Construído com lotes modulares de 240m² e 360m², recebeu inicialmente o padrão de casas geminadas com dois andares. Cada casa possuía 65m², com sala, copa, cozinha, banheiro e dois quartos. Os grandes terrenos possibilitaram aos moradores expansões para se adaptarem conforme as suas necessidades, como a construção de garagem e área de serviço, que não foram previstas no projeto original.

Figura 52 – Um dos padrões construídos no Setor 08 (Bairro Primeiro de Maio)

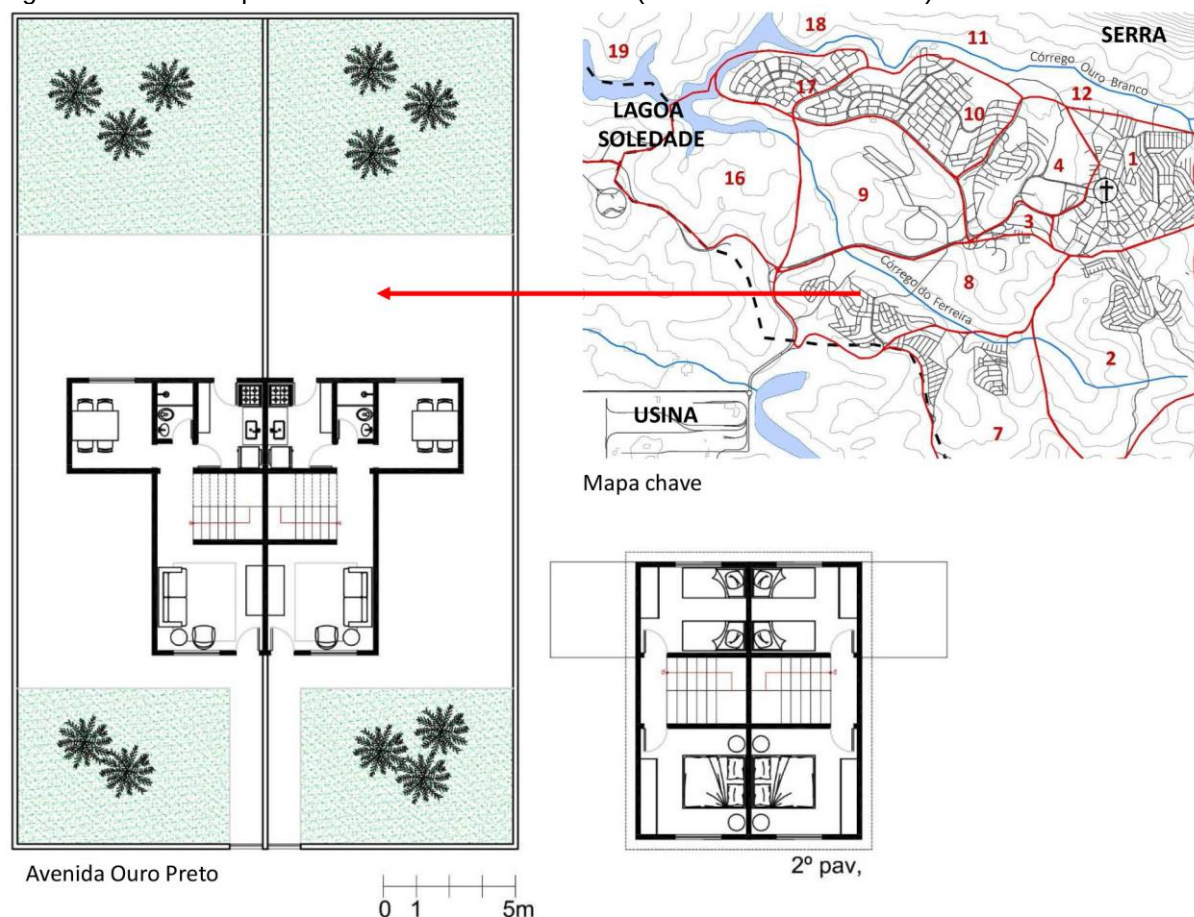


Foto fachada frontal

Fonte: Interpretado e elaborado pela autora, 2018; Fotos do acervo da autora, 2018.

E, por último, o Bairro Inconfidentes foi concluído para abrigar a chefia (códigos A e B), com lotes entre 360m² e 900m² e mais de cinco modelos diferentes. Um desses padrões possuía 154m², divididos de forma proporcional entre as seguintes áreas: social (duas salas e copa), íntima (dois quartos e quarto suíte) e de serviço (cozinha, área de serviço e dependência de empregada). Além de ser previsto local para garagem, já construída com cobertura.

Figura 53 – Um dos padrões construídos no Setor 17 (Bairro Inconfidentes)



Fonte: Interpretado e elaborado pela autora, 2018; Fotos do acervo da autora, 2018.

Ao longo dos anos, os setores foram se consolidando como preferencialmente de uso residencial e as casas construídas pela usina foram se transformando para atender às novas necessidades, levando a que não pudesse ser percebida claramente a padronização planejada pela empresa. Isso porque os grandes terrenos possibilitaram aos moradores expansões, como a construção de garagem e área de serviço, que não foram previstas no projeto original em alguns padrões.

4.5. Resultados após 40 anos da expansão

A cidade se consolidou com os setores destinados à área urbana (setores 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10 e 17), apresentando boas condições na qualidade de vida, ao contrário do que se dizia anteriormente, durante a sua expansão. Vianna (2018) explica que, além do comércio e serviço, a construção de novos equipamentos urbanos e as atrações de lazer fizeram com que os funcionários passassem a criar e manter vínculos com a cidade.

No entanto, apesar de ter sido considerada a melhor cidade para se viver em Minas Gerais em 2010, de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), observa-se que a segregação socioespacial tem se mantido em Ouro Branco conforme o plano de 1978.

Após a entrada em operação, a empresa permaneceu por anos com a mesma estrutura e sofrendo oscilações em seu quadro de funcionários, devido às questões econômicas do país e do mundo. Esses fatos refletiram no espaço urbano da cidade, já que ela está diretamente ligada à empresa, havendo pequeno crescimento apenas nos setores já ocupados. Assim, ainda é nítido, ao olhar do observador, a divisão dos bairros e seus padrões habitacionais.

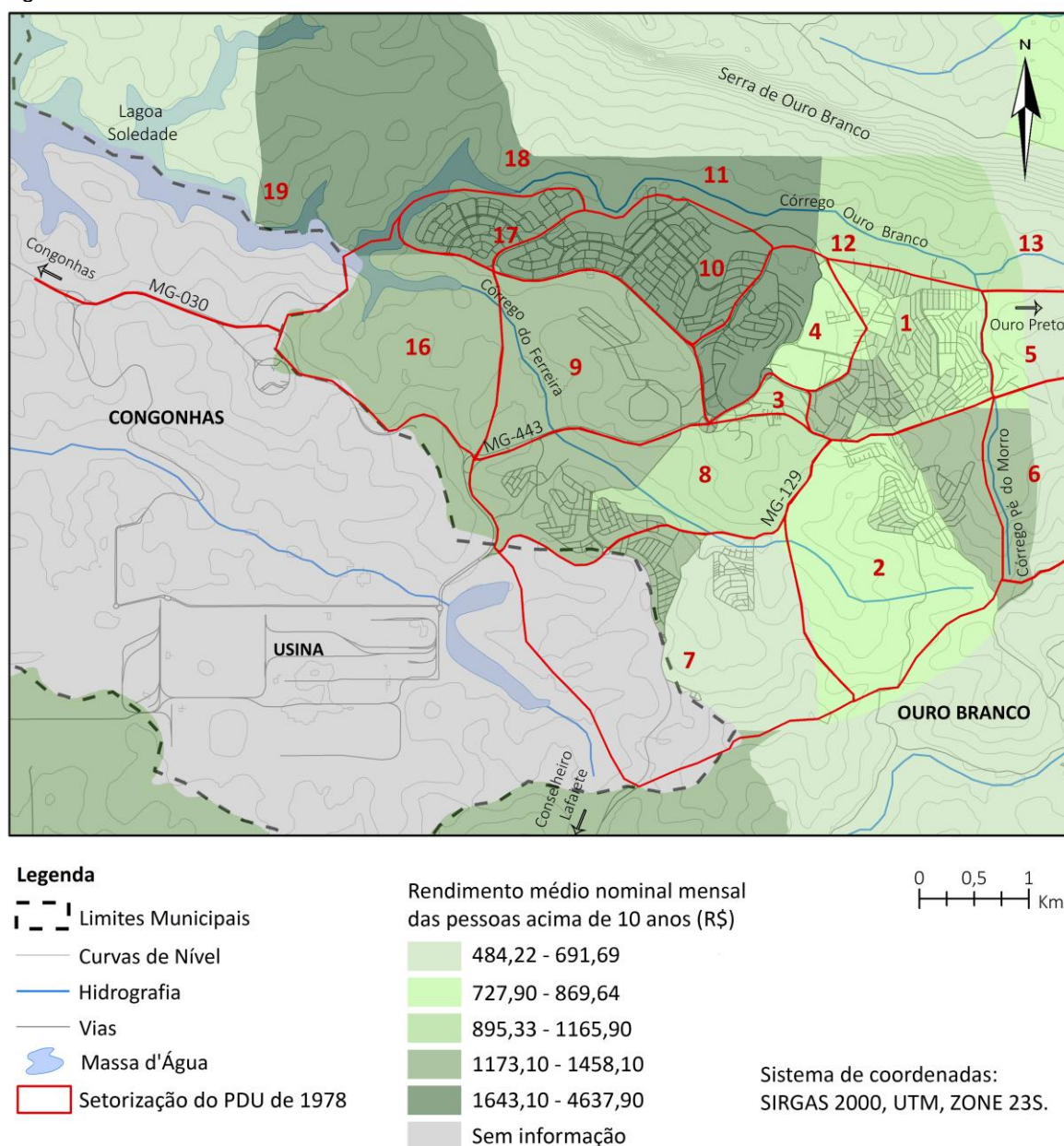
A segregação está relacionada com as Leis de Uso e Ocupação do Solo do plano de 1978 e, posteriormente, com o Plano Diretor, atualizado em 2010. Ao comparar essas duas leis em cada setor, nota-se que essas leis legitimaram a divisão social do espaço e dão continuidade a ela até os dias atuais.

A segregação também está associada ao valor da terra. A terra, como produto a ser vendido, faz parte da produção social em que a segregação, retomando o conceito de Lojkine (1981), é vista como uma questão de renda fundiária urbana, os preços do solo determinam a divisão social e espacial do trabalho.

Deste modo, mesmo com as modificações e melhorias feitas nas residências e na estrutura urbana dentro dos setores, o local, associado aos quatro elementos da paisagem, fez com que o valor da terra permanecesse o mesmo. Isso foi comprovado através de uma breve pesquisa de valores atuais de terrenos em dois setores destinados a empregados distintos. No setor 07, inicialmente destinado para os operários, o valor encontrado girou em torno de 270 reais o metro quadrado, enquanto, no setor 17, ocupado pelos altos cargos, chegou à média de 450 reais o metro quadrado.

A qualidade ambiental, pelo contato com a natureza, o comércio e o potencial construtivo são fatores que agregam valor. Essa divisão pode ser observada no mapa da cidade abaixo, que, apesar de avaliar a renda da população e não o valor da terra, ilustra que os moradores com maior renda ainda ocupam os bairros planejados para técnicos e chefias, enquanto os setores destinados aos operários mantêm a população com baixa renda.

Figura 54 – Renda de Ouro Branco em 2010



Fonte: IBGE, 2016. Interpretação e elaboração da autora, 2018.

Portanto, Ouro Branco, diferentemente das cidades analisadas anteriormente, João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, ainda se mantém ligada à usina por ser essa a principal provedora de emprego e, conseqüentemente, possuir o domínio da produção do espaço da cidade, já que grande parte dos moradores são funcionários da empresa, configurando-se como extensão da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de moradias junto às empresas é uma prática historicamente vista em diversos países. No Brasil, indústrias de distintos ramos em diferentes períodos buscaram essa estratégia para sua implantação, já que, em muitos casos, não havia infraestrutura adequada no local mais favorável para sua construção, como ocorreu no setor siderúrgico. O ponto primordial dessa prática é o poder da indústria sobre a produção do espaço, moldando-o conforme seus interesses e necessidades.

Em relação às diferentes urbanizações, sejam bairros, vilas ou cidades, as empresas procuraram estabelecer uma hierarquia do trabalho nesses espaços, determinando o local a ser ocupado por cada trabalhador dentro desses núcleos habitacionais. O propósito desse modelo foi de manter o controle sobre os empregados, além de fixá-los no local e treiná-los para o trabalho fabril.

No setor siderúrgico, como visto, as cidades de João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, foram construídas para atender às usinas Belgo Mineira, CSN e Usiminas, respectivamente. Nos três casos, existiram planos urbanísticos que coordenaram suas construções e, principalmente, determinaram a divisão socioespacial de seus empregados, configurando, desde sua criação, um espaço segregado, pois os acessos à terra e aos equipamentos urbanos eram diferenciados para cada um.

Em Ouro Branco, cidade que abrigou os funcionários da usina Açominas, também houve a necessidade de se criar um plano urbanístico para orientar a sua expansão, pois a estrutura existente não comportaria a nova população que poderia chegar a 180 mil habitantes quando a usina atingisse seu nível máximo de produção, conforme inicialmente planejado.

Percebe-se que no Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU), desenvolvido pela Fundação João Pinheiro em 1978, havia uma contradição entre o discurso e a prática. Mesmo com a visão de criar uma cidade sem barreiras e segregação, o próprio plano dividiu a área urbana em setores e determinou sua ocupação baseada na posição hierárquica de cada trabalhador. Os funcionários foram divididos em classes salariais de A a E.

Essa divisão das classes salariais no espaço urbano estava associada aos quatro elementos presentes na paisagem da cidade: núcleo existente, usina, Lagoa Soledade e Serra de Ouro Branco, onde cada um apresentava uma relação diferente entre moradia-trabalho e moradia-lazer. A conexão desses elementos podia trazer ao local uma qualidade ambiental diferenciada, como o contato com a natureza através da lagoa e da serra, resultando em um espaço ambientalmente mais adequado, ao contrário da relação de

proximidade com a usina e a poluição sonora gerada por ela. Para legitimar essa divisão, o plano de 2010 reforçou a segregação através da legislação urbana com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, priorizando a determinação do uso dos espaços em residencial, comercial e institucional. Nos setores destinados aos operários e técnicos previu-se uma alta taxa de ocupação e de densidade populacional, enquanto no espaço para a chefia, o potencial construtivo era baixo e consequentemente, baixa a densidade populacional. Assim, criou-se um espaço setorizado funcionalmente e segregado.

Finalizada no final da década de 1980 e com apenas o Primeiro Plano Habitacional, a cidade demonstrou o reflexo do domínio da empresa sobre seu espaço. A usina, que entrou em operação somente com um alto-forno, considerado o coração da empresa, não atingiu a produção final projetada e, consequentemente, necessitou de um número de funcionários abaixo do previsto. Desse modo, a ocupação da cidade não ocorreu conforme o planejado, consolidando-se com uma população em torno de 35 mil habitantes.

Após 40 anos da implantação do PDU, Ouro Branco mantém-se como uma cidade segregada, apesar de, hoje, todos os moradores terem acesso aos equipamentos urbanos. Isso ocorre porque os espaços vazios entre os bairros construídos marcam a estrutura planejada e os padrões habitacionais evidenciam as suas diferenças. Soma-se a isto, o valor da terra, associado aos elementos da paisagem, e também a nova legislação que deu continuidade aos parâmetros estabelecidos em 1978.

Observa-se então, diferentemente do que ocorreu em João Monlevade, Volta Redonda e Ipatinga, que Ouro Branco ainda se configura como monoindustrial, sendo a usina a sua maior provedora de empregos, o que permite a esta, o domínio sobre as questões econômicas da cidade e, consequentemente, sobre a produção do seu espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇOMINAS. *A cidade: pólo de desenvolvimento social*. Belo Horizonte: Açominas Superintendência de Coordenação Externa, 1980.
- ASSIS, Renata Oliveira. *Usina e Cidade: harmonia, conflitos e representações do/no espaço urbano em Volta Redonda, RJ*. 165f. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.
- BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. SATERB, 1971.
- BASTOS FILHO, PINTO, FIÚZA e BARROS. Segregação socioespacial: uma meta-análise dos trabalhos publicados em periódicos a partir da aprovação do Estatuto da Cidade (2001-2017). *Holos*, ano 33, v. 08, p.298-320, 2017.
- BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1985.
- BLAY, Eva. Dormitórios e Vilas Operárias: o Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 143-153.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1994.
- BOTELHO, Adriano. *O Urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.
- CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e Urbanismo*. Belo Horizonte: Livraria Editora Médica, 1937.
- CORREIA, Telma de Barros. De Vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº4, p. 83-98, 2001.
- CORREIA, Telma de Barros. Moradia e Trabalho: conjuntos de casas erguidos por fábricas e por companhias de eletricidade no Brasil. In: CORREIA, Telma de Barros (Org.) *Forma urbana e arquitetura de Vilas Operárias e núcleos residências de empresas no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.
- COSTA, Geraldo Magela. *O processo de formação do espaço das cidades mono-industriais*. 1979. 95f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

COSTA, Heloisa S. M.; COSTA, Geraldo M. Ouro Branco/Açominas: um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 65-72, 1997.

DONDA JÚNIOR, Alberto. *Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná*: estudo de caso de uma agroindústria de aves. 2002. 141f. Dissertação (Mestrado) – Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARRET, Ricardo Libanez. *O espaço da cidade*: contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. 36v. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

FONTES, Ângela Maria M; LAMARÃO, Sérgio T. N. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?. *Revista Rio de Janeiro*, n. 18-19, p. 241-254, jan/dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. 27 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Açominas*: termos de referência para ocupação do solo. Belo Horizonte, 1978a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de desenvolvimento urbano*: Ouro Branco e Açominas. Vol. 1, 2 e 3. Belo Horizonte, 1978b.

GRECO, Antonio do Monte Furtado; COUTINHO, Carlos Sidnei. *Açominas*: um exemplo polêmico de privatização. In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina. 2002.

GUAZELLI, Bárbara Gonçalves. *Ferrovia, Trabalho e Habitação*: vilas operárias em Campinas (1883-1919). 2014. 254f. Dissertação (Mestrado) – Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 28. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *História de João Monlevade [2016]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/historico>. Acesso em: maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *História de Ipatinga [2010]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipatinga/historico>. Acesso em: maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *População residente em João Monlevade, Ipatinga e Ouro Branco em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 [2012]*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: maio de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto de João Monlevade [2015]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/pesquisa/38/46996>. Acesso em: maio de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto de Ouro Branco [2015]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-monlevade/pesquisa/38/46996>. Acesso em: maio de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto de Volta Redonda [2015]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/volta-redonda/pesquisa/38/46996>. Acesso em: maio de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto de Ipatinga [2015]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipatinga/pesquisa/38/46996>. Acesso em: maio de 2018.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *Pequena História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1968.

LIMA, Fábio José Martins de. *Por uma cidade moderna: ideários de urbanismo em jogo no concurso para Monlevade e nos projetos detacados da trajetória dos técnicos concorrentes (1931-1943)*. 2003. 432f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUSTOSA, Maria Clelia Costa. O discurso higienista definindo a cidade. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set. / dez. 2013.

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. São Paulo: Editora Edições 70, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2002. 269f. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos Santos. *Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: Encontro Anual da ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo*. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs>. Acesso em: junho de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Unidade de Conservação: Parque Estadual Serra de Ouro Branco*. [2013]. Disponível em: <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=2619>. Acesso em: julho de 2017.

MONTE-MOR, Roberto Luiz. As teorias urbanas e planejamento urbano no Brasil. *In: Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes*. Orgs. Diniz, C.C & Crocco, M. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 61-85.

NEGRI, Silvio Moises. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. *Coletânea do nosso tempo*, ano VII, v. 8, p. 129-153, 2008.

OURO BRANCO (MG). *Lei nº 1794, de 31 de maio de 2010*. Institui a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo do município de Ouro Branco, altera a Lei nº1619, de 2007 que institui o Plano Diretor Participativo e dá outras providências. Disponível em: http://www.ourobranco.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Leis_Municipais_1794_2010?cdLocal=5&arquivo={D70075AC-11CE-53D3-D2A3-11C4D3CD8BC1}.pdf. Acesso em: fev. 2018.

OURO BRANCO, Prefeitura Municipal. *Memorial da Batata*. Ouro Branco, Outubro, 2007.

PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima. *Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 25, p. 55 – 76, 2008.

PEREIRA, Doralice Barros. *Açominas: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco*. 1992. 201f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

PINHEIRO, Armando Castelar. *Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?*. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/...pt/.../eco90_05.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

QUECINI, Vanda Maria. *Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial*. 2007. 421f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RESENDE DE MENDONÇA, Roxane Sidney. *O urbanismo modernista em Minas Gerais: o caso "Ipatinga"*. 2006. 237f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

REZENDE, Denis Alcidez; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. *Revista da Administração Pública (RAP)*, nº 41/2, p. 255-271, mar/abr. 2006.

RIBEIRO, Hilton Manoel Dias; DOTTO, Dalva Maria Righi. O Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP/MG) e os reflexos da gestão pública integrada. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.20, nº 1, p. 88 – 107, jan./ abr. 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. 29, n. 88, p. 79-95, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v29n88/art04.pdf>. Acesso em: julho de 2018.

RUIZ, Ricardo Machado; BARBIERI, Alisson. Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto Paraopeba. CEDEPLAR/UFMG. Disponível em: http://www2.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/hotsites/2010/debate_paraopeba/doc/s/ricardo_ruiz.pdf. Acesso em: julho 2018.

SAMPAIO, Aparecida Pires. *A produção social do espaço urbano de Ipatinga- MG: da luta sindical à luta urbana*. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2008.

SANTORO, Paula e CYMBALISTA, Renato. Introdução à expressão gestão social da valorização da terra. In: SANTORO, Paula (Org.) *Gestão Social da valorização da terra*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. 80 p. (Cadernos Pólis, 9)

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Joyce Reis Ferreira da. *Zoneamento e forma urbana: ausências e demandas na regulação do uso e ocupação do solo*. 2014. 299f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, Leandro de Aguiar. Processos regionais, instrumentos urbanísticos municipais: uma abordagem da chamada rede urbana do Alto Paraopeba, Minas Gerais. *Cadernos de Arquitetura*, v.17, nº 21/2, p. 115 a 133, 2010.

VIANNA, Cláudio José da Rocha. Entrevista concedida a Bruna Hamacek Vianna. Belo Horizonte, jun. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação]

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

APÊNDICE

Entrevistado: Cláudio José da Rocha Vianna, pai da mestrandia, que trabalhou 29 anos na Açominas.

Realizada em 05 de junho de 2018

Entrevistadora: Me fala qual o seu nome e quando foi admitido na empresa Açominas e como foi o processo de seleção para entrar na Açominas.

Entrevistado: Cláudio José da Rocha Vianna. Fui admitido em 16 de janeiro de 1978 e o processo de seleção começou no segundo semestre do ano anterior, em 1977. Eu ainda estava cursando o terceiro ano do ensino técnico, lá pelo mês de setembro, começaram alguns testes qualificatórios da seleção da Açominas. Naquela época existe, não era facilidade, muitas oportunidades de emprego no Brasil, a Vale do Rio Doce “tava” contratando, a Açominas era nova, Usiminas contratava, Belgo Mineira, todas, todas as empresas grandes estavam contratando, a Fiat, que tinha acabado de chegar no Brasil. Então não era difícil você ter oportunidade de, de galgar emprego nessas empresas consideradas grandes. Todos os testes da Açominas não foram testes fáceis, foram testes muitos cansativos e longos. Me lembro que o psicotécnico foram quase cinco horas de testes. Muitas perguntas assim, de nível conhecimento, exigindo um nível de conhecimento longo. E eu fui passando de fase em fase até ser, até no final de dezembro, eu não era nem formado ainda, e no final de dezembro os testes foram concluídos e eu recebi a resposta que eu tinha sido aprovado e fui admitido no dia 16 de janeiro de 78. Meu registro da Açominas, quando eu entrei na Açominas, eu era o empregado de número 228.

Entrevistadora: Então depois que você passou em janeiro, você já foi morar na cidade ou como foi esse processo na cidade de Ouro Branco, construída para abrigar esses empregados? E qual foi sua primeira impressão da cidade?

Entrevistado: Quando fomos admitidos na época éramos 104 pessoas entre técnicos e engenheiros. Foi a primeira equipe de técnicos admitidos na Açominas. Já tinha, antes da gente, já existiam duas, duas equipes de engenheiros que haviam sido admitidos no ano anterior, um ano antes que a gente. E como a Açominas não estava, não existia ainda, só estava no projeto e implantação, nós ficamos no mês de janeiro, o restante do mês de janeiro, mês de fevereiro e parte do mês de março em Belo Horizonte, fazendo um treinamento de introdutório, um treinamento de segurança no SENAI com o pessoal do corpo de bombeiro. E no início de março (interrupção). E no início, nos meados de março, nós fomos para Usiminas, todos nós esse, esses dois grupos de engenheiros que tinham sido admitidos no ano anterior já estavam lá. Todos nós fomos para lá para treinar lá com o

peçoal da Usiminas para aprender a operar os equipamentos, aprender a diagnosticar as áreas lá e voltarmos para Ouro Branco, cuja a primeira expectativa de entrada de operação da usina de Ouro Branco era 1980, no ano de 1980, segundo semestre de 79 e início de 80. Então, então não tivemos contato com a cidade de Ouro Branco. Eu me lembro que nós fomos fazer uma visita na planta da Açominas uma vez, porém a estrada era de terra, fazia, dava uma volta danada por cima da barragem de Ouro Branco para chegar na área da usina e não fomos nem na cidade, que a cidade tem uma distância de uns 15km da usina, então nós fomos até a região da usina onde estava havendo a terraplanagem, tinha muito pouca coisa montada na época. A cidade nós não conhecemos. Eu só vim a conhecer a cidade propriamente dita quando eu voltei da Usiminas em agosto de 79, que acabou nosso treinamento na Usiminas, nós voltamos para a Açominas em Ouro Branco. E aí que vim conhecer a cidade, os bairros e tudo mais.

Entrevistadora: E como eram esses bairros que você chegou a conhecer? Você ia muito ao centro da cidade que já existia?

Entrevistado: Naquela época só existia, tudo era muito precário, só existia o bairro Siderurgia. Até o acesso ao bairro ainda não era o acesso definitivo. O acesso a cidade de Ouro Branco não era o acesso definitivo. Tudo você tinha que pegar uns atalhos pegar umas estradas de terra para chegar nesses locais. Não existia ainda, existia umas com combes que faziam o transporte do pessoal entre os bairros, entre o bairro que era o Siderurgia e o centro de Ouro Branco. O Bairro Siderurgia não tinha nenhum supermercado, nenhuma padaria, nem nada. Tudo a gente recebia por essas combes. Tinha combe da padaria que passava de manhã antes das 6 horas da manhã e deixava pendurado nas, nas maçanetas das portas aqueles pedidos de pão que a gente tinha feito no dia anterior. Então fica lá dependurado. De vez em quando alguém roubava nosso pão lá e a gente ia em uma outra república e roubava do pão deles também. Então esse começo foi muito difícil. Tudo era difícil, nada fácil. A compra. Supermercado, isso tudo, era feito em Ouro Branco em um supermercado muito pequenininho perto da, da Matriz da cidade, chamava Supermercado São Geraldo. E todo mundo comprava lá. Quem era solteiro morava em república, as repúblicas montadas pela Açominas, cada, as casas de 60m² eram repúblicas. Quem era casado morava em casa de 80m² ou 100m² com a família em, com os móveis deles próprio. Nós, solteiros das repúblicas, os móveis todos e utensílios eram da Açominas. E aí a gente cozinhava em casa, tinha empregada, cozinhava em casa. Tinha uma apenas uma lanchonete no bairro e essa lanchonete fecha cedo, pouco depois do horário que acaba o expediente na usina a lanchonete fechava. Parece que o expediente acabava 5:30 e a lanchonete fecha as 19 horas. Então se você não passasse lá e não comesse alguma você

ficava com fome. Se não tivesse nada na república você ficava com fome. E era normal ter nada nas repúblicas, acabar tudo. E aí demorou bastante tempo, muito meses para essa situação mudar, até telefone era difícil. A central, existia uma central de telefônica que tinha horário para fechar e tinha um serviço de emergência nela. Quando alguém de fora ligar para um de nós que morava lá no Bairro Siderurgia, ligava para essa central telefônica, dava o nome e o endereço da pessoa e tinha um mensageiro que ia até na casa da pessoa e chama pessoa, no carro levava até a central telefônica para falar com quem tinha chamado. Então normalmente eram só casos de urgência que, é que existia esses, esses tratamentos. A gente não usava, para usar a telefonia, comunicação, a gente usava da usina durante, durante o período de trabalho. E o restante, leite, pão, verdurão, mantimentos, isso tudo dependia de Ouro Branco, 100% de Ouro Branco, cidade de Ouro Branco, o centro.

Entrevistadora: E demorou muito para isso mudar?

Entrevistado: Demorou bastante, eu acho que essa fase dessa fase de dificuldade demorou todo o restante de 79 e provavelmente até meado de 80. Até que abriu uma, uma distribuidora de pão lá no bairro Siderurgia, alguns empregados, algumas famílias de empregados mesmo, começaram a abrir um, um nas próprias garagens ou faziam um puxadinho na própria casa deles para servir refeição. E, mas continuávamos a depender 100% de Ouro Branco. Tirando essas poucas facilidades que apareceram, tudo era Ouro Branco. Posto de gasolina, Ouro Branco. Furo um pneu, tinha que tirar um pneu do carro, tinha que levar lá em Ouro Branco para colar e voltar com o pneu. Tinha que esperar a combe passar e tinha os horários de combes, porque não tinha ônibus. E quando passava a combe e a combe “tava” cheia e não cabia você lá dentro, você tinha que esperar outro combe, nada fácil. E carro, transporte entre Ouro Branco e o bairro Siderurgia, entre o centro da cidade de Ouro Branco e o bairro Siderurgia, era difícil, os nossos carros também, devido esse problema do acesso, se chovia não passava carro, que era estrada de terra. Até que em 80, início da década de 80 foi, as coisas foram alterando, foram asfaltando e eu acredito que lá para segundo semestre de 80 e início de 81, o acesso pela rua Santa Cruz, Santo Antônio, o acesso pela rua Santo Antônio, que hoje ali conhecido, foi asfaltado foi inaugurado e nós conseguimos ir para Ouro Branco com mais facilidade. Mas ônibus mesmo foi lá para 81, 82.

Entrevistadora: E a partir daí, como foi para frente?

Entrevistado: Bom, a partir, logo que houve o asfalto, logo que houve essa facilidade de transporte, com o transporte coletivo atingindo os bairros, o bairro novo que era só o Siderurgia, muitas coisas vieram acontecer automaticamente. Lá no Siderurgia já tinha

escola, tinha um posto médico, um posto de saúde que atendia os empregados. O Bairro Pioneiros já estava em construção, bem adiantado, por sinal. E mais ou menos, 82, 83, o Pioneiros começou a ser habitado. Acho que até um pouco antes, final de 81. E boa parte das pessoas que moravam no Siderurgia migraram para o Pioneiros, várias casas lá do Siderurgia foram ficando vagas e boa parte das pessoas migraram para o Pioneiros. E nessa época a Açominas, a construção da usina já estava paralisada. Então a Açominas não admitia pessoas, ou seja, na realidade, naquele instante, havia muitas, muitas casas vagas lá no núcleo habitacional Siderurgia e Pioneiros, muitas casas vagas. E não havia moradores para aquelas casas, porque o pessoal de Ouro Branco, eles não tinham intenção, os nativos de Ouro Branco não se via bem à vontade morando nos bairros industriais, Siderurgia e Pioneiros. E muitas pessoas que moravam nesses bairros industriais nessa época também migraram para Lafaiete ou Congonhas, que já eram municípios mais já, com uma infraestrutura bem melhor que Ouro Branco e essas pessoas, normalmente casadas, com famílias migraram para lá. Então ficaram-se muitas casas vagas, muitas pessoas deslocadas de seus municípios. Quase 100% daqueles que moravam nesses bairros que trabalhavam na Açominas não, não eram nativos de Ouro Branco. Então moravam nas casas, as famílias moravam nas casas e haviam muito deslocamento nos finais de semana. Praticamente Ouro Branco era, ficava muito poucas pessoas nos finais de semana, todo mundo se deslocava para suas cidades natal. E aí em 82, 83 as coisas começaram a melhorar, a mudar. Pareceram novas escolas públicas, que por sinal, a qualidade das escolas públicas de Ouro Branco sempre foi muito boa, sempre foi alta, que a média brasileira, até em Minas Gerais mesmo. Novos postos de atendimentos médicos, apareceram os supermercados nos bairros, passou a atender os bairros, então a gente não precisava deslocar até a cidade, até o centro de Ouro Branco para ser atendido por supermercado, padaria. O comércio começou a se estabilizar, estabelecer e se estabilizar. Muita coisa que abriu e fechou muito rápido nesses momentos aí, nesses anos. Muitos bares, muito botecos abriram e fecharam, outros tem até hoje, coisas desse tipo. Uma coisa que sempre foi muito importante em Ouro Branco, sempre foi uma base de convivência muito boa, foram os clubes da AEA, principalmente nessa época o clube Siderurgia. O clube Siderurgia era o centro das atenções de todos nós dos bairros. A AEA Siderurgia era uma das poucas coisas que nós tínhamos para diversão. Então nós usávamos muito a AEA Siderurgia. Até que a AEA, o clube campestre da AEA começou a funcionar e tinha uma infraestrutura muito boa também e nós passamos a usar bastante o clube campestre. Tinham os bailes, porém os bailes lá eram nas quintas-feiras, como todo mundo viajava no final de semana, o baile tinha que ser quinta-feira. Então acontecia o baile na quinta-feira, a usina estava parada, até em termos de construção, na sexta-feira todo

mundo ia trabalhar e já sai direto para casa. Tudo isso, foi assim anos, o tempo foi passando as coisas acontecendo, comércio melhorando, abre isso, fecha aquilo, mas sempre incrementando alguma coisa. Apesar de alguns inconvenientes ainda, sempre havia incremento de alguma facilidade. Já em 2000(?), de seis em seis meses há oficial o atraso em operação. Aí chegava em julho, “ah foi adiado a entrada de operação para dezembro”, mas a gente sabia que nem entraria em dezembro. Aí chegava em dezembro, adiada a entrada para julho do ano que vem. Até mais ou menos em 2004 (?) quando, quando, 84, a presidência da República resolveu a reativar obras da antiga Siderbrás e a Açominas foi uma dessas empresas que recebeu essa reativar, esse volume de dinheiro para continuar as obras. E começaram, e começou-se a contratação das empreiteiras, os contatos com as empreiteiras, a contratação pessoal, mão de obra para dar continuidade à construção da Usina. E aí, as coisas continuaram acontecendo. Os bairros que ainda existiam eram só o Pioneiros e Siderurgia, mas o bairro Inconfidentes e os bairros Primeiro de Maio, ali da região do Primeiro de Maio, começaram a terraplanagem para a construção das casas daí. Prevista para a entrada em operação que tava prevista, oficializou-se a entrada de operação em, para o início de 86 e depois passou para segundo semestre de 86. E as coisas voltaram a ter um ritmo de obra bem grande e um movimento de pessoal muito grande. Essas casas voltaram, vieram a ser habitadas. Muitas pessoas nesse, que trabalhavam na Açominas, funcionário direto da Açominas do início da década de 70, saíram da usina em função desse constante adiamento. Essas pessoas preferiram tentar a sorte em outras empresas e saíram da usina. Então o quadro da Açominas era muito pequeno nessa época, para entrada de operação previa-se um quadro de mais de 5mil pessoas, em torno de 6mil pessoas e nós éramos em torno de 2mil pessoas, talvez menos. Então tinha que se admiti muita gente, muitos terceirizados e nessa época exigiam novas habitações, novos bairros, que começaram a ser construídos.

Entrevistadora: E a partir daí, como foi o processo de entrada dessas pessoas?

Entrevistado: É, aí partiu-se em 2004 (?), segundo semestre de 2004(?), 84. Partiu-se então para todas as providências para colocar a Usina em operação. Então foram adiantadas obras nos bairros, o hospital, a FOB, o hospital da FOB é, ganhou uma fatia muito boa desses recursos e foram aceleradas as obras de lá. Acelerada as obras nos bairros de asfaltamento, de abertura de novas ruas, de toda infraestrutura necessária. E começaram -se paulatinamente a admissão de novos empregados na Açominas. E isso foi acontecendo, acontecendo, 84,85 entrou em operação a Coqueria com muita gente nova, muitas admissões, muita necessidade de habitação e logicamente, de centros comerciais, escolas e isso tudo foi acontecendo. O grosso dessas admissões foi em 86, quando o

restante da usina, praticamente toda área de Redução e a parte de Laminação que estava pronta, porém desativa entrou em operação. Então de pouco mais, em torno de 2mil empregados que a gente tinha em 84, nós passamos a ter em torno de 6mil, 6mil e tantos empregados em 86. Isso tudo foi muito rápido, um mês após o outro foram acontecendo com uma velocidade bem grande. Infraestrutura, transporte, tudo isso foi acontecendo. Nada assim, sempre havia alguma coisa para melhor que a gente solicitava e tudo mais, porém as coisas foram acontecendo que a gente não via acontecendo devido a paralização. O bairro Primeiro de Maio entrou, começou a receber seus moradores. Todo pessoal operacional da Açominas, que entrou colocar a usina em operação nesse período foi sendo alocado nesses bairros, Primeiro de Maio, Siderurgia e Pioneiros. O Inconfidentes ainda não estava liberado, só foi liberado em 87, depois da Usina entrar em operação. E tudo mudou nessa época, a imensa maioria das pessoas que vieram para Ouro Branco nessa época eram de fora. Com certeza, 90% do pessoal eram de fora, os outros 10% pertenciam dali da região Ouro Branco, Lafaiete e Congonhas. Isso eu estou falando não só os empregados direto, como os indiretos, os terceirizados. Nessa época, todas essas moradias não foram vendidas para os empregados, elas foram alugadas. Então aqueles empregados que tinham direito à moradia, ou seja, os empregados que tinham família, eles pagavam, todos nós pagávamos um aluguel para a Açominas. Na época cogitou que esse aluguel ia tornar, virar parte do pagamento no futuro das casas quando fossem vendidas, mas não aconteceu bem isso não. Isso continuou sendo um aluguel, não era aluguel, vamos dizer assim, de mercado, não era um valor de mercado, mas também não era um valor risório, não era um valor pouco, era um valor de aluguel baixo, mas era um valor significativo como aluguel, como desembolso da família. Não era nada de graça não. E foi isso, foi acontecendo. Os critérios que foram usados para distribuição para essas moradias, para a indicação, “oh você, fulano de tal, cujo seu cargo é esse, tem direito a moradia tipo tal”, era basicamente salário. O salário das pessoas era o que indicava a moradia que ela tinha direito. Por que isso? Isso foi uma coisa relacionado com o padrão da Usiminas lá, que eles usaram lá em Ipatinga na época da construção. E a Usiminas é que prestou uma assistência técnica muito grande para a construção da Açominas e esse era um padrão de lá. Então, isso foi implementado lá na região da Açominas. O governo federal adquiriu uma área imensa para a construção da Açominas, não só a área da usina propriamente dita, como também os terrenos em torno da Açominas pertenciam a Siderbrás. Dizia-se na época que era para não ter especulação imobiliária, mas isso não funcionou muito bem dessa forma não. Então tudo que acontecia em volta da Açominas, pertencia a Açominas, toda aquela área não se podia construir nada. Ainda possuía muitas áreas em litígio, que os antigos proprietários entraram na justiça contra a Siderbrás e que isso estava para se resolver, até mesmo dentro dos bairros tinham

áreas que não podiam ser mexidas ou as ruas concluídas e a infraestrutura feita porque estava em litígio. Bom, então foi assim, o cara entrava para trabalhar, chega em Ouro Branco para trabalhar, de acordo com o cargo que ele tinha, com o salário que ele tinha, era determinado para ele, “oh você vai ter direito a essa moradia, porque quando essa moradia ser vendida a você, você vai ter que ter dinheiro, um salário suficiente para pagar a prestação dela. Então o que nós podemos oferecer a você, porque nós sabemos que o seu salário é ‘x’ e daqui a pouco você vai ter que pagar a prestação dela.” Foi assim nessa fase.

Entrevistadora: E em relação aos serviços prestados, eles focaram em algumas regiões ou tinha em todos os bairros?

Entrevistado: Em todos os bairros já tinham uma infraestrutura de comércio já, já bem organizada. Tinha uma área destinada ao comércio, para padarias, mercadinhos, verdurão. A própria Açominas incentivava isso, incentivava muitas pessoas a trabalharem no comércio. Liberou área, liberou casa, fez contrato de parceria disso, daquilo, muita coisa. Naquela época o conceito de empresa estatal era um conceito bem abrangente, empresa estatal cuidava de tudo, cuidava do bem-estar e qualidade de vida dos empregados era responsabilidade dela, dentro e fora da empresa. Então tinha tudo isso, se fosse tinha um, se na sua rua tinha uma lâmpada queimada, você ia lá dentro da Usina reclamava que lâmpada em frente à sua casa estava queimada e alguém no mesmo dia, alguém ia lá e trocava a lâmpada. Então tinha uma, um comprometimento da Usina, da empresa junto à comunidade muito grande, também porque os bairros pertenciam à empresa, como tido as casas eram alugadas para a gente. Então a casa ainda era da empresa, empresa tinha que cuidar do patrimônio dela. As casas não eram muradas ainda. Eram apenas, o Bairro Pioneiros apenas, as casas foram muradas, no Bairro Siderurgia, as casas, desde eu foram construídas lá no início dos anos 80, elas tinham os lotes demarcados por um arame que passava, tinha uns murões assim de concreto de uns 50cm e passava-se um arame e ali os lotes, sabia-se que os lotes pertenciam àquela casa. Aí mais para frente, essa parte eu saltei em comentar, é que os lotes receberam meio muro e mais para frente ainda, na época de entrar em operação, foi completada a altura dos muros. Então na realidade é olha para os bairros, para o bairro Siderurgia, você via uma casa do lado da outra, você não via divisão de terreno, parecia um presépio. É, como esses bairros todos praticamente quem morava nesses bairros trabalhavam na Usina, eram raros os casos de alguém que não trabalhasse na Usina e morava no bairro, raríssimos os casos. Era o pessoal da polícia militar, pessoal do serviço médico da cidade, que precisava de moradia e a Açominas, para atender os empregados, a Usina forneceram essas moradias. Ai na imensa maioria eram empregados diretos ou indiretos, todo mundo trabalhava lá. Todo mundo morava lá, quem

morava nos bairros construídos nessa época já era o Siderurgia, Pioneiros e os bairros ali do Primeiro de Maio, é, trabalhavam na Usina ou tinha ligação direta com a Usina. E o que acontecia, uma das coisas que ainda não era que (confuso). A Telemig, os telefones a serem implantados pela Telemig, só chegaram nesses bairros em 85, pouco antes de entrar em operação. Nós não tínhamos telefone, a comunicação com a gente era muito complicado e com a entrada da Usina em operação, forçou-se que isso fosse instalado com rapidez. Porque a Usina também dependia dessa comunicação com a gente, dependia de facilitar essa comunicação conosco, os empregados que colocaríamos a empresa em operação. Então, Açominas não era a Usina, Açominas era a usina e os bairros, o que acontecia nos bairros, era como se tivesse acontecido dentro dos portões da Açominas. Confundia-se Usina com os bairros. Em Ouro Branco, existiam duas opções: ou você estava trabalhando ou estava na hora de ir trabalhar. Não tinha outra opção. Você saía do trabalho de uniforme, encontrava com as mesmas pessoas, conversava no supermercado sobre os problemas da usina. Lá era uma cidade ótima para se morar e não para se viver. Você não tinha vida em Ouro Branco. Tirando os clubes da AEA, você não tinha mais nada para fazer. Bom, aí conclui-se a construção da Usina e partiu-se para a entrada em operação, a Usina como integrada, ela entrou em operação em julho de 86, final de julho de 86 todas unidades da Usina entraram em operação, então passou-se a ser uma Usina integrada. Dessa forma, mais ainda, confundia-se a Usina com os bairros, vida interna, vida externa, não havia essa separação. Vamo lá. (confuso) É, essa questão de dividir os bairros em função de salário, de capacidade de endividamento, ou seja, a capacidade da pessoa de pagar a prestação daquela moradia, a meu ver naquela época, a gente não pensava muito dessa forma, nunca, eu particularmente, presenciei alguém ser tratado de forma diferente porque morava em um bairro ou outro bairro. É verdade, não tenho dúvida disso, que os custos para quem morava no bairro Pioneiros naquela época era muito diferente do custo para quem morava no bairro Primeiro de Maio. Os custos de mão de obra, por exemplo um pedreiro que trabalhava no Primeiro de Maio sabia que o pessoal que morava ali recebia menos, então o custo dele, mão de obra dele era menor para quem morava. Mas o entrosamento entre os bairros era vivo, não existia, vamos dizer, claro, claramente, uma segregação de pessoas. Mas a gente sabia que quando alguém falava isso, “oh eu moro no Primeiro de Maio”, então você já sabia que ela morava no Primeiro de Maio, cuja a casa dele era de um nível inferior a quem morava no Siderurgia, que era de um nível inferior a quem morava no Pioneiros e você já tinha perfeito noção daquela pessoa. Mas isso não quer dizer que existia uma desclassificação ou segregação dessa pessoa. Isso é bem discutível, acredito até que algumas pessoas pensavam dessa forma, mas não era, essa não era a regra geral. Pode ter certeza, de todo mundo pensar assim. As festas eram em conjunto, tinha festa no Primeiro

de Maio a turma ia, os outros bairros iam, tinha festa em outros bairros o pessoal do Primeiro de Maio ia e a coisa foi acontecendo. Eu acredito que se passou a ter uma evidência desse negócio de segregação quando o Bairro Inconfidentes foi liberado para ser habitado. Porque aí, aí ficou muito claro que quem morasse no Inconfidentes pertencia à chefia. Então realmente houve um conceito, houve realmente um clima, uma linha divisória entre chefia e subordinados, antes era muito misturado entre os bairros Pioneiros e Siderurgia, tinham muitas pessoas, muitos níveis hierárquicos que moravam juntos, próximos uns aos outros. Aí passou, com a abertura do Inconfidentes, isso separou-se. E aí, não sei se a palavra segregação pode ser usada não, mas começou a “aparecer” e a se “pronuncia”, um status diferenciado. “Onde você mora? Moro lá no Inconfidentes. Ahhh..” Já era diferente, bem diferente. E até que a empresa, até a Usina é começou a vender as casas e que houve, assim, os empregados passaram a ser donos das casas e dessa forma poderia negociar com quem quisesse, quando fossem, quando quisessem vender as coisas, sair das casas, até acontecer isso, aquelas casas do Inconfidentes só foram habitadas por pessoas que tinham salário alto, compatíveis com o futuro da casa e eram indicadas pela Açominas, a Açominas era que indicava, “oh, essa pessoa tem direito a escolher uma casa no Inconfidentes. Então, existia segregação, porém entre os empregados, ela não era negativa, não era como um conflito. Mas era conflituosa com os nativos de Ouro Branco. Um jogo de futebol entre um time da cidade e um time do bairro tinha briga. Raramente não tinha briga feia. No centro da cidade tinha umas boates, casas noturnas. Quando aparecia alguém do bairro lá, tinha chance de ter confusão. Da mesma forma, quando os nativos iam para os bairros dava briga. Hoje não tem mais, mas no começo era confuso.

Entrevistadora: Obrigada pela entrevista.

ANEXO A - Zoneamento e zonas de usos de 1978

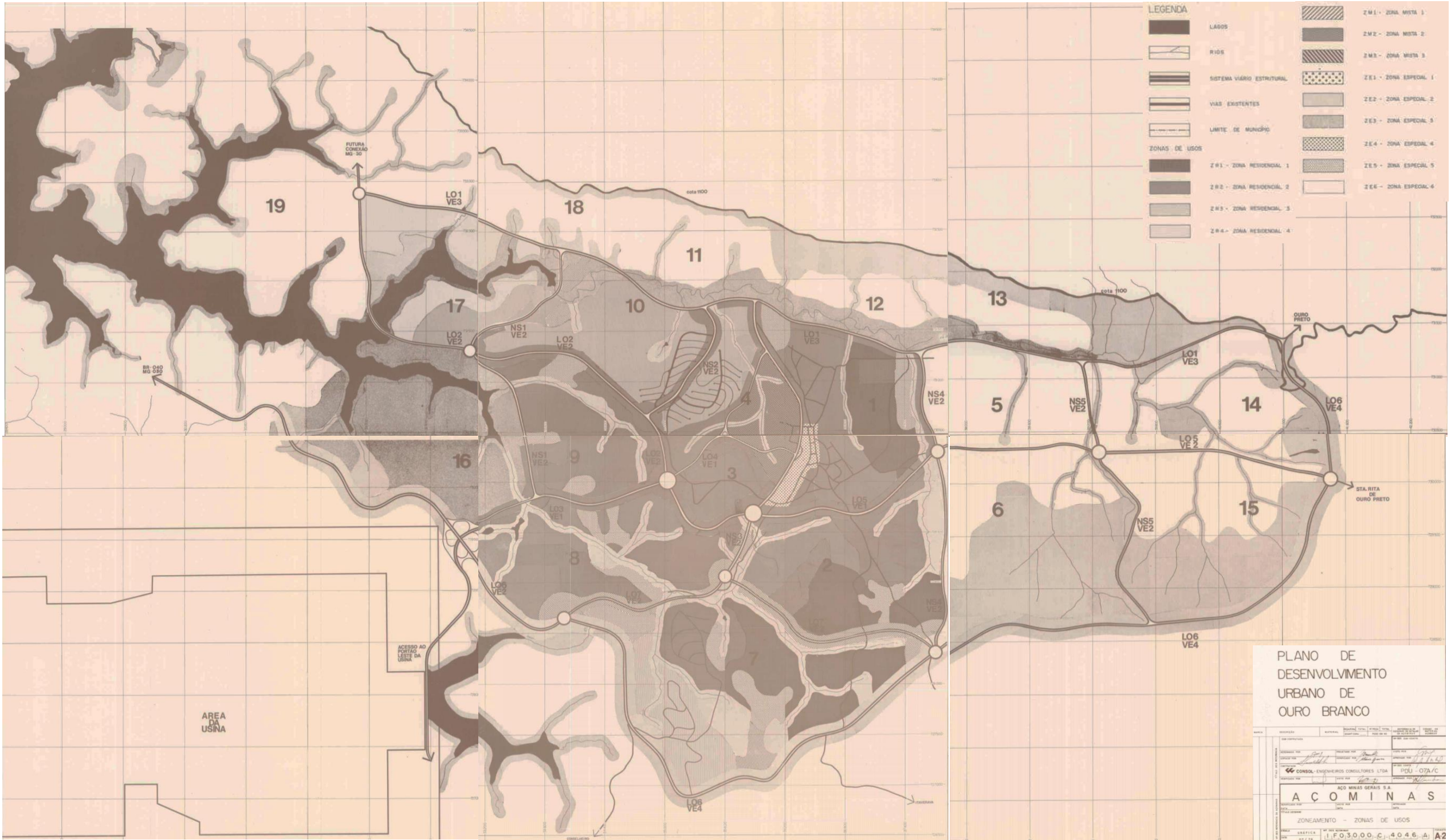


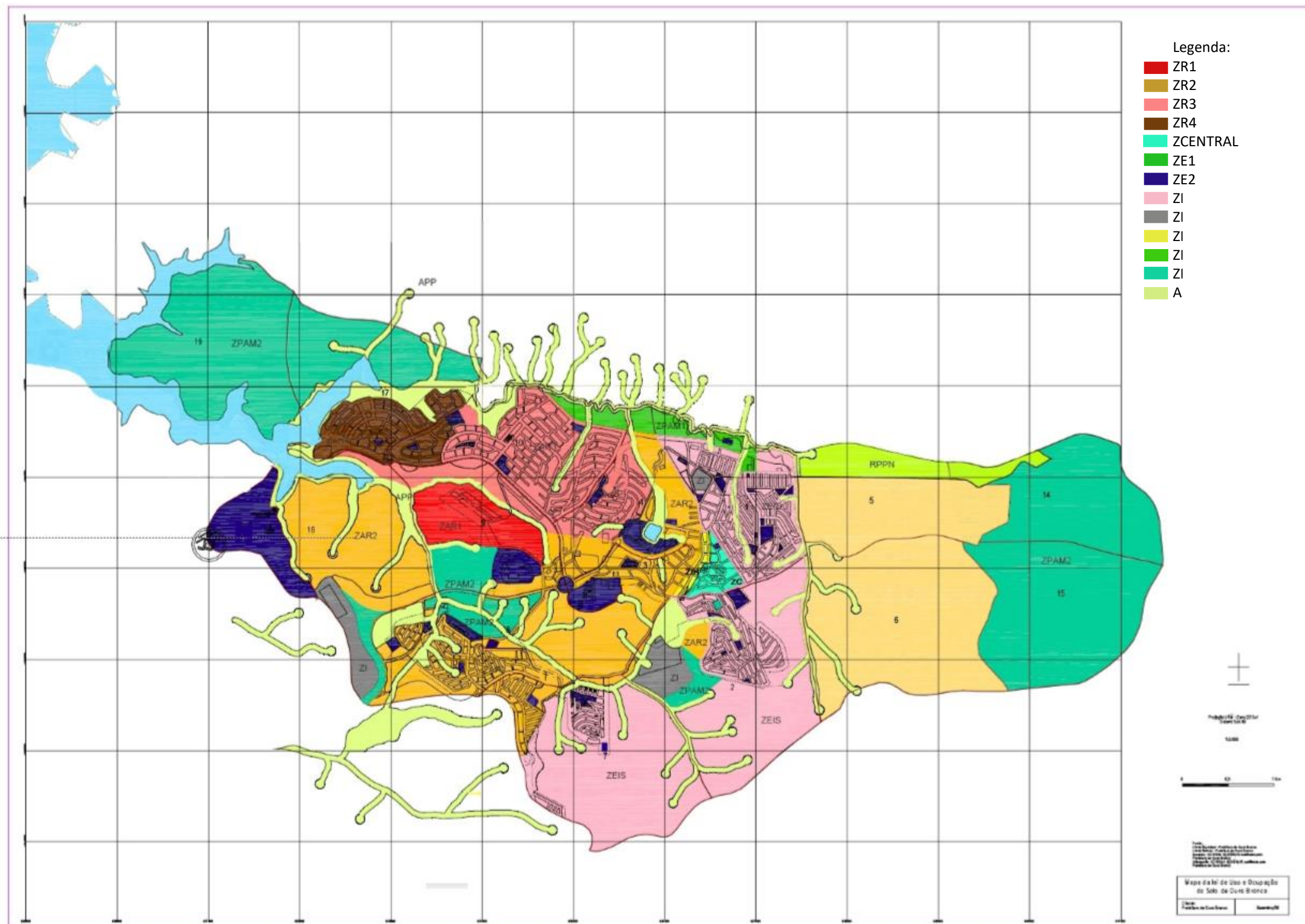
TABELA DE SETORES - USOS DO SOLO

ANEXO B - Tabela de setores - usos do solo de 1978

CAPACIDADES		USO DO SOLO PERMITIDOS	MODELO DE ASSENTAMENTO PERMITIDOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO	VIAS PERMITIDAS PARA LOCALIZAÇÃO	DENSIDADE MÁXIMA	LOCALIZAÇÃO NOS SETORES
ZONAS DE USOS							
ZR-1	RESIDENCIAL 1	Residencial Isolado	RA-1 e RA-2	0,8	VE, VC e VL	129	1, 2 e 7
		Residencial Coletivo	RA-5	1,0	VE e VC		
		Conjunto Residencial	RA-4 e RA-5	2,0	VE, VC e VL		
		Residencial Misto	RA-8	1,5	VE, VC e VP		
		Comercial/Serviço Local	RA-11	1,5	VE, VC e VP		
		Institucional Local	RA-14	1,0	VE e VL		
		Industrial e Comércio/Serviço Especial	RA-17	0,6	VE e VC		
ZR-2	RESIDENCIAL 2	Residencial Isolado	RA-2	0,6	VE, VC, VL e VP	110	1, 2, 8 e 9
		Residencial Coletivo	RA-5	1,0	VE e VC		
		Conjunto Residencial	RA-4 e RA-5	1,0	VE, VC e VL		
		Residencial Misto	RA-8	1,5	VE, VC e VP		
		Comercial/Serviço Local	RA-11	1,5	VE, VC e VP		
		Institucional Local	RA-14	1,0	VE e VL		
ZR-3	RESIDENCIAL 3	Residencial Isolado	RA-2 e RA-3	0,8	VE, VC e VL	95	4, 10 e 17
		Residencial Coletivo e Conjunto	RA-5	1,0	VE e VC		
		Residencial Misto	RA-8	1,5	VE e VC		
		Comercial/Serviço Local	RA-11	1,5	VE, VC e VP		
		Institucional Intermediário	RA-14 e RA-15	2,0	VE e VL		
		Recreação/Lazer Local					
ZR-4	RESIDENCIAL 4	Residencial Isolado	RA-2 e RA-3	0,8	VE, VC e VL	47	17
		Comercial/Serviço Local	RA-11	1,5	VE, VC e VP		
		Institucional Local	RA-14	1,0	VE e VL		
		Recreação/Lazer Local					
ZM-1	MISTA 1	Residencial Isolado	RA-2 e RA-3	0,6	VE, VC e VP	112	2, 7 e 8
		Residencial Coletivo e Conjunto	RA-5 e RA-6	2,0	VE e VC		
		Residencial Misto Intermediário	RA-8 e RA-9	1,0	VE e VC		
		Comercial/Serviço Intermediário	RA-11 e RA-12	1,0	VE e VC		
		Institucional Intermediário	RA-14 e RA-15	2,0	VE, VC e VL		
		Industrial e Comércio/Serviço Especial	RA-17 e RA-18	1,0	VE e VC		
		Recreação/Lazer Intermediário					
ZM-2	MISTA 2	Residencial Isolado	RA-2 e RA-3	0,8	VE, VC e VL	112	1, 2, 3, 4, 8, 9 e 10
		Residencial Coletivo e Conjunto	RA-5 e RA-6	2,0	VE e VC		
		Residencial Misto	RA-8 e RA-9	1,0	VE e VC		
		Comercial/Serviço Intermediário	RA-11 e RA-12	1,0	VE e VC		
		Institucional Intermediário	RA-14 e RA-15	2,0	VE, VC e VL		
		Recreação/Lazer Intermediário					
ZM-3	MISTA 3	Residencial Isolado	RA-2 e RA-3	0,8	VE, VC e VL	500	3 e 4
		Residencial Coletivo e Conjunto	RA-5, RA-6 e RA-7	1,0	VE, VC, VL, VP1 e VP2		
		Residencial Misto	RA-8, RA-9 e RA-10	1,5	VE, VC, VL, VP1 e VP2		
		Comercial/Serviço Central	RA-11, RA-12 e RA-13	1,5	VE, VC, VL, VP1 e VP2		
		Institucional Central	RA-14, RA-15 e RA-16	1,0			
		Recreação/Lazer Central					
ZE-1	ESPECIAL 1	Residencial Isolado	RA-2 e RA-3	0,4		125	1
		Residencial Coletivo	RA-5	1,0			
		Residencial Misto	RA-8	1,5			
		Comercial/Serviço Local	RA-11	1,5			
		Institucional Intermediário	RA-14 e RA-15	2,0			
		Recreação/Lazer Intermediário					
ZE-2	ESPECIAL 2	Recreação/Lazer Central					1, 2, 4, 7, 8, 9, 10 e 17
ZE-3	ESPECIAL 3	Recreação/Lazer Local					10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 19
ZE-4	ESPECIAL 4	Residencial Isolado	RA-2	0,4	VE, VC e VL	171	1, 2, 7, 9, 10 e 16*
		Conjunto Residencial	RA-5	2,0	VE e VC		
		Comercial/Serviço Local	RA-11	1,5	VE, VC e VP		
		Institucional Local	RA-14	1,0	VE e VL		
		Recreação/Lazer Local					
ZE-5	ESPECIAL 5	Residencial Isolado			Via Veicular	265	7
		Residencial Misto			Via Veicular		
		Comercial/Serviço Local			Via Veicular		
ZE-6	ESPECIAL 6	Armazenagem					3, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17

* No Setor 4 o uso predominantemente institucional central, destinado ao Complexo Exportivo e de Lazer da cidade, o Setor de ZE não possui regulamentação e é intersetorial.

ANEXO C - Mapa de zoneamento de 2010



ANEXO D - Tabela de parâmetros urbanísticos de 2010

ZONAS	Coeficiente Máximo de Aproveitamento – CA	Coeficiente Mínimo de Aproveitamento	Taxa Máxima de Ocupação – TO	Taxa Mínima de Permeabilidade – TP	Afastamento Frontal Mínimo	Afastamento Lateral Mínimo	Afastamento de Fundos Mínimo	Altura Máxima da Edificação	Altura Máxima na Divisa
ZAR1	2,5	0,15	65%	20%	3,0m	1,5 m	-	15,0 m	Não permite
ZAR2	Lote com menos de 360m² = 2,5	0,15	70%	20%	Testada da quadra	Edificação com altura até 6,0m = isento	3m quando não houver afastamento frontal	10,0 m ^I	6,0 m
	Lote a partir de 360m² = 2,5	0,15	65%	20%	3,0m	Edificação com altura maior que 6,0m = 1,5m		15,0 m	6,0 m
ZAR3	1,5	0,15	60%	20%	3,0m	1,5m	-	7,0 m ^{II}	Não Permite
ZAR4	Lotes até 600 m² = 1,5	0,15	Lote até 600 m² = 60%	20%	afastamento predominante da quadra, mínimo 4m	Lote até 600 m² = 1,5m	-	7,0 m ^{III}	Não permite
	Lotes acima de 600m² = 1,5	0,10	Lote maior que 600 m² = 50%			Lote maior que 600 m² = 3,0m			
ZC	2,5 ^{IV}	0,15	70%	20%	Testada quadra	Edificação com altura até 6,0m = isento Edificação com altura maior que 6,0m = 1,5 m	3,0m	12,0 m	6,00 m
ZIH	1,5 ^V	0,15	70%	20%	Testada quadra	-	-	12,0 m ^{VI}	6,0 m
ZEIS	1,0 para lotes até 250m²	0,15	70%	20%	1,5m	Edificação com altura até 6,0m = isento	-	6,0m ^{VII}	6,0 m
	2,5 para lotes maiores que 250m²	0,10				Edificação com altura maior que 6,0m = 1,5 m	1,5m	12,0m	6,0
ZPAM1	0,05	-	5%	95%	3,0m	3,0m	6,0m	5,0 m	Não permite
ZPAM2	0,025	-	2,5%	97,5%	3,0m	3,0m	6,0m	5,0 m	Não permite
ZI	-	-	-	30%	3,00m p/ portaria	-	-	Lote até 2500m² = 9,0 m Lote maior que 2500m² = 12,0 m	Não permite
ZE1	1,0	-	50%	30%	3,0m	3,0m	6,0m	9,0 m	Não permite
ZE2	-	-	-	30%	-	-	-	9,0 m	Não permite

^I Contados da laje de piso à laje de cobertura;

^{II} Contados da laje de piso à laje de cobertura;

^{III} Contados da laje de piso à laje de cobertura;

^{IV, V e VI} Desde que não interfiram nas visadas da Praça e das áreas tombadas do Centro histórico.

^{VII} Contados da laje de piso à laje de cobertura;

1 - Para lotes a partir de 360 m² na Av. Mariza S.Mendes até altura da Av. Cônego Luiz Vieira, que encontram-se delimitados respectivamente na ZAR2, ZAR3, ZAR4 e nas Avenidas Maria Firmina, Raymundo Campos e Alameda Fernando de Oliveira e Silva, aplicam-se os seguintes coeficientes: coeficiente máximo de aproveitamento: 6,0 ; coeficiente mínimo de aproveitamento= 0,15; afastamento frontal mínimo= 3,0 m; altura máxima da edificação: 30 m; altura máxima na divisa 6,0 m;

2 – Para lotes a partir de 360 m², nas Avenidas Luiz Dumont Vilares, Patriótica, João Monlevade, Intendente Câmara, Frederico Varnhagem e Cecília Neiva, serão aplicáveis os seguintes coeficientes: coeficiente máximo de aproveitamento: 3,0; coeficiente mínimo de aproveitamento= 0,15; afastamento frontal mínimo= 3,0 m; altura máxima da edificação: 15 m.

3 – É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do vizinho na forma do artigo 1301 e §§ do Código Civil.

4 - Nos lotes de esquina um dos recuos mínimos de frente poderá ser reduzido a metade do estabelecido.